

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
NÍVEL MESTRADO**

PAOLA VIEIRA DA SILVEIRA

**PAISAGEM E CULTURA MATERIAL: A OCUPAÇÃO HISTÓRICA NAS
MARGENS DA LAGOA DE SOMBRIO/SC**

CRICIÚMA

2020

PAOLA VIEIRA DA SILVEIRA

**PAISAGEM E CULTURA MATERIAL: A OCUPAÇÃO HISTÓRICA NAS
MARGENS DA LAGOA DE SOMBRIO/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos
Coorientador: Prof. Dr. Marcos César Pereira Santos

CRICIÚMA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S587pSilveira, Paola Vieira da.

Paisagem e cultura material : a ocupação
histórica nas margens da Lagoa de Sombrio/SC /
Paola Vieira da Silveira. - 2020.

131 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do
Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação
em Ciências Ambientais, Criciúma, 2020.

Orientação: Juliano Bitencourt Campos.

Coorientação: Marcos César Pereira Santos.

1. Antropologia histórica - Cultura material.
2. Cultura material - Sombrio (SC). 3. Cultura
material - Lagoa do Sombrio (SC). 4. Arqueologia e
história. I. Título.

CDD 23. ed. 930.10918164



PARECER

Os membros da Comissão Examinadora homologada pelo Colegiado de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado apresentada pela candidata **PAOLA VIEIRA DA SILVEIRA**, sob o título: **“PAISAGEM E CULTURA MATERIAL: A OCUPAÇÃO HISTÓRICA NAS MARGENS DA LAGOA DE SOMBRIO/SC”**, para obtenção do grau de **MESTRE EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS** no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Após haver analisado o referido trabalho e arguido a candidata, os membros são de parecer pela **“APROVAÇÃO”** da Dissertação.

Criciúma/SC, 22 de maio de 2020.

Prof. Dr. Marlon Borges Pestana
Primeiro Examinador

Prof. Dr. Nilzo Ivo Ladwig
Segundo Examinador

Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos
Presidente da Comissão e Orientador

Dedico àquelas e àqueles que lutam
pela democratização da educação e da ciência.

AGRADECIMENTOS

Nos dois anos deste mestrado foram tantas as pessoas que cruzaram minha jornada e contribuíram para sua conclusão, seja com um mínimo gesto ou palavra de apoio e esclarecimentos ou com contribuições mais diretas. Produzir esta dissertação foi uma tarefa individual, mas nem de longe solitária. Por assim, cabe alguns agradecimentos em particular:

Em primeiro lugar, minha família, por todo o suporte e incentivo incondicional. A base onde recarrego as energias para enfrentar as hostilidades do mundo. Mãe, pai, Duda e Ben, amo vocês! Neste parágrafo ainda, aquele que é parceria fechada, Luiz Eduardo. Obrigada por diversas vezes partilhar comigo o silêncio da tua casa para que eu pudesse estudar, pelos chimarrões e cafés que me mantiveram desperta, pelas leituras atentas dessa dissertação, enfim, pelo amparo incessante, “tião alt 3”.

Sou grata também as amigadas que fiz ou que fortaleci nestes últimos dois anos: aos “ursinhos carinhos”: Carol, Laíse e Rodrigo. À Ana Karen, Giovani Felipe, enfim, a turma de 2018 do PPGCA e agregados, que tornavam as disciplinas mais leves; Aos colegas do LAPIS, pelas trocas de figurinhas. Em especial a Giovana pela empolgação contagiante; À Ana Flavia pelas conversas filosóficas e à Adriana pela ajuda na etapa de campo, vocês foram essenciais para os rumos desta pesquisa; A equipe do LabPGT que diversas vezes me recebeu e incondicional e genuinamente me auxiliou. Danlei, pelos ensinamentos de geoprocessamento e a Thaise, mulher maravilhosa, que além de escutar minha angustias e lamentações, elaborou a cartografia desta pesquisa. Valeu gente!

Quanto aos mestres que guiaram esta jornada, agradeço aos meus orientadores, Juliano e Marcos, por toparem entrar comigo nesta jornada pela arqueologia histórica. Professor Juliano, sempre muito acessível e concedendo oportunidades, obrigada pela confiança e pela relação horizontal. E Marcos, com suas palavras certeiras e anestésicas, trazendo calma para os momentos de desespero. Obrigada! Agradeço ao professor Nilzo Ladwig e à professora Neli Machado pelas pertinentes contribuições na banca de qualificação. Professor Nilzo que posteriormente abriu as portas do LabPGT para que eu pudesse realizar o georreferenciamento das imagens aéreas e acompanhou de perto o desenvolvimento desta pesquisa. Ao professor Marlon Pestana por seus comentários elucidativos na banca de defesa, e à professora Ana Lucia Herberts pelas orientações quanto à análise da cultura material. Registro ainda minha gratidão ao PPGCA pela excelência em interdisciplinaridade. À secretaria e ao corpo docente. Sigo levando um pouquinho de cada professor/a para minha construção pessoal e profissional.

Dos mestres científicos para os mestres populares, agradeço aos moradores do entorno da Lagoa de Sombrio que me receberam e compartilharam comigo um pouco de suas histórias de vida que estão entrelaçadas a história local: Senhor Balduino Manuel Maurício, senhor Manoel Ramos Mauricio, Dodo, Lena e Isaac do polvilho Scheffer, senhor Juarez Monteiro, senhor Vitor e a dona Maucir, senhor Artur, senhor Ari Vasconcelos Colares, senhor Alcione Maciel, senhor Edevaldo (Janca) e esposa; Senhor Pedro Chico, Senhor Pedro China, dona Janete, entre outros de contato mais breve. Estendo meus agradecimentos a Paulo Scheffer, Sônia Scheffer e Diderô Lopes, que quando contatados gentilmente atenderam.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelo financiamento viabilizou este curso de mestrado através do Edital de Chamada Pública nº 03/2017. Amplifico meu agradecimento às trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que por meio dos seus recursos possibilitaram mais uma pessoa da turma do “nunca antes na história desse país” concluir um curso de pós-graduação.

À todas e todos, meu muito obrigada!

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas dos subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas.

Ferreira Gullar

RESUMO

A ocupação humana sempre esteve associada a cursos d'água, na região Sul de Santa Catarina não foi diferente. A região conta com a Lagoa de Sombrio que atualmente contempla os municípios de Sombrio, Santa Rosa do Sul, Balneário Gaivota, São João do Sul e Passo de Torres. Esta lagoa teve influência direta nas ocupações pré-colonial, colonial e pós-colonial sendo importante tanto para subsistência como para o transporte. Considerando que as interações humanas no ambiente deixam marcas que informam sobre uma comunidade/sociedade, e que pesquisas que visam à cultura material de ocupações após o ano de 1500 na região são inexistentes, este estudo teve por objetivo identificar e analisar vestígios materiais das ocupações históricas nas margens da Lagoa de Sombrio por meio dos pressupostos teóricos metodológicos da longa duração e da arqueologia histórica. Para isso foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o contexto histórico da área bem como, a metodologia de prospecção arqueológica assistemática de superfície apoiada no uso de imagens aéreas dos anos de 1957 e 1978. Bambuzais associados às áreas com materialidades também passaram a ser indicadores da ocupação. Foram identificados vinte e seis sítios arqueológicos coloniais dos quais a cultura material remete à interpretações sobre o viés socioeconômico e cultural da região. A disposição dos sítios na área estudada evidenciou o vínculo da comunidade colonial com a Lagoa.

Palavras-chave: Ocupação histórica. Colonização. Cultura material. Sul de Santa Catarina.

ABSTRACT

Human occupation has always been associated with water courses, in the southern region of Santa Catarina it was no different. One region has the Lagoon of Sombrio which currently includes the municipalities of Sombrio, Santa Rosa do Sul, Balneário Gaivota, São João do Sul and Passo de Torres. This lagoon had a direct influence on pre-colonial, colonial and post-colonial occupations, being important for both subsistence and transport. Considering that human interactions in the environment leave marks of information about a community / society, and that research aimed at cultural materials occupied after the year of 1500 in the region are non-existent, this study aimed to identify and analyze traces of occupational historical materials in margins of the Lagoon of Sombrio through long-term methodological theoretical assumptions and historical archeology. For this, a bibliographic research was carried out on the historical context of the area, as a methodology of surface assisted archaeological exploration supported by the use of aerial images from the years 1957 and 1978. Bamboos associated with areas with material are also subject to usage indicators. Twenty-six colonial archaeological sites were selected, of which cultural material was sent for interpretations on the socioeconomic and cultural aspects of the region. The layout of sites in the studied area shows the link between the colonial community and the lagoon.

Keywords: Historical occupation. Colonization. Culture material. South of Santa Catarina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização da área de estudo	31
Figura 2: Localização dos portos apontados pelo levantamento oportunístico.	54
Figura 3: Mapa de distribuição espacial dos sítios coloniais na área de estudo.	56
Figura 4: Imagem do sítio 01 - Casa Colonial Família Maurício	57
Figuras 5: Imagens do sítio 02 – Ruína Casa Família Lopes. Onde: A) Vista geral da área; B) Poço de água; C e D) Vestígios de base de edificação; E) Casa Colonial Família Lopes.	58
Figura 6: Imagens do sítio 03 – Cacos de tijolo e telha coloniais com bambuzal associado. Onde: A) Vista geral do sítio; B) Bambuzal em linha e pomar; C) Fragmentos de telhas e tijolos coloniais.	60
Figura 7: Imagens do sítio 04 - Casas antigas de madeira. Onde: A) Casa 1; B) Casa 2; C) Vista geral do Sítio 04.	61
Figura 8: Imagens do sítio 05 – Vestígios de materiais construtivos coloniais, louças e vidro. Onde: A) Vista geral do Sítio 05; B) Fragmentos de telha e tijolo; C) Cacos de louça e vidro.	62
Figura 9: Imagens do sítio 06 – Materiais Construtivos. Onde: A) Vista ampla da área; B) Fragmento de tijolo; C) Telhas coloniais; D) Bomba de água para poço.	63
Figura 10: Imagens do sítio 07– Casa em madeira de Lei (Peroba). Onde: A) Casa em Madeira de Lei típica da região; B) Detalhe da fachada.	64
Figura 11: Imagens do sítio 08 – Louça associada a bambuzal. Onde: A) Vista geral da área; B e C) Fragmentos de louça.	65
Figura 12: Vista geral da área do sítio 09 – Ruínas associada a bambuzal.	66
Figura 13: Imagens do sítio 10 - Poço da água. Onde: A) Vista geral da área; B) Vista da área para a Lagoa de Sombrio; C) Poço de água; D) Detalhe do poço de água.	66
Figura 14: Imagens do sítio 11 – Cerca de Taipa. Onde: A) Vista Leste-Oeste da taipa em direção a lagoa; B e C) Cerca de taipa.	67
Figura 15: Imagens do sítio 12 – Poço de água. Onde: A) Vista geral da área com ênfase para o poço; B) Detalhe da estrutura do Poço da água.	68
Figura 16: Imagem do sítio 13 – Casa colonial bairro Rússia.	69
Figura 17: Imagens do sítio 14 - Cacos de Louças. Onde: A) Vista geral da área; B) Fragmentos de louça identificados.	70
Figura 18: Imagens do sítio 15 – Fragmentos de materiais construtivos coloniais e louças associadas a bambuzal. Onde: A) Vista geral da área; B, C e D) Fragmentos de tijolo, telha e louça.	71
Figura 19: Imagens do sítio 16 - Poço da água associado a bambuzal. Onde: A) Vista geral da área; B) Estrutura de poço de água.	72
Figura 20: Imagens do sítio 17 - Fragmentos de louça, vidro e material construtivo colonial. Onde: A) Vista geral da área; B – F) Fragmentos de louça e vidro.	73
Figura 21: Imagens do sítio 18 – Fragmentos de louça, vidro e material de construção colonial. Onde: A) Vista geral da área; B e C) Fragmentos encontrados.	75

Figura 22: Imagens do sítio 19 – Louça e Vidro. Onde: A) Vista geral da área; B - C) Fragmentos de louça e vidro do sítio.	76
Figura 23: Imagens do sítio 20–Casa Colonial. Onde: A) Casa Colonial; B) Fragmento de Louça associado a casa; C) Bambuzal alinhado formando uma cerca próximo a edificação. .	77
Figura 24: Imagens do sítio 21–Fragmentos de materiais construtivos coloniais e bambus. Onde: A) Propriedade onde foram detectados os fragmentos; B) Fragmentos de materiais coloniais.	78
Figura 25: Imagens do sítio 22 – Louças, vidros e bambus. Onde: A) Vista geral da área; B e C) Fragmentos de louça e vidro encontrados no local.	79
Figura 26: Imagens do sítio 23 - Ruína de casa colonial. Onde: A) Vista geral; B-G) Detalhes da edificação.	80
Figura 27: Imagens do sítio 24 – Casa Colonial (Família Perez). Onde: A) Vista ampla; B) Detalhe da fachada; C) Detalhes do interior coberto pelo galpão.	82
Figura 28: Imagens do sítio 25 – Casa Colonial. Onde: A - B) Casa colonial. C-D) Forno de barro.	83
Figura 29: Imagens do sítio 26 – Conjunto de ruínas Morro dos Macacos. Onde: A - B) Estrutura 1; C) Estrutura 2; D) Estrutura 3; E) Estrutura 4; F-H) Fragmentos de louça e materiais construtivos.	84
Figura 30: Materiais construtivos de característica colonial identificados na área de estudo (telhas e tijolos).	89
Figura 31: Fragmento de telha colonial capa-canal (sítio 23).	90
Figura 32: Materiais em vidro dos sítios coloniais identificados.	92
Figura 33: Detalhes do material em vidro.	93
Figura 34: Louças em porcelana, vidro e cerâmica coletadas na área de estudo.	97
Figura 35: Louças em faianças fina sem decorações coletadas na área de estudo.	98
Figura 36: Louças em faianças fina com decorações coletadas na área de estudo.	99
Figura 37: Áreas com bambu indicadas como antigos locais de moradia.	104
Figura 38: Mapa hipsométrico dos sítios coloniais identificados.	105
Figura 39: Sítio 02 em análise temporal.	106
Figura 40: Sítio 05 em análise temporal.	107
Figura 41: Sítio 06 em análise temporal.	107
Figura 42: Sítio 08 em análise temporal.	108
Figura 43: Sítio 15 em análise temporal.	108
Figura 44: Sítio 20 em análise temporal.	109
Figura 45: Sítio 22 em análise temporal.	109
Figura 46: Sítio 26 em análise temporal.	109
Figura 47: Área de estudo em análise temporal com evidência para diminuição de área da Lagoa de Sombrio.	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERUM	Projeto Arqueologia Entre Rios: Do Urussanga ao Mampituba
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPG	Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina
IMA	Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
LAPIS	Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
AP	Antes do Presente
GRUPEP	Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
LABPGT	Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. SE ESTAS ÁGUAS FALASSEM QUE HISTÓRIAS CONTARIAM?: O AMBIENTE DE PESQUISA, SUA LOCALIZAÇÃO E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO	30
2.1 Ocupação em períodos Pré-Coloniais	34
2.2 O contato: indígena - homem branco	37
2.3 A ocupação colonial.....	40
3. OS VESTÍGIOS MATERIAIS.....	52
3.1 Descrição dos sítios identificados	57
4. PEDRAS, PAUS, ARGILAS E VIDROS: O QUE DIZEM AS COISAS?	86
4.1 Considerações sobre a cultura material.....	86
4.2 A Paisagem.....	103
4.3 Os sítios em perspectivas temporais	105
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXOS	126

1. INTRODUÇÃO

As lagoas costeiras se destacam na paisagem litorânea do sul de Santa Catarina. Conforme Tomazelli e Villwock (19991), Lagoa é uma denominação usada genericamente para definir os corpos aquosos litorâneos, independente de suas dimensões, distância ou ligação com o mar. As lagoas costeiras do sul catarinense se formaram por dinâmicas ambientais que ocorreram ao longo de milhares de anos e, são elementos intrínsecos à formação das paisagens culturais e nas relações sociais das pessoas que habitam seus entornos.

Chamadas de lagoas costeiras por estarem inseridas na zona costeira brasileira, elas estão dispostas em paralelo à linha da costa. A zona costeira é o espaço de interação entre o continente e o oceano, composta de uma faixa terrestre e outra marítima. Sua largura varia conforme a interação entre mar e terra (POLETTE, 1999). Segundo Cancelli (2012), elas surgem dos processos de elevação e diminuição do nível dos oceanos que ocorreram a partir do Pleistoceno, estendendo-se até os últimos dois mil anos do Holoceno¹.

Schmitz (2013) aponta que a última regressão dos oceanos ocorreu a cinco mil anos, propiciando a estabilização da zona costeira que passa a oferecer recursos mais variados, abundantes e confiáveis que a caça em terra firme, portanto, possibilitando a fixação permanente ao longo do litoral. Entre os grupos humanos pré-coloniais² que ocuparam o litoral podemos citar os pescadores do litoral, construtores das estruturas conhecidas por Sambaquis, Grupos Jê, que migravam entre o planalto e a planície costeira e os Guaranis, que circulavam entre os cordões de lagoas e a encosta do planalto (SCHMITZ, 2013).

A ocupação do litoral pelos europeus tem início no século XVI. Devido ao Tratado de Tordesilhas, firmado anos antes (1494), a região costeira do território que viria ser o Brasil fica sobre domínio de Portugal. Contudo, no sul do Brasil as terras portuguesas se limitavam ao território da atual cidade de Laguna. As terras ao sul desta localidade pertenciam ao domínio Espanhol. Entre conflitos e acordos com a Espanha, Portugal garante o direito de povoar ao sul de Laguna, de forma que nos primeiros dois séculos a emigração foi pouco expressiva, ganhando intensificação a partir do século XVIII e possibilitando aos portugueses espalharem-se pela costa (IBGE, 2018). Esta região foi propícia aos novos colonos, pois,

¹ Pleistoceno e Holoceno: Épocas geológicas do período Quaternário.

² Nesta pesquisa convencionamos por apenas duas periodizações históricas: Pré-Colonial e Colonial. Sendo Pré-Colonial o período onde somente povos “indígenas” habitam o continente Americano, e Colonial o período a partir da ocupação europeia. A seguir explicamos as motivações.

muitos tinham origem nas ilhas portuguesas e tinham hábitos costeiros, assim, adaptaram-se bem na região costeira.

É possível perceber elementos culturais e sociais comuns por toda extensão do imenso litoral brasileiro, pois as influências que contribuíram para formar as bases culturais são as mesmas, dando à ocupação litorânea a mesma personalidade, evidencia Mussolini (1980). Para a autora, as comunidades litorâneas acabaram por aproveitar ao máximo os recursos disponíveis em seu meio, gerando uma intimidade entre os habitantes e habitat.

Além dos recursos que possibilitam um modo de viver, com o início da colonização, a zona costeira se faz importante por ser uma área de vazão e entrada de produtos, isto é, recebe diretamente interferências vindas de outros locais. Inseridas neste âmbito, as lagoas costeiras integram o cotidiano das comunidades ao seu entorno, que ao modificarem o espaço natural, determinam aspectos sociais, econômicos e ambientais sobre ele (ROOS, 2013).

Evidenciando as lagoas da região sul catarinense, Campos (2015) contabiliza que na região localizada entre o Rio Urussanga e o Rio Mampituba existem onze lagoas. Com os mais variados tamanhos, em comum, além da formação geológica, elas têm o atrativo para a ocupação humana desde períodos onde somente povos indígenas pré-coloniais habitavam a região até as ocupações contemporâneas.

Dentre as lagoas apontadas por Campos (2015), está a Lagoa de Sombrio. É a maior das onze lagoas, com uma área estimada em 51,17 km²(LOPES, 2011). Este corpo d'água está situado próximo à divisa com o estado do Rio Grande do Sul. Localizada na bacia hidrográfica do Rio Mampituba, contempla cinco municípios no extremo sul da microrregião catarinense de Araranguá: Sombrio, Balneário Gaivota, Santa Rosa do Sul, São João do Sul e Passo de Torres.

Além de suas funções ecológicas, uma vez que lagoas costeiras são importantes enquanto conjunto com as demais lagoas e enquanto corpos d'água singulares com ecossistemas únicos (ESTEVES, 1998), a Lagoa de Sombrio se faz importante para a história, cultura e economia da população local. Entre as diferentes hipóteses sobre as primeiras ocupações de não indígenas na localidade (LOPES, 2011; HOBOLD, 2005) a lagoa se demonstra fundamental em todas, tanto na possibilidade de alimento por meio da pesca e agricultura, quanto pelo posicionamento estratégico no caminho dos viajantes.

Além de possibilitar o sustento das famílias, a Lagoa de Sombrio era utilizada para fins de transporte. Lopes (2011) indica que a produção agrícola nas imediações da lagoa tinha seu excedente direcionado a Laguna, assim evitando os impostos fronteiriços entre as

províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não sendo o transporte por esta lagoa primordial. No entanto, o transporte por este corpo d'água era de suma importância para acessar a vila de São Domingos de Torres na intenção de comprar ferramentas e alimentos não produzidos no local. Pereira (1972) aponta que as pedras para construção da igreja desta vila passaram pelas águas da Lagoa de Sombrio para chegar ao território gaúcho, indicando a utilização deste corpo d'água como canal de ligação norte-sul.

Ao longo dos milhares de anos a paisagem associada a ela passou por muitas modificações de ordem natural (CANCELI, 2012), mas também recebeu influência das sociedades que ali habitaram. Ross (2013, p. 15) analisa que as marcas que o ser humano deixa na paisagem “podem ser entendidas como formas para a própria localização e compreensão da organização socioespacial de cada sociedade específica. E assim, essas marcas revelam uma maneira de o homem [e a mulher] transformar o meio natural no qual vive”. Contudo, “a paisagem é não apenas um ambiente sobre o qual os humanos atuam e transformam, mas o próprio resultado desta interação” (MACHADO, 2012, p. 37).

Neste sentido, a intensificação da ocupação às margens desta lagoa no decorrer do século XX acentuou as marcas da atuação social na paisagem. O processo de emancipação das cidades que envolvem a Lagoa de Sombrio teve início na segunda metade do século XX, bem como a crescente urbanização das mesmas. Um marco neste processo é a implantação da rodovia longitudinal brasileira 101 (BR-101), que perpassa todas essas cidades e tem seu percurso paralelo à margem oeste do corpo d'água em questão.

Lopes (2011) salienta que em virtude da construção da BR 101 corpo lacustre passou a ser invisibilizado por uma parcela da comunidade que não dependia mais da lagoa para ter seu sustento. Em consequência ampliou um processo de degradação que tem como fatores complementares a “retilinização dos canais, novas implementações agrícolas, crescimento populacional e, recentemente, a proliferação da gramínea forrageira *Brachiaria Radicans Napper*” (LOPES, 2011, p. 91) que contribui para sedimentação das margens da lagoa prejudicando as populações tradicionais que utilizam deste bem natural para subsistência.

Com todo o exposto, entendendo que a Lagoa de Sombrio é elementar para a ocupação humana na região presenciando diferentes organizações sociais e que a paisagem que a circunda vem passando por modificações intensas a partir do processo de colonização, nos leva a questionar: Existem vestígios materiais da ocupação colonial nas proximidades da Lagoa de Sombrio? Se sim, uma análise desta cultura material trará contribuições na caracterização deste processo de ocupação humana?

Meneses (1998) analisa que o estudo da cultura material tem três vieses: 1) A produção: remete a técnicas e materiais utilizados; 2) A identidade: associando o objeto com personalidade do dono (ou grupo social); 3) Circulação: apontando que um objeto, mesmo doado, leva atributos do doador. Na perspectiva do autor, a cultura material insere o indivíduo socialmente em uma rede de identidade, de forma que sem uma rede de relações que lhe dão suporte, isolado, é irrelevante.

Percebe-se, portanto, a importância de trabalhos que dão visibilidade à cultura material, pois ela é capaz de apontar diferentes aspectos de uma sociedade. Sejam eles sociais ou econômicos, são aspectos que sinalizam para o cotidiano das sociedades. Como aponta Oppitz (2011), a cultura material é atrelada a elementos que vão além de sua apresentação física.

Neste sentido, esta pesquisa tem por objetivo investigar a cultura material colonial no entorno da Lagoa de Sombrio. O recorte espacial é delimitado pelas estradas que contornam a Lagoa, visto que elas são agentes importantes na dinâmica da paisagem cultural local. Em questão de temporalidade, de modo que a região estudada teve sua colonização efetiva no século XIX se intensificando no decorrer do século XX o recorte temporal, portanto, dispõe dessa temporalidade, entre meados do século XIX e XX.

Foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1) Caracterizar o processo histórico de ocupação do território de abrangência da Lagoa de Sombrio; 2) Identificar e registrar em mapa sítios com cultura material colonial da área delimitada; 3) Analisar a cultura material identificada e correlacioná-la com o contexto histórico local e regional.

A escolha da área e temática de estudo estão ancoradas no lugar social da pesquisadora bem como, na carência de pesquisas com este enfoque na região. O escopo das pesquisas que tem como plano de fundo a Lagoa de Sombrio priorizou, até o momento, temáticas de degradação ambiental, paleoambiente, fauna e flora. A cultura material, por sua vez, já foi objeto de pesquisas na região, entretanto, com foco nos povos pré-coloniais (CAMPOS, 2015; CAMPOS, 2019). Ao direcionar o olhar para a cultura material colonial, esta pesquisa se faz embrionária na região, assim, estima-se trazer contribuições para as áreas de história, arqueologia e ciências ambientais.

Vale mencionar que esta investigação está inserida em um projeto mais amplo denominado Arqueologia Entre Rios: do Urussanga ao Mampituba (AERUM) desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão Integrada do Território (CAMPOS, 2015), que tem como área de estudo parte da microrregião de Criciúma e a microrregião de Araranguá,

sendo delimitada a norte pelo Rio Urussanga, a sul pelo Rio Mampituba, a oeste pela Serra Geral e a leste pelo Oceano Atlântico (SANTOS; 2016).

Não estamos investigando um acontecimento em si, mas sim um processo e suas marcas que interagem na paisagem, deste modo, no que se refere aos pressupostos teóricos metodológicos, esta pesquisa está ancorada no conceito de longa duração do historiador francês, Fernand Braudel. Este autor defende uma distinção do tempo histórico em curta, média e longa duração. A curta duração é o tempo histórico na dimensão do indivíduo, “uma história com oscilações breves, rápidas, nervosas”. (BRAUDEL, 1992, p. 14). A média duração é definida pelo autor como a história dos grupos e agrupamentos, uma história social, lentamente ritmada. E longa duração é a história do homem em suas relações com o meio em que vive, “uma história lenta no seu transcorrer e a transformar-se, feita com frequência de retornos insistentes, de ciclos incessantes recomeçados”. (BRAUDEL, 1992, p. 13-14).

Para Braudel (1992) estas temporalidades se articulam formando uma “dialética da duração” entre o tempo curto dos eventos históricos, do tempo intermediário das conjunturas e do tempo longo das estruturas. Em conjunto formam “uma história dos homens vistos em suas realidades coletivas, na evolução lenta das estruturas”. (RIBEIRO, 2016.p. 78).

Por estrutura, entende-se algo com bases fixas. “Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações. [...] Outras estão mais prontas a se esfarelar”. (BRAUDEL, 1992, p. 49-50). O Estado, o capitalismo e a Igreja são exemplos de estruturas. Definem costumes e práticas, contudo, mesmo elas precisam se adaptar à realidade do espaço geográfico (RIBEIRO, 2016). Deste modo Braudel percebe o espaço geográfico como uma estrutura que circunda a história, na medida que:

durante séculos, o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode desviar-se sem o risco de pôr tudo novamente em jogo. Vede o lugar da transumância na vida montanhesa, a permanência de certos setores de vida marítima, enraizados em certos pontos privilegiados das articulações litorâneas, vede a durável implantação das cidades, a persistência das rotas e dos tráficos, a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações”. (BRAUDEL, 1992, p. 50).

Ao trazer esta concepção geográfica de tempo histórico Braudel aponta para uma geografia do indivíduo biológico, onde esse indivíduo está sujeito às intempéries do lugar onde vive, quais sejam: ao calor, ao frio, ao vento, a seca. O indivíduo, portanto, se reduz a sua condição primeira de vida. O meio em que vive e de onde vai tirar tudo que precisa e formar sua base cultural (BRAUDEL, 1992). A geografia desacelera a história, lembra que a

natureza tem outro ritmo e que a humanidade não está sozinha no mundo, que dependemos do espaço seja ele o espaço natural inicial, seja o já modificado (Ribeiro, 2016).

Contudo, Braudel (2015) salienta que não é apenas o espaço geográfico que contribui na formação dos sujeitos e das sociedades, estes também o modificam. Essa interação entre História e Geografia que define o conceito de geo-história explanado pelo autor (BRAUDEL, 1983), de modo que “geo-história é o estudo de uma dupla ligação: da natureza ao homem e do homem à natureza, o estudo de uma ação e de uma reação misturadas, confundidas, recomeçados sem fim na realidade de cada dia”. (BRAUDEL, 2015, p. 630).

A longa duração braudeliana engloba a vida material das sociedades, pautada principalmente em uma análise econômica, contudo, Ribeiro afirma:

não se resume às trocas monetárias e a dinâmica financeira. Ela se refere à concretude *latu sensu* das civilizações e a tudo àquilo que as estabelece na condição de poderosos grupos culturais: a população; a alimentação e as bebidas; o *habitat* e o vestuário; as técnicas e o desenho das paisagens; as cidades, redes e territórios. Conjugados, tais aspectos edificam o espaço geográfico. (REBEIRO, 2016, p. 119)

Deste modo, Braudel (2015, p. 623) adota três terminologias: espaço, economia e sociedade, pelas quais procura mostrar suas variações no decorrer do tempo longo. Compreende que “a economia modela o social e o espaço, que o espaço comanda a economia e o social que, por sua vez, comanda as outras duas realidades. Estamos aqui em um mundo de ações, reações, interações”.

Ribeiro (2016) destaca que a história de longa duração é, por inteiro, geo-história: do meio ambiente, das paisagens culturais, dos territórios nacionais, da expansão do capitalismo. A história de longa duração, pensada por Braudel, é uma história que ultrapassa os acontecimentos curtos em um tempo absoluto e linear para assumir que o processo histórico acontece em velocidades diferentes em espaços, agora, historicizados, analisados como resultado da ação humana.

Algumas características na obra do historiador francês que ilustram a geo-história são apontadas por Ribeiro (2016, p. 55), são elas: “relação homem-meio; ocupação/povoamento /migrações/redes urbanas; distâncias; traçado de rotas comerciais terrestres e marítimas; descrição de sítio e da situação/análise de posição; domínio do espaço; dimensão econômica do espaço”. Muitas dessas características, se não todas, podem ser percebidas no contexto desta pesquisa, por exemplo, o processo de ocupação histórica, os usos da Lagoa de Sombrio pelos moradores da proximidade, o domínio do espaço com o crescimento das cidades que contornam a lagoa, a questão econômica e conseqüentemente a materialidade resultante da ocupação em questão, ou seja, abordamos parte da longa história humana neste território.

Visto que a cultura material é o foco desta pesquisa e também um pressuposto inerente à longa duração braudeliana, vamos complementar a abordagem aqui proposta com o viés teórico metodológico da arqueologia, mais especificamente da Arqueologia Histórica. Saladino e Pereira (2016) e Lima (2002) indicam que a arqueologia estuda as relações entre cultura material e sociedade permitindo compreender as mudanças sociais em longo prazo. Symansky (2014, p. 32) é mais enfático e nos traz que “investigação de longas sequências temporais envolvendo continuidade e mudança somente pode ser realizada com base nos dados arqueológicos”, pois outros métodos, muitas vezes, cobrem temporalidades menores.

Lima (2002) registra que, os marcos teóricos da Arqueologia Histórica, são os marcos da Arqueologia, com a especificidade de que este campo pode contar, para além do vestígio arqueológico, com fontes documentais. De uma forma geral, podemos conceituar Arqueologia como o estudo de grupos humanos pela sua materialidade bem como dos aspectos imateriais associados (FUNARI, 1988).

As definições arqueológicas no continente americano se diferenciam da Europa e da Ásia por questões óbvias de dinâmica ocupacional humana nos territórios. Enquanto os dois continentes fazem uso de uma tradição arqueológica onde é preferível termos mais específicos como: Arqueologia Clássica, Arqueologia Medieval, Arqueologia Egípcia e Arqueologia do Mundo Moderno (FUNARI, 2002; 2017). No continente americano, especificamente na América do Norte, surge no século XX uma arqueologia dividida em dois períodos: pré-histórica e histórica, de forma que “o período pré-histórico [...] inicia-se com as mais antigas ocupações aborígenes do continente [...] e termina com a presença dos colonos europeus. O período histórico [...] começa com os europeus e estende-se até o presente”. (ORSER, 1992, p. 18).

Todavia, a presença de europeus no Novo Mundo não acontece de forma homogênea, deste modo, Orser (1992) indica que o início do período histórico apenas poderia ser estabelecido em nível regional e ainda assim, não de forma precisa. É importante ressaltar que mesmo iniciando com a presença de europeus no continente americano, a Arqueologia Histórica não tem caráter eurocêntrico, ela aborda as diferentes populações (povos pré-coloniais em situações de contato, colonizadores, povos africanos, trabalhadores imigrantes e outros) e como se adaptaram ou foram transformadas pelo estabelecimento do “Novo Mundo” (termo que designa o continente americano após século XV), pontua o autor. Gaspar (2003), em diálogo, menciona que a cultura material histórica permite acesso a informações nunca mencionadas nos relatos das elites dominantes.

Analisando as tensões em torno do conceito de Arqueologia Histórica, Orser (1992, p.23, grifo do autor) o define como “*o estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje*”. Para Lima (2002) é inegável que ao fazer arqueologia histórica estamos fazendo arqueologia do capitalismo, entretanto, algumas ressalvas se fazem necessárias.

Autores como Lima (2002), Symanski (2009) e Senatore e Zarankin (2002) defendem que a perspectiva de Orser (1992), embasada em uma noção norte-americana, precisa ser utilizada com criticidade na América Latina, pois ela pode colaborar para manter a ordem vigente no mundo, ou seja, a soberania de alguns países em detrimento da exploração de outros. Usá-la com criticidade, não concebendo a expansão desses processos econômicos como algo natural, mas sim, indagando de que forma a América Latina passou a ser cativa dos países industrializados que penetraram todos os aspectos de nossa sociedade nos tornando subjugados (LIMA, 2002). Symanski (2009, p.10) reforça dizendo que é necessário avaliar o contexto da cultura material, pois “os discursos do capitalismo foram diferencialmente assimilados, rejeitados ou transformados de acordo com a classe social, gênero, e *background* cultural dos ocupantes dos sítios pesquisados”.

Zarankin e Salerno (2007) mencionam que na América do Sul a produção em termos de Arqueologia Histórica é bem heterogênea, e os países que mais se destacam são Brasil, Argentina e Uruguai. Desde o século XIX uma arqueologia de cunho nacionalista já era realizada, contudo foi somente após a década de 1980 com o retorno das democracias na América Latina que a Arqueologia Histórica se firmou, aponta Costa (2010). No Brasil, a arqueologia histórica vem sendo realizada de forma sistemática desde a década de 1960 em cidades coloniais e missões jesuíticas. A partir de 1990 passou a focar no estabelecimento do capitalismo e suas manifestações de consumo e ideologias, relações com a paisagem e identidades culturais. Sendo a perspectiva contextual, atualmente, muito utilizada pelos pesquisadores brasileiros, ressalta Symanski (2009).

Como um campo que ainda se estrutura, há diversas abordagens sobre a Arqueologia Histórica, assim, há diversas arqueologias históricas. A própria divisão entre pré-história e história é alvo de problematizações entre os pesquisadores, pois tais terminologias exprimem um caráter etnocêntrico, onde são dignas de história apenas sociedades a partir do século XV, já inseridas no contexto de influência europeia e que fazem uso da escrita. Sendo todo o processo histórico anterior considerado pré-história. Em defesa, alguns pesquisadores se

desfazem do caráter pejorativo do termo e dizem ser apenas um marco, além de a terminologia “pré-história” ser utilizada mundialmente. Entretanto, como posto no parágrafo acima, é importante uma análise do contexto para não colocar a história do nosso território anterior aos europeus em situação de negação. O soar ambíguo das terminologias, fortaleceu o uso dos termos Pré-colonial e Colonial por alguns pesquisadores. (SOARES, 2011; DMITRUK, 2006; GHENO, MACHADO, 2013; VASCONCELLOS, ALONSO, LUSTOSA, 2000). Com isso, por entender que todo indivíduo é um sujeito histórico, nesta pesquisa nos desfazemos de toda a carga pejorativa que a denominação Arqueologia Histórica possa ter. Todavia, convencionamos chamar de “Colonial” a temporalidade que inicia com a chegada dos europeus e, sem considerar outras periodizações do tempo histórico, abrange a contemporaneidade.

De todo modo, “o aspecto ímpar da Arqueologia Histórica é sua capacidade de dispor simultaneamente do registro documental e do registro arqueológico, daquilo que foi escrito e o que realmente foi feito” (GASPAR, 2003, p. 279). Para além, Lima (1993, p. 230) sugere “o forte apelo das pesquisas em sítios históricos junto à opinião pública, que se identifica profundamente com os traços europeus e africanos recuperados, sentindo que ali estão de fato os seus antepassados, é um importante fator de incremento a esse campo”, apontando ser uma relação diferente daquela dos sítios pré-coloniais onde a proximidade das populações atuais com os antepassados é bem menor.

Outra conceituação que gera debates é a de sítio arqueológico histórico, conforme Soares (2011) o impasse consiste em: utilizar a definição mais restritiva dos órgãos e proteção e garantir a proteção e preservação do sítio ou uma definição ampla para contemplar a diversidade desse tipo de sítio. “O maior problema em definir esse conceito está em elaborar uma definição que compreenda a riqueza arqueológica nacional e ao mesmo tempo, operacionalize, legalmente, a preservação desse patrimônio”. (SOARES, 2011, p. 26).

Há muitas (in) definições, de acordo com Soares (2011), para os conceitos de Arqueologia Histórica e de sítio arqueológico histórico, mas a importância deste subcampo da arqueologia é inegável, pois a materialidade produzida pelas sociedades coloniais imprime parte do patrimônio cultural brasileiro, a qual é requerido proteção. Porém, como afirmam Lima e Silva (2002, p.12) “não há como se proteger aquilo que sequer se consegue definir”. Deste modo, enfatizamos que esta pesquisa utiliza por base o conceito de Arqueologia Histórica de Orser (1992) com as ressalvas dos autores latinos, adaptando ao contexto do local

pesquisado. Para Sítio Arqueológico Histórico tomamos por base as conceituações de Thiesen e Tocchetto (1999), aqui ilustradas por Soares (2011).

Segundo as autoras, três vetores devem estar compreendidos nesse conceito, são eles: temporalidade, espacialidade e cultura. No *aspecto temporal*, afirmam que os sítios arqueológicos históricos podem variar “em uma escala que vai desde sociedades extintas num extremo, até o dia de ontem, no outro” (Thiesen e Tocchetto, 1999, p.268). Citam como exemplos sítios que datam desde os primeiros contatos das sociedades indígenas com os europeus (séculos XVI, XVII e XVIII), até períodos recentes, como por exemplo, locais de habitação de imigrantes alemães, ou então, engenhos de farinhas portugueses. No *aspecto espacial*, afirmam que é objeto de estudo da arqueologia histórica o que está sob o solo e o que está sobre o solo, ou seja, além da cultura material existente abaixo do solo; as ruínas, os caminhos, os bairros e, inclusive, as cidades, podem ser consideradas como objeto de estudo da arqueologia histórica. (SOARES, 2011, p. 25, grifo nosso).

Na pesquisa arqueológica é facilmente detectado mais de um sítio associado a um mesmo contexto, uma mesma paisagem, como é o caso dos sítios coloniais registrados na Lagoa de Sombrio. Deste modo, entender a paisagem circundante se faz necessário para compreensão dos antigos habitantes, suas dinâmicas culturais e padrões de povoamento, aponta Morais (1999), nos levando a outra conceituação importante para o desenvolvimento dessa pesquisa: a paisagem.

As discussões acerca da paisagem vêm ampliando as noções de sítio arqueológico, afastando-se de uma noção de sítio arqueológico isolado, dirigindo-se a uma mais abrangente, do entorno dos sítios, dos cenários produzidos na interação das sociedades com o meio em que viviam (Kormikiari, 2014). Nesse caso, é uma abordagem onde o natural se funde ao cultural, uma vez que desde os tempos mais remotos a humanidade vem transformando a natureza e produzindo novas paisagens.

A Paisagem é um objeto de investigação geográfica que permeia outras disciplinas, pois, abrange a materialidade da relação entre humanos e ambiente (ROSS, 2013). Dessa interação entre o aspecto cultural e natural surge o termo de Paisagem Cultural. Na perspectiva da autora:

Considera-se paisagem como sendo a estrutura espaço-temporal que resulta das interconexões dos diferentes elementos que a compõem (bióticos, abióticos e antrópicos). Para alguns autores, ela pode ser entendida/definida como sendo o campo do concreto, aquilo que os olhos enxergam, mas é preciso considerar que a paisagem é muito mais do que isso, incluindo o que percebemos e sentimos ao entrar em contato com ela; então, ao mesmo tempo, é formada não apenas por volumes, como também por tonalidades, animações, fragrâncias, ruídos, entre outros. A paisagem é um resultado de todos os processos existentes no espaço-tempo [...]. (ROSS, 2013, p. 21)

Com isso, percebemos que a paisagem não é apenas passiva às transformações humanas, ela influencia na produção cultural e nos sujeitos que a habitam. Ou seja, “vivendo nas paisagens, nós as produzimos, tanto quanto somos produzidos por elas [...]”. (BAILÃO, 2016, p. s/n).

Para o estudo da paisagem na perspectiva da arqueologia foi empregado a terminologia Arqueologia da Paisagem, que conforme Kormikiari (2014) foi usado pela primeira vez na Grã-Bretanha na década de 1970, com um viés unicamente de ser um plano de fundo para os sítios arqueológicos. Mas isso não quer dizer que a arqueologia não ponderava a paisagem anteriormente. Autores, como Knapp e Ashmore (1999), afirmam que ela sempre foi uma preocupação. O entendimento sobre as relações travadas entre arqueologia e paisagem é que foi mudando com o passar do tempo (LINO, 2012).

Essa oscilação na definição da Arqueologia da Paisagem gerou críticas, pois as diferentes abordagens sobre ela resultavam em mudanças no significado de paisagem, que hora enfatizava o aspecto natural e hora o aspecto cultural (KORMIKIARI, 2014). Utilizado por muitas áreas do conhecimento, a paisagem é apropriada por cada área de forma diferenciada, conferindo assim, sua subjetividade (RIBEIRO, 2007). Mas, atualmente o que é evidente em todas as vertentes é uma paisagem ativa que interage com o público, é a interação da dimensão física, da cultural e da social. Para além, compreende-se que, assim como a cultura material, ela também tem dimensões simbólicas, visto que os grupos humanos transformam o espaço físico em locais com significado (KIMIKIARI, 2014).

Komikiari (2014) aponta que a ciência arqueológica tem a capacidade de incorporar diversos aspectos da paisagem, nas palavras da autora:

Arqueologia possui a capacidade de incorporar vários destes aspectos da paisagem em seus estudos. De fato, o que vemos hoje são caminhos de pesquisa múltiplos e múltiplas perspectivas interpretativas. Questões relacionadas à ecologia (ecologia de assentamento); ritualização (paisagens rituais) e etnicidade (paisagens étnicas) são aspectos distintos de como o ser humano define, molda e usa o espaço em momentos determinados. Juntos, abordam processos essenciais de como as pessoas transformam o espaço em um local com significado. (KORMIKIARI, 2014, p. 14).

Para alguns autores como Morais (1999) e Honorato (2009), a Arqueologia da Paisagem é a forma de arqueologia que menos danifica o patrimônio, pois é uma intervenção que não necessita da escavação. “Pela natureza de sua metodologia e técnicas aplicáveis - que perpassam pelo uso quase abusivo das geotecnologias - a Arqueologia da Paisagem é uma arqueologia ‘não destrutiva’”. (MORAIS, 1999, p.12). Tal afirmativa ainda demonstra a

estreita ligação da Arqueologia da Paisagem com a Geografia, ao fazer uso de geotecnologias como método de análise.

Ribeiro (2007) ressalta que a abordagem escolhida para conceito de paisagem levará a pesquisa para diferentes conclusões. Aqui utilizamos como suporte teórico a paisagem pela vertente da Geografia, campo da qual ela se origina. Visto que foi esta conceituação que inspirou o pensamento braudeliano para pensar a longa duração e geo-história, aqui norteadores³.

Nesta vertente, paisagem tem origem na perspectiva geográfica da Ecologia da Paisagem, que a concebe como uma entidade visual e espacial conectada à vivência humana, enfatiza Morais (1999). Não obstante, este autor exprime as amarras da Arqueologia da Paisagem com o conceito de Paisagem Cultural, visto que esta incide na relação dos povos do passado com o ambiente (MORAIS, 1999).

“Inevitáveis também são as ligações da Arqueologia da Paisagem com as coisas do patrimônio, considerando seus vários componentes (arqueológico, ambiental e paisagístico, arquitetônico e urbanístico)”. (MORAIS, 1999, p.12). Falar em patrimônio se faz importante, pois por lei, no Brasil todo bem arqueológico é protegido. A paisagem, por sua vez, pode ser interpretada com dupla proteção, enquanto bem arqueológico, mas também enquanto conjunto paisagístico por si só, como dispõe o inciso V do Artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

A arqueologia tem uma proximidade com as questões de Patrimônio Cultural, à vista que quando uma coisa é classificada como arqueológica “por força de Lei, são convertidos em objetos de valorização e proteção, como forma de garantir seu potencial informativo e de significado histórico”. (BARCELOS, 2012, p.7).

José Reginaldo Gonçalves (2003, p. 22) analisa que “todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento, [...] o resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um patrimônio”. Esse colecionamento são os objetos e as transformações do ambiente de vivência recorrentes do cotidiano dos sujeitos. Barcelos (2012), em diálogo, ressalta que todas as coisas referentes ao ser humano estão passíveis a patrimonialização, entretanto, dependem de escolhas feitas por profissionais, ao que parece, habilitados para operar a seleção. Historiadores, antropólogos, museólogos, arquitetos e arqueólogos são alguns destes agentes.

A Constituição de 1988 apresenta um conceito bem completo de patrimônio. Na prática, a apropriação da legislação foi ocorrendo aos poucos rumo à preservação. Quando o

³ Braudel utilizou da geografia para formular sua linha de pensamento, a influência desta disciplina em sua obra vem do Geógrafo Vidal de La Blache. Ver mais em RIBEIRO (2016).

assunto é Paisagem Cultural não foi diferente, somente em 2009 o IPHAN lançou uma portaria estabelecendo a chancela da Paisagem Cultural no Brasil. Esta foi definida por uma “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009).

Castriota (2010, p. 17) indica que a Paisagem Cultural “combina de forma inextricável os aspectos materiais e imateriais do patrimônio, muitas vezes pensados separadamente. Com isso, de certa forma, abre-se uma perspectiva contemporânea para se refletir, de forma mais integrada, sobre diversas ideias tradicionais do campo da preservação”.

As bases teóricas escolhidas corroboram para pensar a ocupação colonial do entorno da Lagoa de Sombrio na longa duração. Partimos da materialidade, passando pela relação das sociedades com ambiente, contemplando questões sociais, políticas, econômicas e ambientais, bem como continuidades e discontinuidades do processo de ocupação neste espaço. A cultura material remanescente são gatilhos para a memória social e identidade local, suscetíveis a serem identificados como patrimônio cultural.

Para realização deste estudo, a fim de cumprir os objetivos, utilizamos uma pesquisa bibliográfica documental (GIL, 1999) sobre o contexto histórico da região do extremo sul catarinense, onde a área de estudo se localiza. Entender o contexto pesquisado é de suma importância para realização de um estudo e, como exposto anteriormente, é um pressuposto da base teórica estabelecida. Os autores norteadores são Piazza (1983; 1994), Hobold (2005), Dall’alba (1997), Pereira (1972), Reitz (1948), Lopes (2011), Coelho (2003), Rocha (2010), Adams Filho (2017) e Spricigo (2007).

Na etapa de campo foi utilizada a metodologia de prospecção arqueológica assistemática de superfície (RENFREW; BAHN, 1993; BICHO, 2006). Prospecção consiste em realizar um caminhamento na área pesquisada, o caráter assistemático/oportunístico de superfície permite que as zonas prospectadas dentro da área de estudo sejam escolhidas de forma aleatória e que a averiguação ocorra somente em superfície, sem sondagem ou escavação.

Considerando o caráter exploratório que essa pesquisa tem ao buscar identificar sítios coloniais até então desconhecidos, a prospecção se coloca como a metodologia adequada, pois não demanda de muitas ferramentas, além de pouco destrutiva ao patrimônio cultural (BICHO, 2006). Nos últimos anos a prospecção tem perdido seu caráter preliminar em comparação com a escavação, sendo reconhecida como igualmente capaz de trazer

informações arqueológicas, aponta Bicho (2006). Tanto este autor, como Renfrew e Bahn (1993), apontam a prospecção de reconhecimento, como denominam esse processo de busca por vestígios, um método adaptativo às subjetividades do local pesquisado e das percepções dos pesquisadores.

É previsto neste método a interpretação de imagens aéreas da área de estudo, pois proporciona indicações para o trabalho de campo. E no caso de imagens antigas, permite perceber as mudanças ao longo do tempo. (RENFREW; BAHN, 1993). À vista disso, foram utilizadas aerofotogramas dos anos de 1957 e 1978 que fazem parte de dois levantamentos realizados pelo Estado de Santa Catarina dos quais geraram imagens de todo território estadual em escala de voo 1: 25.000 (OLIVEIRA, 2015).

As imagens foram disponibilizados pela Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (SPG) e pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA). A maioria delas está digitalizada na SPG e foram disponibilizadas por e-mail via solicitação prévia no *site* do órgão. Algumas imagens do voo de 1957 se encontram no IMA na versão original em papel, neste caso foi realizada a digitalização com resolução de 600 *dpi*.

Para utilização dessas imagens foi necessário realizar o “Registro”, que consiste em estabelecer um sistema de coordenadas único para as imagens digitais. Para realizá-lo foi utilizado o programa ArcGIS 10.3.1 com auxílio da ferramenta *Georeferencing*, em que se identificou nas imagens antigas e atuais elementos que se mantiveram na paisagem ao longo do tempo (estradas, arruamento, edificações, árvores, etc).

A análise das imagens aéreas georreferenciadas auxiliou na identificação dos sítios, permitindo reconhecer possíveis estruturas, como presumem Renfrew e Bahn (1993) e Bicho (2006). As possíveis estruturas identificadas nas imagens aéreas de 1957 e 1978 serviram de base para criação de uma planilha com pontos para verificação em campo.

O levantamento de campo aconteceu em duas ocasiões: A primeira, em setembro de 2018, associada a outro projeto, possibilitou o reconhecimento da área e o seu potencial para a pesquisa. A segunda, em outubro de 2019, já na busca de identificar sítios arqueológicos coloniais. Entre elas outras incursões foram realizadas apenas no intuito de conhecer a paisagem. Bicho (2006) aponta que a prospecção pode ser baseada em três aspectos: o geográfico ou natural, seguindo, por exemplo, a morfologia/topografia do ambiente; o cultural, onde a cultura material define o limite da prospecção; e o institucional onde o limite é imposto por um recorte arbitrário a fim de minimizar a área a ser prospectada. Para o autor, a fusão de pelo menos dois desses aspectos é importante, neste caso, a prospecção realizada

pode ser entendida como cultural-institucional, à vista que o limite a ser estudado foi definido arbitrariamente pelas estradas que contornam a Lagoa de Sombrio e dentro dele o viés cultural comandou a prospecção.

A prospecção iniciou seguindo os pontos identificados nas imagens georreferenciadas com um olhar atento a outros possíveis locais/vestígios não mapeados. Alguns desses pontos foram confirmados como sítios arqueológicos coloniais e outros não. Foi observado a recorrente presença de bambuzais/taquareiras nos locais com evidências arqueológicas, mostrando-se também parte desse processo ocupacional. Assim, como explanado por Renfrew e Bahn (1993), Morais (2000, p. 8) designa que “elementos do meio físico-biótico dotados de alguma expressão locacional para os sistemas regionais de povoamento [...]” tem “caráter preditivo, muito útil no reconhecimento de área e levantamento arqueológico”. Não obstante, os bambus passaram a ser indicadores da ocupação colonial neste território.

Além dos pontos detectados nas imagens aéreas, dos bambus como indicadores e do olhar atento para outras estruturas ou elementos passíveis a serem sítios arqueológicos coloniais, outro fator que contribuiu para o levantamento foi a contribuição oferecida pelos atuais ocupantes dos locais visitados. Muitas vezes para verificar um local de possível sítio colonial foi preciso solicitar permissão para entrar na propriedade, explicando aos moradores sobre a pesquisa. De forma espontânea muitos deles contavam sobre as mudanças na paisagem ao longo do tempo, histórias de modos de viver e de antigos habitantes, bem como indicavam locais de antigas moradias ou engenhos. Em alguns casos se prontificavam em nos levar até o local ou mesmo de mostrar relíquias familiares e documentos antigos. Tal ação também é prevista no método de levantamento assistemático/oportunístico, visto que o levantamento oportunístico fundamenta-se em aproveitar a oportunidade para identificar o sítio, seja ela, observar o solo no local que uma árvore caiu (em caso de sítio em subsuperfície) ou as contribuições da comunidade, como neste caso (PROUS, 2019).

A atividade de campo iniciou em Passo de Torres, na margem Oeste da Lagoa de Sombrio, seguindo em direção Norte até contornar seu leito. Já na margem Leste, a prospecção seguiu em sentido Sul até, novamente, Passo de Torres. Nesta orientação os sítios foram nomeados de um a vinte e seis. Em campo foi utilizado GPS (Garmin eTrex Touch 35) de navegação para chegar às coordenadas pré-estabelecidas e verificá-las bem como para registrar novas. Toda etapa de campo e os detalhes dos sítios arqueológicos foram registrados com anotações em caderno e em um robusto acervo fotográfico.

Quando identificado um local como sítio arqueológico foi realizado fotos amplas da área e detalhadas da cultura material. Em casos de pequenos vestígios como cacos de louças ou material construtivo foi realizado coleta, apenas em caráter de amostra para posterior análise em laboratório. Tal procedimento é previsto por Bicho (2006), principalmente “nos casos de trabalhos de minimizações de impacto naqueles sítios arqueológicos em que não haverá escavação”, como é o caso dos sítios nesta pesquisa. Com os sítios identificados e espacializados foi elaborado o material cartográfico da pesquisa, procurando utilizar o potencial da geovisualização associado à arqueologia.

Em um terceiro momento a cultura material móvel, cacos de louça e vidro, telha e tijolo foram levados ao Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) para análise. Os vestígios foram higienizados e devidamente separados por sítio. No que tange à análise foi utilizado catálogos de arqueologia colonial e outras referências bibliográficas para compreender os tipos de pasta e técnicas decorativas, visando identificar características simbólicas como possível carga étnica, usos e temporalidades. Os principais autores que nortearam foram Soares (2011), Tocchetto *et al.* (2001), Lima (1995), Zanettini e Camargo (2017), Zanettini (1986), Souza (2010).

Diante do explanado, esta dissertação conta com três capítulos para além de introdução e considerações finais. Desta maneira, o primeiro capítulo é composto por uma caracterização do ambiente de pesquisa e contexto histórico da região de interferência da Lagoa de Sombrio. Apresenta as diferentes ocupações humanas na região, partindo dos povos pré-coloniais e chegando ao tempo presente. O Segundo capítulo faz referência às pesquisas em Arqueologia Colonial no Sul do Brasil e apresenta os sítios arqueológicos identificados no entorno da Lagoa de Sombrio. O terceiro capítulo aborda a análise da cultura material coletada em campo e das dinâmicas na paisagem da área estuda.

2. SE ESTAS ÁGUAS FALASSEM QUE HISTÓRIAS CONTARIAM?: O AMBIENTE DE PESQUISA, SUA LOCALIZAÇÃO E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO

Este capítulo ao apresentar o contexto histórico de ocupação na região da Lagoa de Sombrio, inicia trazendo as características de caráter físico natural da região e da Lagoa cenário desta investigação por ser um aspecto ambiental potencializante da ocupação humana. As pessoas deixam suas marcas na paisagem, mas também são influenciadas por ela. Neste viés, caracterizar o meio natural é mais que situar o leitor, é destacar o diálogo entre o natural e cultural.

Destarte, a Lagoa de Sombrio é a maior lagoa costeira do extremo sul catarinense, de forma que tem 16,368 km de comprimento e cerca de 5 km de largura, com uma área de aproximadamente 54 km² (CANCELLI,2012)⁴. Ela se conecta com outros recursos hídricos locais como é possível observarmos no relato de Silva (2011, p. 10):

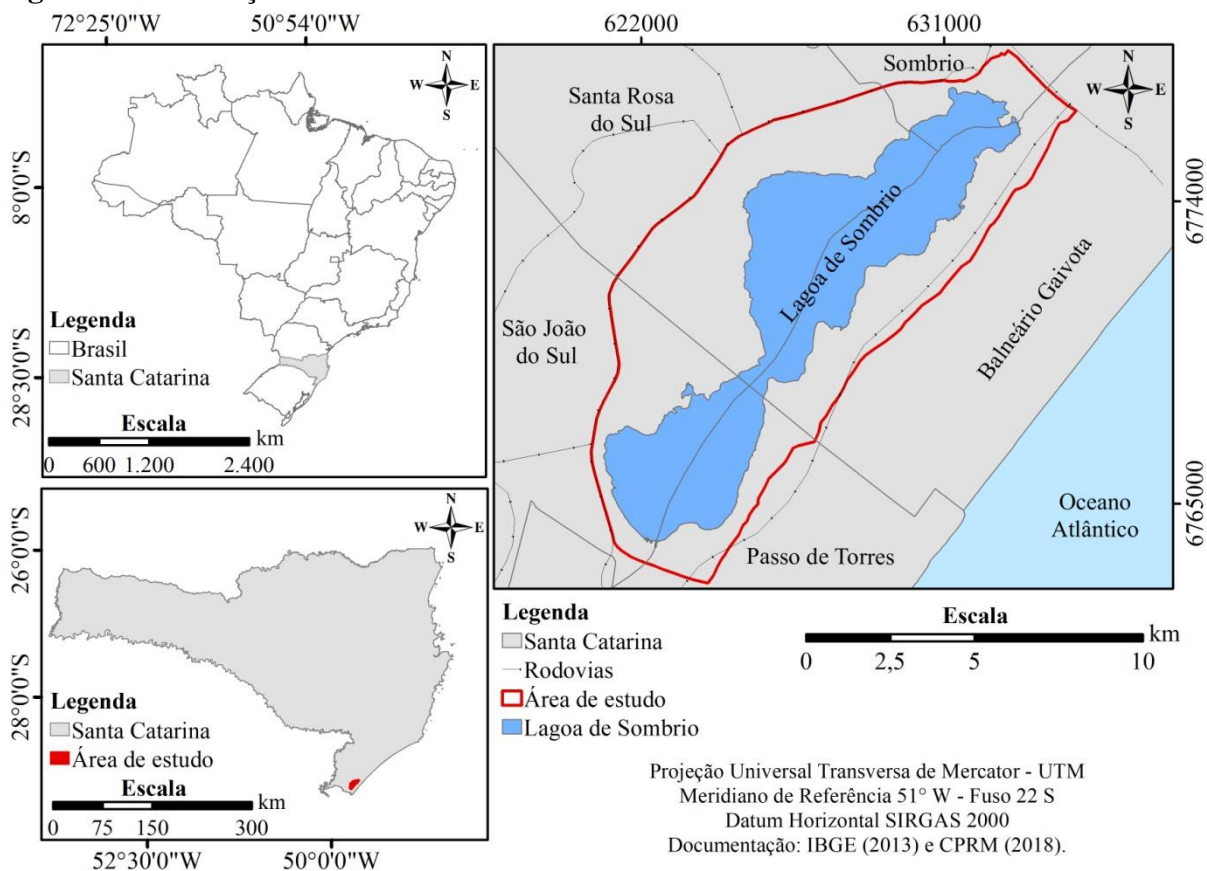
Ao sul a lagoa do Sombrio tem conexão através da chamada “barrinha” com o rio Mampituba, que por sua vez tem conexão com o mar. Ao norte há um canal de ligação entre esta e a lagoa do Caverá. No setor leste ocorrem cordões de pequenas lagoas alongadas como a lagoa de Fora e a lagoa Figueirinha. Diversos canais de drenagem localizados nas áreas baixas adjacentes também são presentes.

O autor, ao trazer Wahrlich *et. al.* (1997), ressalta que esta lagoa “apresenta teores de salinidade inferior a 1%, caracterizando um ambiente de água doce sem influência marinha atualmente” (SILVA, 2011). Deste modo, Lopes (2011) destaca que a mesma já foi considerada a maior lagoa de água doce do estado de Santa Catarina,

A seguir, é possível observar a Lagoa de Sombrio inserida na divisão política dos municípios que a contornam assim como a delimitação da área estudo (figura 1):

⁴ As demissões atuais da Lagoa de Sombrio variam entres as fontes.

Figura 1: Localização da área de estudo



Fonte: LabPGT– UNESC, 2018.

A área de estudo está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba, localizada na fronteira entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ela contempla 18 municípios, oito em terras gaúchas: Torres, Mampituba, Morrinhos do Sul, Dom Pedro de Alcântara, Cambará do Sul, São Francisco de Paula, Três Forquilhas e Três Cachoeiras; e 10 municípios em terras catarinenses: Passo de Torres, Praia Grande, São João do Sul, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Balneário Gaivota, Balneário Arroio do Silva, Araranguá, Ermo e Jacinto Machado.

Nem todos os municípios se encontram integralmente dentro desta bacia. Entre aqueles que contornam a Lagoa de Sombrio, por exemplo, Balneário Gaivota, São João do Sul e Passo de Torres tem o percentual de 100% de seus territórios dentro da bacia. Já Sombrio tem 97,8% e Santa Rosa do Sul 99% de seus territórios participantes neste manancial (BOHN, 2008).

Cancelli (2012) nos informa que a Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba é composta por duas unidades geomorfológicas: o Planalto Meridional e a Planície Costeira. Tem como

principais Rios o Mampituba, Sertão, Canoas e Laje. Além da Lagoa de Sombrio tem-se a Lagoa do Caverá, Piritú, Lagoa de Fora e do Rodrigues.

A Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba tem 12 (doze) formas de relevo (BOHN, 2008), porém segundo Lopes (2011) a Lagoa de Sombrio está no domínio das Planícies (ou Terras Baixas), no subdomínio das Planícies Aluviais onde estão os compartimentos de Planícies de Inundação (fundos de vales e várzeas) e de Deltas. No tocante do clima, Bohn (2008) comenta que a região se encontra no tipo de clima Cfa ou subtropical úmido conforme classificação de Köppen.

A geologia da área de estudo consta com duas unidades principais: o Embasamento, formado por rochas sedimentares e vulcânicas da Bacia do Paraná e; a Bacia de Pelotas, relacionada a eventos tectônicos. A Lagoa de Sombrio é fixada na margem emersa desta Bacia na qual se encontra antigos depósitos sedimentares (SILVA, 2011).

Cancelli (2012) ao estudar o paleoambiente na Planície Costeira sul catarinense nos indica que a formação geológica da região é resultado de um sistema de quatro barreiras, a I, II e III referindo-se à idade pleistocênica, enquanto a IV tem cronologia Holocênica. O autor explica melhor este sistema de barreira:

Durante o estágio I o nível do mar teria alcançado altitudes ocupadas pelas rochas do embasamento a oeste, formando ilhas e baías na planície, cujas litologias pré-existentes foram erodidas pela ação marinha. No estágio II, o nível do mar recuou e, após erodir o embasamento indiferenciado, formou um conjunto de depósitos eluviais, coluviais e aluviais de encosta. O estágio III é caracterizado pela formação de corpos aquosos que originaram depósitos lagunares nas proximidades de embasamento, assim como dos depósitos de encosta. No estágio IV, o nível do mar novamente recuou, e ao longo dessa progradação criaram-se praias e depósitos eólicos de grandes extensões (CANCELLI, 2012, P. 5-6).

Ou seja, o sistema laguna/barreira são linhas sedimentares que foram se dispondo na planície litorânea à medida que o nível do mar aumentava e diminuía. Neste sentido Silva (2011) complementa assinalando que os depósitos holocênicos correspondentes à barreira IV encontram-se a leste da Lagoa de Sombrio, e os depósitos pleistocênicos a oeste.

Em relação à vegetação, Cancelli (2012) nos lembra que Santa Catarina está inserido no Bioma Mata Atlântica. Rico em biodiversidade, uma característica sua é a ocorrência de vários ecossistemas: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, além de campos de altitude, brejos interiorianos, manguezais, restingas herbáceo/arbustivas e ilhas litorâneas (CANCELLI, 2012). No decorrer

do século XX foi amplamente devastado por ação antrópica, seus fragmentos atualmente se concentram no Sudeste e Sul do Brasil.

Neste contexto, o autor aponta que a vegetação da área de estudo é classificada como Floresta Ombrófila Densa ou Floresta Tropical Fluvial. Ocorrendo também ecossistemas como as da restinga litorânea com vegetação herbácea, arbustiva e arbórea. Outro aspecto da vegetação local é a Floresta Tropical das Planícies Quaternárias do Sul onde são comuns Ipês amarelo, coqueiros, araçazeiros, guamirins e as figueiras.

Uma particularidade interessante da região que compreende a Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba é sinalizada por Bohn (2008), ao dizer que essa região representa uma zona de transição entre os ecossistemas tropicais, subtropicais e temperados. Não obstante, o autor indica a singularidade da região ao ter diferentes ecossistemas: lacustres, estuários, lagunares e marinhos. Igualmente à diversidade biológica resultante deles.

Com todo o exposto percebemos que a região apresenta uma característica paisagística de interesse para os sistemas de ocupação humana: os recursos hídricos. Faber (2011) aponta que desde as primeiras civilizações recursos hídricos se fazem importantes para o estabelecimento de vilas e cidades: o Egito às margens do rio Nilo, Israel/Palestina nas margens do rio Jordão e Índia com o rio Ganges, são exemplos.

Lui e Molina (2009) ressaltam que no Brasil não foi diferente. As primeiras sociedades pré-coloniais na Amazônia tiveram seus assentamentos nas áreas adjacentes às elevações das margens dos rios, obviamente também circulando por outras áreas do território. O mesmo processo se repete no período colonial, de forma que os vilarejos vão surgindo ao longo de rios, lagoas, etc. Além da subsistência, a motivação também se ancora no lado econômico, produzir produtos da terra e escoá-los pelos portos, como expõe Gandara (2017, p.6):

Eles fornecem a água para alimentação, para indústria, para possibilidade de navegação, deslocamento fácil no vale, solos férteis, pela existência de recursos naturais que possam ser extraídos e transportados, relevo plano do vale..., lugares que reúnam as riquezas necessárias. Aparecem, também, com a função ligada aos meios de comunicação, à possibilidade de contato e de circulação, como via de transportes e estrada líquida.

A autora analisa que os rios são produtos e produtores históricos, são indicadores físicos dos espaços. Suas transformações no decorrer do tempo têm particularidades que podem ser contadas pelas atividades humanas realizadas na paisagem, contadas pelo cotidiano vivido e pelas representações sociais. Deste modo, os rios são “muito mais do que acidentes geográficos em mapas. São suporte físico. São paisagem”. (GANDARA, 2017, p. 3).

Para Gandara (2017) eles atuam como introdutor dos seres humanos nos ambientes, que aglomerados próximos aos rios iniciam a formação das cidades, ou aldeias, considerando períodos pré-coloniais que como expõe Noelli (2000), a maioria dos sítios arqueológicos está próxima de cursos da água com alto potencial para pesca. Deste modo entende-se que não somente os rios, mas os recursos hídricos de forma geral são elementos definidores do modo de viver de uma localidade. Com isso, vamos ao processo de ocupação da nossa região de interesse.

2.1 Ocupação em períodos Pré-Coloniais

Noelli (2000) aponta que a ocupação humana no Sul no Brasil tem um quadro cronológico que inicia a 12 mil anos antes do presente (AP) com possibilidade para encontrar vestígios ainda anteriores⁵, porém são poucas as chances de encontrar vestígios de populações diferentes das já conhecidas até então. O autor destaca que estudos arqueológicos revelam ocupação por todo território da região Sul, “não existe nenhum tipo de ambiente no Sul que não tenha sido ocupado sistemática ou ocasionalmente” (NOELLI, 2000, p.226).

Para este autor as pesquisas sobre as populações humanas no Sul do Brasil tiveram inicialmente um caráter mecanicista procurando entender a cultura separada dos sujeitos que a construíram. A carência de reflexões sobre o processo histórico das populações que habitavam o território deixou de fora questões como os problemas ocasionados pelo contato de indígenas com o homem branco:

as guerras travadas entre índios e brancos, as epidemias que facilitaram a instalação dos brancos, a formação da sociedade nacional, o impacto ecológico da economia europeia e os processos que acabaram em genocídio e na opressão dos povos indígenas que sobreviveram no espaço que virou Brasil. (NOELLI, 2000).

Isto é, em um momento inicial as pesquisas focaram apenas na tecno-tipologiacultural pré-colonial sem considerar os povos e suas relações de continuidades/permanência após a inserção da migração europeia (NOELLI, 2000). Estas populações foram largamente invisibilizadas, fato que corroborou para ideia de um “vazio demográfico” no Sul do Brasil.

⁵ Após 20 anos da pesquisa de Noelli (2000) novos sítios e datações foram levantados, contudo, de maneira genérica, visto que não é o intuito desta pesquisa, é possível aludir que o quadro cronológico mantém a data inicial aproximada de 12.000 anos para o Sul do país. Ver mais em: Bueno e Dias (2015) e Lourdeau *et. al.* 2016.

No viés de um projeto nacionalista o governo brasileiro buscava expandir as fronteiras agrícolas garantindo a posse de terras e as integrando economicamente ao império bem como a estabilização das fronteiras com outros países e o branqueamento da população. Deste modo acreditava-se que a vinda de europeus seria benéfica para o desenvolvimento da população brasileira. Para que este projeto se concretizasse era preciso uma grande quantidade de terras, os “vazios demográficos” (SELAU, 2006).

Muitas áreas no Sul do Brasil foram consideradas vazias, inclusive o sul de Santa Catarina. No entanto, Selau (2006) ao pensar propriamente o sul catarinense expõe o vazio demográfico como uma ficção. A presença de indígenas nestas áreas aparecia nos documentos oficiais, ficando evidente que este “vazio” desconsiderava povos indígenas e se referia a “membros da sociedade nacional”, como explana o autor. Santos (2003, p. 437), reforça esta versão e menciona que “toda essa área [vazia] era considerada como desabitada, embora há muito se soubesse da presença de indígenas ali. A ideia de um ‘vazio demográfico’ prevaleceu nas decisões oficiais”.

Invisibilizados pelos recém-chegados imigrantes/colonizadores europeus em fins do século XV, entretanto presentes no território do atual Brasil há milênios. Noelli (2000) destaca que grosso modo houve três levadas de ocupações pré-coloniais. A primeira ocupou a Região Sul a 12 ou 13 mil anos AP “e parece ter se mantido estável, mantendo as mesmas características materiais, reproduzindo certos comportamentos adaptativos e econômicos de povos ‘caçadores-coletores’, até cerca de 2.500 AP”. (NOELLI, 2000, p. 227). As pesquisas arqueológicas dividem esta primeira ocupação em dois grupos, tradição Umbu e a Tradição Humaitá, mas Noelli (2000) ressalta que ainda não há consistência nas diferenciações entre elas. De mesmo modo, não se sabe de qual região vieram até chegar ao Sul.

Subtendidos por Noelli (2000) dentro desta primeira leva, mas explanado por outros autores (DEBLASIS et al., 2007; DEBLASIS; GASPAR, 2009) estão os pescadores do litoral, construtores das estruturas chamadas de sambaqui. Essa população tem idades entre 8.000 – 900 anos AP e estavam presentes em todo litoral brasileiro (DEBLASIS e GASPAR, 2009), inclusive, nas imediações da Lagoa de Sombrio (CAMPOS, 2015, CAMPOS, 2019).

Sambaquis (palavra de origem Tupi que significa, literalmente, ‘monte de conchas’) são sítios arqueológicos monticulares [...] ocupando [...] regiões lagunares e áreas recortadas de baías e ilhas. Estes sítios (também chamados de concheiros) variam bastante de tamanho e, especialmente no litoral sul catarinense, podem atingir dimensões impressionantes, alcançando até 70 metros de altura e 500 metros de comprimento. (DEBLASIS et. al., 2007).

Posteriormente, acerca de 2.500 anos atrás chegaram ao Sul, vindos da Amazônia e Centro-Oeste do Brasil, duas levas de grupos ceramistas agricultores distintos, os Tupi e os Macro-jê, continua Noelli (2000). “Elas trouxeram consigo modelos de organização sociopolítica e economia baseada no manejo agroflorestal e de adaptabilidade, distintos das populações pré-ceramistas que viviam no Sul”. (NOELLI, 2000, p. 228). Deste modo, em pouco tempo demonstravam domínio da região, como é possível verificar a seguir:

Como se pode inferir dos registros arqueológicos regionais, essas populações tinham uma capacidade de reprodução biológica e cultural tais que em cerca de 1.000 anos dominaram as margens das principais bacias hidrográficas, expulsando, assimilando ou exterminando as populações que ali viveram por cerca de 10.000 anos. (NOELLI, 2000, p. 28)

Os Tupis são representados pelos Guarani e os Macro-jê pelos Kaingang e Xokleng. Para o autor, as populações do sul se distinguem pelos campos lingüístico, material e biológico. Em suas palavras:

A diferença entre os Guarani e os Kaingang/Xokleng é definida tanto em termos materiais quanto em termos lingüísticos, sociológicos e antropológicos. [...]. Entre os Kaingang e Xokleng [...] existem claras diferenças lingüísticas, sociológicas, biológicas e materiais etnográficas entre esses dois povos Jê. As populações das tradições Umbu e Humaitá possuem diferenças materiais e de posicionamento geográfico sutis entre si e, quando corretamente contextualizadas, suas evidências se distinguem das encontradas nos registros arqueológicos dos Guarani, Kaingang, Xokleng e Xetá. (NOELLI, 2000, p. 229).

Ao contextualizar o estado de Santa Catarina, Schmitz (2013) destaca o estabelecimento de “fronteiras” entre os povos indígenas. Aponta que as primeiras populações, ou “primeira leva” como diria Noelli (2000), eram “pequenas e localizadas”, mas com a sua chegada de novos povoadores as diferenças entre as populações ativaram um limite fronteiro. Para Schmitz (2013, p. 8) a ocupação pré-colonial em Santa Catarina divide o ambiente em algumas zonas: “litoral, planície costeira, encosta do planalto, planalto das Araucárias e Alto rio Uruguai”.

Enquanto os movimentos de avanços e recuos do nível do mar formavam a planície costeira as matas do interior catarinense eram propícias para o estabelecimento de grupos humanos e outras espécies. Desta forma são nestas matas que foram encontrados os vestígios das populações mais antigas mencionadas, os caçadores-coletores (SCHMITZ, 2013). Schmitz (2013) sugere que ao mesmo tempo da caça em terra firme surge à pesca no litoral, mas a instabilidade da zona costeira destruía os vestígios de ocupação. Em lugares não atingidos pela subida e descida do oceano são datados sambaquis com 8.000 mil anos AP,

mas a maioria destas construções data de 5.000 anos AP para menos, quando a área costeira começa a se estabilizar, conclui o autor.

O Jê Meridional e seus “descendentes”, Kaingang e Xokleng, ocuparam as terras mais altas do estado catarinense, mas também se desenvolveu nas planícies costeiras e litoral. Brighenti (2012) distingue Kaingang em terras altas e Xokleng em uma região intermediária, do planalto ao litoral. Os Guaranis ocupavam as grandes baixadas próximas a recursos hídricos, com forte presença no litoral entre o cordão de lagoas e a encosta do planalto (SCHMITZ, 2013). Essas definições territoriais têm ligação com a relação que cada povo estabeleceu com o meio, entretanto, as “fronteiras” não eram intransponíveis havendo incursão entre os territórios. De mesmo modo, é importante considerar que o ajustamento regional pode ter incluído embate entre os povos pré-coloniais (NOELLI, 2000).

2.2 O contato: indígena - homem branco

O cenário é a região de lagoas interligadas que se situam em meio a vários cordões de dunas arenosas. O mar à frente, em direção ao sol nascente. O vento forte, geralmente vindo de nordeste traz a possibilidade de boas safras de camarão que desovam nas lagoas de águas quentes, as mesmas lagoas onde cardumes de peixes parecem não ter fim. Enxovas, bagres, miraguias, corvinas, robalos, betaras, as tainhas pulam produzindo seus sons característicos ao mergulharem, chamando a atenção e trazendo a certeza da boa pesca.

No meio do mato, as árvores e plantas nativas garantem que as fogueiras poderão ser acesas todo dia, como manda a tradição. As casas poderão ser construídas, pois há palha e troncos suficientes para esta finalidade. Não falta barro para as panelas e para construir casas, pois em vários pontos perto das dunas, dos rios e da praia tem barreiros bons, que as melhores oleiras poderão dizer. Tem bastante concha também! Muitas conchas de vários tipos, que servirão, com certeza, para a confecção de adornos, lindos colares, brincos e até mesmo para construção dos pisos das casas e por que não comer umas ostras e uns berbigões. (MILHERA, 2010, p. 132)

Na citação acima, de forma poética, Milheira (2010) descreve o cenário hipotético das lagoas costeiras associado a nossa área de interesse. Diferentes grupos indígenas em algum momento passaram pela região da Lagoa de Sombrio, contudo, tempos antes da colonização europeia a região é sumariamente ocupada por Guaranis, conhecidos regionalmente como Carijós.

Foi com eles, os Guarani, que os europeus toparam ao chegar na estreita região entre o mar e a serra geral, atual território do extremo sul catarinense. Como vimos, antes da inserção de europeus em terras brasileiras dinâmicas populacionais intensas já aconteciam. Mas, como levanta Schmitz (2013), a apropriação do território pelos europeus desequilibrou tais

dinâmicas e fez dos povos pré-coloniais, marginalizados e reclusos a pequenos espaços protegidos por lei.

Centrando a análise no litoral sul catarinense, Reitz (1948), Hobold (2005), Lourenço (2016), Santos (2016) contam que o primeiro contato dos Carijós com colonos europeus na região ocorreu nas primeiras décadas do século XVI, sendo eles espanhóis. Lourenço (2016, p. 27) expõe que os indígenas “permaneceram no litoral catarinense até algumas décadas depois da chegada dos espanhóis”, indicando o início da devastação destes grupos.

Registros arqueológicos e historiográficos apontam a forte presença desse grupo ceramista na região do sul catarinense, colocada como “terra dos Carijós” no relato do jesuíta Jerônimo Rodrigues (1940). De modo que já na década de 1530 padres espanhóis circulavam pela região no intuito de catequizar estes indígenas (REITZ, 1948; HOBOLD, 2005). Porém, Saint-Hilaire relata que anterior a isso ocorreram contatos com incursões passageiras de navegadores que precisavam aportar com urgência. Reitz (1948), em um viés de história oficial, narra que o primeiro contato com europeus foi com espanhóis vindos de Buenos Aires em direção ao Norte que, inclusive, contaram com a ajuda dos indígenas ao passarem pela região.

Apontados como “dóceis” e de fácil contato se comparados a outras nações indígenas (HOBOLD, 2005) não demorou para, além da catequização, tentativas de captura e escravização dos Carijós iniciasse na região, ainda pelos espanhóis. Pois, apesar de algumas esporádicas e passageiras expedições portuguesas, até meados do século XVII o litoral catarinense contava, salvo os indígenas, praticamente com colonos espanhóis, indica Lourenço (2016). Reitz aponta que:

Ainda outras vezes aportaram os missionários espanhóis em portos catarinenses, mas sem conseguirem resultado positivo. Termina, assim, sem data determinada o ciclo catequético dos missionários castelhanos, passando os poucos trabalhos realizados aos cuidados dos padres portugueses, jesuítas, nos começos de 1600, e carmelitas, depois de 1700. (REITZ, 1948, p. 14)

Desta forma então, a presença dos portugueses se torna mais forte no século XVII. As primeiras missões jesuítas portuguesas no litoral sul catarinense datam de 1605 com os padres João Lobato e Jerônimo Rodrigues, que se fixaram na região de Laguna, mas realizando incursões a sul até as proximidades do Rio Tramandaí (REITZ, 1948).

A seguir, no relato de Reitz, três elementos podem ser percebidos: a presença indígena nas terras que circulam a Lagoa de Sombrio e em consequência a presença de padres missionários e do comércio escravocrata indígena com a presença dos Tubarões - termo que

designa indígenas que capturavam e comercializavam também indígenas do seu, ou outros grupos.

Os padres procuraram contato também com os tubarões. Tiveram o primeiro encontro durante uma excursão que faziam de Embitiba ao rio Araranguá. Neste percurso serviram-se da navegação pela lagoa de Sombrio, cujo comprimento percorrido de canoa representava uma boa parte do caminho. Naquele dia a passagem não fora favorável havendo sido feita com certo perigo. Desembarcaram na extremidade norte, certamente no local preciso em que desemboca o rio, onde hoje se ergue Sombrio. Havia naquele local habitações indígenas. (REITZ, 1948, p. 17).

O interesse de Lobato e Rodrigues em falar com o Tubarão que vivia próximo ao rio Boipitiba (atual Mampituba) era de instalar igreja e padres por aquela localidade e assim avançar na conversão dos não-brancos que ali viviam em “filhos de Deus”. Para isso, o tubarão deveria reuni-los em aldeia - visto que o método dos missioneiros era reunir os indígenas em um local só - e cessar a matança e venda de indígenas como escravos.

A captura dos indígenas para serem escravizados era recorrente na região, um empecilho para a missão jesuíta de catequizar os Carijós. Em realidade, o método de reunir os catequizandos em redução facilitava o trabalho dos caçadores de índio. Por assim, a primeira missão de jesuítas portugueses no atual território do sul catarinense durou aproximadamente dois anos e terminou em um infeliz episódio explanado por Reitz a seguir:

Os padres João Lobato e Jerônimo Rodrigues, excogitaram uma solução [para os empecilhos a catequização] [...]. No ano de 1607 haviam conduzido 150 índios em canoas até o Rio de Janeiro onde receberam melhor instrução e um ensaio de integração no espírito de homem civilizado. Quando, ainda no mesmo ano, os traziam de volta é que sucedeu o desastre. Ventos contrários forçaram-nos a arribar no porto de Santos, ali onde se aninhavam os caçadores de índios. O capitão do porto instigou os moradores a que não deixassem sair os carijós do navio refugiado. Por meio da força e do embuste os distribuiu entre os moradores. Ficaram assim as aldeias do Sul privadas de seus melhores cristãos. E os que haviam continuado em suas terras, sem os missionários. (REITZ, 1948, p. 19)

Cessada esta expedição, outras vieram a ocorrer posteriormente com outros padres à frente. Porém, a captura dos Carijós em terras sulistas não teve interrupção. A figura dos “portugueses paulistas”, os bandeirantes, também já era conhecida na atual região sul catarinense na primeira década de 1600 de forma que Hobold (2005, p. 33) ressalta o tráfico eminente na região. Vejamos:

Tob-nharõ [um tubarão] conseguiu montar uma eficiente rede de tráfico desde a lagoa dos Patos até Laguna, inclusive deixando um seu irmão Mbeatá no controle da estratégica passagem de Mboipetipa (hoje, Mampituba) e outro irmão no passo de rio Araranguá. Milhares de índios aprisionados no Sul foram conduzidos por este

trajeto para serem embarcados em Laguna, principal entreposto comercial escravagista no Sul, para serem remetidos a São Paulo e outros pontos da costa brasileira.

No relato percebemos que o território foco desta pesquisa situa-se ao meio da rota de captura e tráfico dos Carijós/Guaranis. Importante ressaltar que embora apontado como dóceis os indígenas do litoral não ficaram apáticos a este processo de aculturação. Há também muitos relatos de retaliação aos brancos. É possível perceber nos escritos de Hobold (2005) e Reitz (1948) que guiaram os últimos parágrafos, referência nas cartas do padre Jerônimo Rodrigues, que embora retrate um momento incipiente do contato dos portugueses com indígenas, evidencia condutas que se repetiram por muitas décadas, até a total ruína da nação Guarani no sul catarinense e região. A questão indígena renderia ainda muitas análises e maiores explanações, mas como o objetivo aqui é contextualizar as ocupações nas proximidades da Lagoa de Sombrio seguimos.

2.3 A ocupação colonial

“Exploradores, tropeiros, mercadores de quinquilharias, contrabandistas, soldados da Bahia, do Rio, de Minas, e até do Reino, retirantes ou defensores do sacramento”. Toda essa gente, como narra Hobold (2005, p. 24), circulava pela região sul catarinense após a apropriação do território por europeus.

Após a chegada no “novo mundo” os europeus iniciaram o reconhecimento da costa, tornando comuns expedições marítimas pelo litoral brasileiro. Devido ao Tratado de Tordesilhas o estado de Santa Catarina até aproximadamente a região de Laguna era domínio português, a sul desta localidade, a soberania era espanhola, mas tal fato não interferia na investida de outras nações, pois como aponta Piazza (1983, p. 80) “nos trinta primeiros anos de vida do Brasil há um povoamento intensivo de exploradores de madeira, aventureiros, estrangeiros de diversas categorias e diversos países”, era constante as “arribadas” de frotas de diferentes nacionalidades, complementa o autor.

As navegações de reconhecimento e conquista de território se estendeu por séculos de forma que Piazza (1983) aponta o povoamento europeu em Santa Catarina intimamente ligado a estas descobertas marítimas. O estado catarinense é envolto por disputas territoriais internas e externas, com destaque na área litorânea. Inicialmente o confronto entre Portugal e Espanha e posteriormente, como exemplo, Guerra dos Farrapos (1835-1845), Revolução Federalista (1893-1895) e conflitos em torno do Rio da Prata, as tantas fortificações militares catarinenses

são remanescentes materiais da forte presença de incursões marítimas de momentos como esses.

Não obstante, são conhecidos pela costa catarinense naufrágios históricos, inclusive com pesquisas de arqueologia subaquática, como as desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (GRUPEP) da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Um dos mais conhecidos e antigos naufrágios da costa catarinense é o de uma embarcação da expedição do Espanhol Juan Diaz Solis no sul de Florianópolis em meados de 1516 (PIAZZA, 1983). Adams Filho (2017) indica naufrágios também na região sul catarinense onde o expoente seria o naufrágio, nas proximidades de Araranguá, de uma embarcação comandada por Giuseppe Garibaldi que se dirigia a Laguna durante a Guerra dos Farrapos.

Estes são apenas exemplos dos tantos naufrágios apresentados pela historiografia. “Os motivos que levaram a esses acidentes [...] são variados, mas predominam os ligados à natureza. Bancos de areia e baixo nível do mar [...]” (ADAMS FILHO, 2017, p. 123). Ainda em relação à parte marítima Adams Filho (2017) menciona a presença de Corsários – embarcação particular contratada por um governo para pilhar ou apresiar navios e povoados de nação inimiga – no litoral sul catarinense, principalmente em tempos de disputas territoriais. O período da Guerra Cisplatina é o auge dos corsos na região, de Desterro a Rio Grande estava infestado de corsários platinos, registra o autor.

Com isso percebemos que as navegações foram importantes para o reconhecimento do território e posterior povoamento, tal como para os conflitos de permanência e conquista territorial na zona costeira. Mas por terra movimentações também se acentuavam. Povoamentos portugueses foram sendo estabelecidos em sentido norte a sul no litoral catarinense. O povoado de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco (atual São Francisco do Sul), no norte do estado, foi o primeiro a ganhar estabilidade (PIAZZA, 1983).

No Sul Catarinense, surge alguns anos depois o povoado de Laguna já com o intuito de estabelecer domínio sob as terras do sul que eram uma zona contestada do Tratado de Tordesilhas recebendo também investidas espanholas. Após fundamentar a povoação de Laguna mirou-se outros povoados em sentido sul, as investidas na região de Araranguá e proximidades da Lagoa de Sombrio vem no intuito de estabelecer uma ligação entre Laguna e a região do Prata, estando este território assentado num corredor de passagem (HOBOLD, 2005). De modo que

antes mesmo de ser montado aqui o primeiro núcleo permanente de povoamento de suma importância estratégica era o seu chão como que um entreposto desencadeador e centralizador de inúmeras atividades e deslocamentos no eixo Norte Sul. (HOBOLD, 2005, p. 54).

Destas incursões para o sul foram percebidos rebanhos de gados remanescentes das reduções jesuíticas, com isso “estabeleceram-se as invernadas ao longo da faixa litorânea, desde São José do Norte até Torres, Araranguá e Laguna, iniciando-se então o comércio de gado com o centro do país [...]”. (HOBOLD, 2005, p. 57). Para a efetivação destas negociações trajetos ligando o sul à região das Minas – Gerais - foram sendo traçados, a exemplo os chamados “caminho dos conventos” no litoral e “caminho do sul” na região serrana.

As pessoas que faziam este trabalho de levar as tropas do sul para sudeste eram chamadas de tropeiros. Eles também faziam o trajeto entre a serra e o litoral estabelecendo as trocas mercantis. Lopes (2011) assinala que o pisoteio dos rebanhos abriu passagens que nunca mais foram fechadas. A profissão de tropeiro perdurou até fins do século XX quando as estradas da região adquiriram de vez seus traçados.

O tropeirismo impulsionou o povoamento na região, “às margens do caminho, em área campestre, surgiram os primeiros estabelecimentos nos quais se fazia o tratamento do gado, muitos dos quais seriam futuros núcleos urbanos [...]”. (HOBOLD, 2005, p. 60). Com esse intenso tráfego por terra é comum que vilas fossem se formando, inclusive, esta era a estratégia inicial de Portugal para controlar a região sul, estabelecer pontos de suporte ao longo do caminho para os viajantes aspirando à formação de estâncias e povoados. Hobold (2005, p. 81) descreve este cenário:

Pois, tão logo regularizado o compensador tráfego de tropas evidenciam-se a necessidade imediata de serem levantadas aqui ou acolá, ao longo do trajeto a ser percorrido, rústicas palhoças, simples coberturas de palhas sobre paus-a-pique, para abrigo das cargas e dos homens, ao fim das jornadas diárias. O pouso, que embora rude, desconfortável, oferecia sempre um abrigo, um resguardo.

Assim fixado o pouso, logo surgiam nas suas imediações um morador, erguendo o seu rancho, acomodando criações, plantando milho, e passando a negociar com os homens das tropas que por ali pernoitassem. Prosperando, montava venda, abastecia-a melhor, dividindo-a em duas secções, uma para os secos e outra para os molhados. Com a evolução, ampliada as necessidades, multiplicaram-se simultânea e paulatinamente os recursos.

Por exemplo, o consumo de milho pelas tropas, sempre volumoso, consistia um negócio altamente lucrativo para os fornecedores, pelo que, nas imediações do pouso surgiam as roças, cada vez mais dilatadas, com a expressiva cultura desse cereal.

Em diálogo, a pesquisa de Zilli (2014), evidencia na prática estas explicações sobre o caminho das tropas. Este autor ao pesquisar o caminho dos tropeiros no extremo sul catarinense evidenciou o patrimônio edificado remanescente associado aos trajetos: campos de pousio e cercas de taipa bem como casas de comércio.

Entretanto, o contingente populacional ainda era pequeno. Deste modo, em meados do século XVIII Portugal conduz ao sul os primeiros imigrantes açorianos na intenção de autenticar a posse das terras por uma política de *utipossi de tis*, ou seja, o território pertence a quem o ocupa.

Piazza (1994, p. 81) diz que “a ocupação do solo catarinense, anterior, paralela e posteriormente à saga [dos imigrantes] açórico-madeirense, insere-se no contexto comum da concessão de sesmarias. [...] Efetivamente não tinha outra função a não ser da ocupação pura e simples do solo”. Esse sistema consiste em conceder terras para fins agriculturáveis, de forma que o único dever do sesmeiro é iniciar a lavoura com seus recursos particulares dentro de um prazo estipulado.

Hobold (2005) por sua vez aponta para a divisão das terras entre os rios Urussanga e Mampituba em sesmarias destacando que

No decurso do tempo e pela evolução colonizadora essas sesmarias tiveram parcelamentos diferenciados em tamanho e formato, dando-se a essas subdivisões medidas de hectares, lotes e datas. Evidenciada fica, pois pelos fatos, que a ocupação humana, a meta do governo de Portugal se concretizou no espaço geográfico do rio Araranguá. (HOBOLD, 2005, p. 67).

Desta maneira, ao longo do tempo, e de forma complexa, vilas e povoados vão se delineando no sul do Brasil, seja por uma oportunidade de trabalho no caminho dos tropeiros ou pela oportunidade de terra das sesmarias.

Como discutimos anteriormente, na introdução desta dissertação, os indivíduos e o ambiente estão em constante troca, e é interessante perceber nos escritos do Padre Paulo Hobold sobre a história local do Extremo Sul Catarinense, uma menção a estas dinâmicas enquanto contextualiza a ocupação colonial na região. Segundo ele

O homem sofre as influências do meio físico ou natural, através dos relevos das águas, do clima, da vegetação e de fatores determinantes outros. Sob o impacto desses fatores mesológicos confluentes ou inter-relacionados, o homem escolhe, e localiza normalmente o seu habitat, que pode apresentar-se em dois tipos fundamentais.

Verifica-se o habitat aglutinador quando as habitações se agrupam em torno de um certo ponto ou ao longo de um caminho, constituindo o que chama de povoado, ou aldeia, segundo a toponímia europeia.

Há também o habitat disperso, ou disseminado, quando as habitações aparecem isoladas umas das outras, espalhadas na paisagem, às vezes com grandes distancias a separá-las. (HOBOLD, 2005, p. 80).

Neste relato são perceptíveis duas disposições ocupacionais, que conforme o autor caracteriza os moldes do povoamento colonial no Extremo Sul Catarinense. De forma dispersa ou aglutinada, aos poucos a ocupação colonial vai tomando conta do território. Caminhando em direção à ocupação nas adjacências da Lagoa de Sombrio, temos a formação do povoado de Araranguá iniciado a partir de um campo de pouso para as tropas dos viajantes, na época denominado de Capão da Espera.

O território de Laguna era mais amplo que atualmente, abarcando toda a região do atual Extremo Sul de Santa Catarina, com limite final no Rio Mampituba (Dall'alba, 1979)⁶. Deste modo, Araranguá que se forma às margens do rio de mesmo nome, que está sob seu comando administrativo.

Nas imediações do Rio Mampituba, em área Sul Riograndense a comunidade de São Domingos das Torres se constitui, igualmente, como outros povoamentos no decorrer do Rio Grande do Sul. Laguna, no entanto, permaneceu o principal núcleo urbano e centro comercial da região sul até a estabilização definitiva do domínio português no Brasil Meridional. Laguna perde sua hegemonia quando nossos caminhos são abertos tornando não obrigatória a passagem por esta vila. Porém, para os habitantes do sul da província catarinense, Laguna permanece como ponto estratégico em que se “buscava evitar a tributação que existia entre as fronteiras das duas províncias de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro”. (LOPES, 2011, p. 32).

Lopes (2011) aponta relações entre a vila de Araranguá (que compreendia todo o Extremo Sul de Santa Catarina) e a vila de São Domingo das Torres, salientando que essa ligação tinha fins sociais e econômicos somente para compra de pequenos itens como ferramentas e alimentos. De forma que todo o excedente de produção da região era direcionado a Laguna pelo motivo já mencionado.

Em fins do século XIX, em 1880, Araranguá é elevada à categoria de município, com território que abrange desde o rio Urussanga até o rio Mampituba, sendo a Oeste delimitado pela Serra do Mar e a Leste pelo oceano. Neste momento a região já contava com outros vilarejos que simultaneamente passaram para a jurisdição do novo município (HOBOLD,

⁶ Tal fato, novamente levanta suspeitas sobre a zona de fronteira do Tratado de Tordesilhas, do qual demarcação não foi respeitada pelas partes acordadas devido a divergências quanto ao limite. Esses apontamentos estão postos na historiografia, mas aparentemente sem problematizações aprofundadas (HOBOLD, 2005).

2005). Logo alguns despontaram como distrito levando a posteriores desmembramentos, nessa perspectiva Rocha (2010) menciona:

Vale acentuar que, até 1925, Araranguá formava uma unidade que totalizava o território compreendido entre os rios Urussanga e Mampituba. Naquela data Criciúma obteve sua emancipação, abarcando junto o distrito de Nova Veneza, depois também emancipado, e as localidades de onde nasceriam outros municípios, como Forquilha e Içara. Na região da atual AMESC, o primeiro município a alcançar emancipação foi Turvo, fato ocorrido por força das disputas políticas históricas tanto no Estado quanto em Araranguá, entre PSD e UDN no ano de 1948. E Turvo já nasceu com ampla área, de cujo território original nasceram Meleiro, Timbé do Sul, Ermo, Jacinto Machado e Praia Grande. (ROCHA, 2010, p. 45).

Permanece Araranguá com a parte litorânea, de forma que ao sul despontava os distritos de Sombrio e Passo do Sertão (atual São João do Sul). Sombrio se emancipa em 1953 “com seu território compreendendo também os atuais municípios de Balneário Gaivota, Santa Rosa do Sul, São João do Sul e Passo de Torres” (COELHO, 2003, p. 288), que foram um a um se emancipando no decorrer da segunda metade do século XX.

Farias (2000) atribui à emancipação de Sombrio, assimilando a área do distrito de Passo do Sertão, a instauração anos antes da paróquia de mesmo nome. Em 1938 a paróquia de Sombrio foi criada, tendo como padre responsável João Reitz. Este autor o aponta como um “líder nato” que buscou articular o crescimento do então distrito de Sombrio “estimulando novas atividades agrícolas, como o plantio de fumo, bem como se envolvendo no ensino, construção do hospital, cooperativa, da Igreja Matriz, da estrada, etc.” (FARIAS, 2000, p. 174). O resultado foi o crescimento do distrito que veio a ser sede do novo município.

De qualquer forma, o interesse em uma nova paróquia no extremo sul catarinense indica que havia um contingente populacional que queria ser atendido religiosamente. O extremo sul foi atendido inicialmente pela paróquia de Laguna, posteriormente de Tubarão, mais a diante de Araranguá até a efetivação na década de 1930 da paróquia de Sombrio. Para atender todas as comunidades os padres viajavam por toda a região de forma que a parte mais meridional, afastada e menos habitada ficava desfavorecida, explana Reitz (1948) sobre este cenário.

Inserida neste território está a Lagoa de Sombrio. Sem destaque nos registros sobre a região, recebe protagonismo apenas quando as comunidades à sua volta se estruturam e passam a registrar seus cotidianos e ambiente. Embora atualmente apenas uma pequena parte de sua extensão esteja dentro dos limites de Sombrio ela carrega seu nome, pois como apontado, toda esta área do sul de Santa Catarina já esteve sob tutela desta administração.

Hobold (2005) ressalta as riquezas da região sul catarinense com seu grande contingente hidrológico de rios e lagoas, atrativo para o povoamento que seguia o curso das águas. Tão propício quando o ambiente para a ocupação colonial era o contexto da época com o interesse do governo de tornar definitivamente as terras meridionais ocupadas e produtivas e com fluxo de viajantes, possibilitando a implantação dos “pontos de apoio”.

Todavia, o Extremo Sul de Santa Catarina a ser a única área de passagem pelo litoral em sentido Norte-Sul, para o contexto do século XVIII e XIX, se mostrava um local pouco seguro, preferindo as pessoas fixarem-se nas proximidades da encosta da serra. Desta maneira, em meados do século XIX já havia clareiras pelos sertões de Araranguá, corrobora Pereira (1972).

É cabível considerar que algumas pessoas se fixaram na localidade durante essas dinâmicas de deslocamento, mas as revoltas que ocorreram durante o século XIX no sul do Brasil tiveram forte influência para esta percepção sobre a região, analisa Coelho (2003). Autores como Reitz (1948), Coelho (2003) e Pereira (1972) expõem dispersas residências desde fins do século XVIII na região sul catarinense, mas momentos como estes de guerra propiciavam às pessoas uma busca de lugares mais restritos, deixando as terras como devolutas.

Coelho (2003) relata possíveis casos em que os ocupantes das terras não as requeriam oficialmente no intuito de evitar a tributação, distante dos centros urbanos que estavam se formando as terras da atual região da AMESC não recebiam fiscalização. Posteriormente esses ocupantes se deslocariam pelo motivo mencionado acima. Este fato seria uma evidência para a ausência de registros de terras anterior ao século XIX.

Esses que se apropriavam das terras sem maiores burocracias, chamados posseiros, deixaram sua contribuição na ocupação colonial. Rocha (2010, p. 42) diz que “a ocupação da terra por posse foi a causa de muitas intrigas e motivação de problemas policiais e jurídicos em toda região” repercutindo em tempos ainda recentes. O autor aponta que a solução veio:

Somente com a criação, 1850, da Lei de Terras, é que o Brasil assistiu a uma ordenação jurídica para o problema. Isto se deu após muitas tentativas de se criar uma legislação que pusesse fim à desordem instalada por conta das concessões de sesmarias e a inexistência de um controle sobre o seu uso e destino. Também pelo fato de que o Brasil recebia milhares de imigrantes, havia a necessidade de estabelecer critérios de distribuição de terras, inibindo a ação do posseiro e canalizando recursos para o Estado, que necessitava vender terras e arrecadar impostos. Daí em diante, principalmente em Santa Catarina entram em ação as empresas colonizadoras, encarregadas de assentar os imigrantes. (ROCHA, 2010, p. 42)

Neste panorama, a ocupação no território da Lagoa de Sombrio passa a ter ocupação colonial de forma mais sistemática no decorrer do século XIX, “uma ocupação tardia, com populações menos abastadas de paulistas e açorianos” (SPRICÍGO, 2007, p. 114) e propriedades de pequeno e médio porte. Neste momento além de colonos europeus e descendentes é importante enfatizar a presença de afrodescendentes na região, que por décadas foi invisibilizada nas narrativas regionais indo ao encontro da construção de uma identidade europeia em Santa Catarina (SPRICÍGO, 2007).

Spricigo (2007) foi o primeiro pesquisador a levantar informações sobre este contingente populacional no Vale do Araranguá. Ele indica que a presença de negros escravizados é inerente à presença de lusitanos. O porto de Laguna e, posteriormente, Porto Alegre recebiam de outras localidades, principalmente Rio de Janeiro, grupos de afrodescendentes para serem arrematados pelos “senhores” do sul. O sistema escravista no sul catarinense, embora não seguisse os moldes da região sudeste e nordeste brasileiro com casa grande, engenho e senzala, não significa que fosse mais ameno ou que deva ser desqualificado, ressalta o autor.

Coelho (2003) ao mencionar a relação de uma família que vivia na região de Sombrio com seus escravos, diz que eram tratados como dos seus. Todavia, Lopes (2011, p.32) adverte que “tais indivíduos tidos como “familiares” não eram beneficiários em testamento ou inventário algum, pelo contrário, eram propriedade, também não possuíam nenhum nome de família”. Spricigo (2007) em sua pesquisa utiliza como fonte os inventários post-mortem onde os escravos não aparecem como beneficiários, mas como bens de herança.

Ele retrata que em todo o litoral do Vale do Araranguá havia presença de negros escravizados, em um número bem menor que das grandes fazendas do Sudeste, visto que a população de forma geral também era pequena e menos abastada. Porém, ele remonta um percentual em que 25% dos habitantes da região em meados do século XIX eram negros (SPRICÍGO, 2007). Assinala a área que margeia a Lagoa de Sombrio, por ter maior desenvolvimento de lavouras, um dos principais pontos do Vale do Araranguá onde haviam escravos. “As famílias rurais não estavam sós”, complementa.

Posteriormente, chegaram à região colonos de outras nacionalidades europeias, segundo Goularti Filho (2002):

A entrada de imigrantes em Santa Catarina no século XIX acelerou-se pós-1875, com a política imigratória financiada pelo governo imperial, principalmente de imigrantes alemães e italianos, em menor proporção poloneses, austríacos, árabes, eslavos e espanhóis. Os alemães concentraram-se mais na região do Vale do Itajaí e

norte (Seyferth, 1973); os italianos no sul e também no Vale do Itajaí (Dall’Alba, 1983); e os poloneses no Alto Vale do Rio Tijucas e no planalto norte (Barreto, 1983). Para os imigrantes se instalarem, necessitavam basicamente de três suportes essenciais: financiamento governamental, terras disponíveis e companhias colonizadoras. A viagem e a instalação eram feitas por companhias colonizadoras, que faziam contratos com o Governo Imperial que se responsabilizava por financiar as viagens.

Embora fossem trabalhadores livres, estes colonos enfrentaram muitas dificuldades na nova terra, referente à manutenção de suas culturas, contato com a terra de origem, propagandas enganosas das companhias colonizadoras e terras prometidas já ocupadas por indígenas (PIAZZA, 1994). Estes imigrantes passaram a ocupar as terras interioranas do território sul catarinense, condenando de vez os grupos indígenas à devastação (SELAU, 2006), uma vez que estes estavam recuados no interior, encosta da serra. Futuramente espalharam-se para outros locais, não havendo no sul do vale do Araranguá formação de colônias étnicas isoladas, aponta Hobold (2005).

Exposta a conjuntura, vamos aos fatos. A história oficial atribui a Manoel Rodrigues e Luciano Rodrigues, como também a João José de Guimarães a compra das primeiras faixas de sesmarias na parte sul de Laguna extremando com o Estado vizinho (ROCHA, 2010). Os irmãos Rodrigues teriam adquirido a sesmaria por volta de 1820, sendo a primeira sede construída, onde atualmente é a comunidade de Curralinhos em Passo de Torres⁷. A família de Manoel posteriormente construiu e passou a habitar uma casa à beira da Lagoa de Sombrio, na localidade conhecida por Morro dos Macacos. As ruínas da edificação estão visíveis ainda hoje. Lopes (2015) ao investigar a compra da sesmaria pelos irmãos indica que eles não compraram diretamente do governo mais sim de um primeiro proprietário de nome Manoel Araújo, pois nos registros oficiais consta que as terras foram outorgadas a este em 1755. O autor ainda menciona escravos de propriedade da família Rodrigues, fato explicitado em inventário post-mortem.

João José de Guimarães e família teriam vindo de Torres para se fixar na localidade chamada de Morro do Sombrio, norte da lagoa de mesmo nome. Construiu sua casa a aproximadamente 200 metros ao norte de algumas grutas, hoje popularmente nominadas de Furnas de Sombrio. As terras foram concedidas em 1846 em nome de Serafim Antônio da Cunha, a pedido de Guimarães, explana Coelho (2003). Este autor, em conformidade com Farias (2000) comenta que escravos eram mantidos também por esta família.

⁷Considerando a grande extensão das sesmarias (LOPES, 2015), é oportuno supor que se fixaram nessa extremidade das terras por ser estratégica no caminho que ligava o litoral ao planalto (SPRICÌGO, 2007).

Spricigo (2007) e Lopes (2015; 2017) confrontam o “mito colonizador” da região ao apontarem que em documentos de acordos comerciais, de compra e venda de escravizados, de concessões de terras e inventários *post mortem* consta a presença de outras pessoas nas proximidades da Lagoa de Sombrio na mesma época destes casos mencionados ou ainda anterior. Ao apontar estes como desbravadores da região, a narrativa anula a presença de outras pessoas, tão importante quanto para a base sociocultural econômica da região.

Os tempos de insegurança vão passando, as propriedades vão se dividindo por heranças, vendas e concessões. Novas trilhas e caminhos são abertos, recursos abundantes e o fácil deslocamento são alguns fatores que contribuíram para o aumento populacional no extremo sul catarinense. Lopes (2011, p. 29-30) destaca alguns fatores que despontaram da ocupação colonial local, são eles:

A produção da mandioca estava presente na maioria das propriedades. Havia ainda a pecuária e o trabalho com o couro, que apesar de pouco volumosa inicialmente encontrava bons pastos para a ampliação dos rebanhos. A incipiente pecuária que havia encontrado boas terras desenvolveu-se extensivamente e muitos proprietários de terras de cima da serra tinham propriedades na planície litorânea para direcionar o gado no inverno. A madeira foi fundamental para o sustento das propriedades, seja para utilização como combustível, seja para construção de edificações, móveis e ferramentas. A extração de argila e pedras apesar de incipiente ensaiava utilidade aos povoadores.

Diversos autores que tratam da colonização do sul catarinense conferem à indústria canavieira um papel de grande importância na efetivação e sustentação dos primeiros povoados, pois os seus produtos, o açúcar mascavo e a cachaça, encontravam compradores em qualquer lugar.

Devemos complementar apontando a atividade pesqueira que sutilmente aparece nas narrativas sobre o sul catarinense, mas expostas por Cledes (2016) como uma das mais importantes atividades profissionais da região.

O excedente da produção agrícola era direcionado majoritariamente a Laguna devido o trajeto ser livre de pedágios. Em direção sul, logo em Torres havia um posto de tributação interestadual. O transporte era feito por carro de boi e o trajeto era via beira-mar. Enquanto o tropeiro seguia fazendo o comércio entre serra e litoral, surge neste cenário de comércio litorâneo a figura do carreteiro, responsável por levar as cargas até o ponto de comércio em Laguna.

Maceda (2005) indica que muitas vezes as carretas não pertenciam aos trabalhadores carreteiros, mas sim a alguém com maior poder aquisitivo que controlava este comércio. Pereira (1972) menciona o caso de Demétrio Coelho, detentor da “maior frota” de carretas da região. E também o caso de Alcides Amorim, que comprava os produtos de lavoura das

imediações da Lagoa de Sombrio para posteriormente revender. Neste viés, Selau (2006) complementa que os produtores menos abastados, que não possuíam carretas, acabavam por ceder a este esquema comercial.

Posteriormente em paralelo às carretas caminhões foram usados para esta mesma função. Eram poucos, porém com maior capacidade em relação às carretas de boi. Como as estradas ainda eram precárias se mantinha a rota beira-mar. Conforme Maceda (2005), na intenção de resolver o problema das estradas estendeu-se a linha férrea de Criciúma até Araranguá. Mas gerou contrariedade entre os tropeiros e carreteiros, principalmente entre os carreteiros que disputariam com a ferrovia (CLEMES, 2016).

O transporte por meio fluvial-lacustre também foi muito importante para o escoamento do excedente agrícola do extremo sul catarinense. O transporte pela Lagoa de Sombrio desde início do século XIX se mostrava significativo para a locomoção em escala local e para acesso a Torres. O pouco contingente da produção local, que passava para o Rio Grande do Sul, era via essa lagoa, sendo depois levado de carreta de boi até o destino (REITZ, 1948).

Dois moradores do, na época distrito de Sombrio em entrevista a Dall'Alba (1997) apresentam suas memórias sobre a navegação pela Lagoa de Sombrio, o Sr. Manuel Valerim coloca:

A gente ia de lancha para Torres. Eu tive Lancha aqui. O porto era aqui no final desta rua que passa na frente da igreja. [...] Íamos com canoas grandes. Também tive um barquinho, uma lancha grande que pegava uma quinze toneladas. Transportávamos de tudo: madeira, telhas, tijolos, farinha... De lá vinham mercadorias de Porto Alegre. (DALL'ALBA, 1997, p. 428)

Pedro Silvano ratifica:

Antigamente havia muita navegação na lagoa. Era movimento intenso. Saía uma canoa e chegavam duas. Saíam duas e chegavam três. Saía de manhã cedinho e quando era meio-dia estava em torres. Fiz esta viagem mais vezes. Carregava-se de tudo. Saíam umas quatro ou cinco por dia. Às vezes subiam até a lagoa do Caverá. (DALL'ALBA, 1997, p. 430)

Posteriormente lanchas a motor também foram usadas no transporte de pessoas e mercadorias. Ainda no que se refere à economia no sul catarinense Elibió (2005, p.28) resume:

Em Santa Catarina os primórdios do processo de industrialização remontam ao sistema de venda, juntamente com o comércio de importação e exportação. O primeiro alicerçava-se no sistema de “escambo”, dividido entre o colono que trocava seus produtos agrícolas pelos manufaturados, o comerciante importador e exportador e o vendeiro com a função de intermediar essa troca.

Por estas duas vias, Laguna e Torres, eram levados das imediações da Lagoa de Sombrio “mercadorias como açúcar mascavo, cachaça, farinha de mandioca, fumo de corda, etc., e traziam na volta, <cargas apartadas> pelos comerciantes da região tais como tecidos, ferragens, *louças*, calçados, gêneros alimentícios e outros tipos de mercadorias comercializáveis”. (CUNHA, 2001, p. 89, grifo nosso). Também são mencionados saindo da região: chapéus de palha, pedras de construção, madeira, entre outros. E entravam produtos como tecidos, sal e manufaturados dos mais diversos.

Na segunda metade do século XX, a melhoria e definição das estradas, bem como abertura da Rodovia BR 101, que passa em paralelo a Lagoa de Sombrio em sua margem Oeste influenciam mudanças regionais. O rápido transporte facilita o acesso a produtos industrializados iniciando a supressão dos produtos locais e seus meios de transporte (Goularti Filho, 2013; Lopes, 2011).

Percebe-se que foram muitas as dinâmicas de ocupação humana no território da Lagoa de Sombrio, muitas são as temáticas para análise, muitas seriam as histórias para contar se estas águas falassem. Contudo, entre as mudanças evidentes na paisagem, quais são os vestígios materiais que ficaram para a atualidade?

3. OS VESTÍGIOS MATERIAIS

Um dos nossos primeiros pensadores nacionais, Frei Caneca, afirmava que não escrevia “para os homens letrados, e sim para o povo rude e que não tem aplicação às letras. A arqueologia estuda, justamente, a cultura iletrada, ou melhor, os aspectos da cultura que não são escritos, os objetos, as coisas, o mundo material usado e transformado pelos homens. Na medida em que a cultura material refere-se, sempre, ao trabalho humano, remete, necessariamente, ao modo de vida do “povo rude” de Frei Caneca, aos seus costumes e tradições, mas também à sua exploração. (ORSER, 1992, p. 7).

A materialidade deixada por um povo não é reflexo passivo dos grupos sociais, revela seus aspectos cotidianos e está carregada de valores simbólicos que evidenciam temporalidades, questões sociais, políticas, econômicas e culturais. A materialidade também atua como evocador da memória social tanto em escala individual como coletiva, mas se mantém subjetiva, haja vista que diferentes grupos sociais a podem atribuir diferentes valores (SYMANSKI; GOMES, 2013).

No estado de Santa Catarina as pesquisas de caráter acadêmico e que se voltam para a cultura material colonial são pontuais e centralizadas nos maiores centros urbanos. Bandeira (2014) atribui algumas motivações a esse efeito, de todo modo enfatiza as contribuições para a historiografia que a materialidade pode trazer. Uma vez que possibilita uma abordagem mais ampla do passado à medida que não se restringe aos escritos e que o material perpassa todos os setores de uma sociedade.

Com esse intuito foram realizadas pesquisas, majoritariamente, sobre as fortalezas catarinenses, engenhos de farinha dos primeiros povoados, caminho dos tropeiros, Palácio Cruz e Souza e mais recentemente pesquisas de Arqueologia da Escravidão (BANDEIRA, 2014). No litoral sul, no entanto, pesquisas que consideram os vestígios materiais da ocupação a partir do ano de 1500 são inexistentes.

Partindo desta perspectiva, os trabalhos de campo no entorno da Lagoa de Sombrio se iniciaram. Em incursão na área, sem surpresas, ficou evidente sua inserção dentro do contexto de ocupação litorânea de modo que os moradores instigados com a presença da pesquisadora vertiam narrativas sobre a localidade.

Com foco na cultura material não nos debruçamos a registrar os “causos” orais. Porém, expor a existência dessas narrativas se faz importante, pois ela interliga a história local com o contexto regional e brasileiro e indica as possíveis culturas materiais existentes na área. Assim, o levantamento assistemático oportunístico com os moradores evidenciou a presença volumosa de engenhos familiares e portos na área de estudo.

Quanto aos engenhos, Hobold (2005) menciona que na última década do século XVIII haviam 52 em todo o sul catarinense. Em meados de 1850, de Araranguá ao rio Mampituba, 72 engenhos estavam em funcionamento. Seguindo este parâmetro e comparando com o espaçado contingente populacional é possível inferir a expressividade desses mecanismos. Lopes (2011), referindo-se aos ribeirinhos da Lagoa de Sombrio, aponta que praticamente toda a moradia estava associada a um engenho de farinha, informação que corrobora com as narrativas dos moradores. Contavam que a produção dos engenhos era principalmente para subsistência e apenas o extracomercializado. Havia também um ou outro engenho de cachaça. A herança dessa cultura ainda impera na região tendo, inclusive, engenhos centenários⁸.

Já referente aos portos, como as estradas eram precárias, era comum às pessoas saírem de suas propriedades pela lagoa, tanto que ela e seus afluentes integravam um canal de navegação. Sobre este canal, desde a década de 50 do século XVIII estudos eram feitos visando à construção de um canal de navegação fluvial e lacustre de Laguna a Porto Alegre, com objetivo de proporcionar meios de comunicação e transporte por toda a região de seu traçado além de dar suporte para a fixação de imigrantes. Somente em 1879 com o estudo realizado por José de Moraes é que o projeto despontou, sendo executado em partes e aos poucos. Sua realização disputou com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro I, da qual Moraes apontou como inviável por dificuldades técnicas e financeiras, e de pouca rentabilidade já que as regiões sul-catarinense e norte rio-grandense não eram potência econômico- exportadora. Utilizar dos recursos hídricos amplamente disponíveis na região se fazia mais viável (GOULARTI FILHO, 2013).

O trecho gaúcho foi construído no início do século XX, viabilizando o trajeto entre Torres e Porto Alegre. Porém, a continuação do canal não despertou o interesse do Rio Grande do Sul visto que o sul catarinense não oferecia atrativo econômico para este estado, segundo Goularti Filho (2013). Em Santa Catarina, no entanto,

Os problemas de vias de comunicação se tornavam cada vez mais complexos. O aumento da população, a fundação de novos núcleos de colônias e a diversificação da produção agrícola pressionavam o Estado a criar novas vias de comunicação mais eficientes. As localidades compreendidas a sul de Laguna, como Urussanga, Criciúma, Nova Veneza e Araranguá [da qual pertencia a Lagoa de Sombrio], sofriam com as dificuldades nos transportes. Diante desse quadro, o governo estadual encampou a construção do canal entre Laguna e Araranguá. (GOULARTI FILHO, 2013, p. 271).

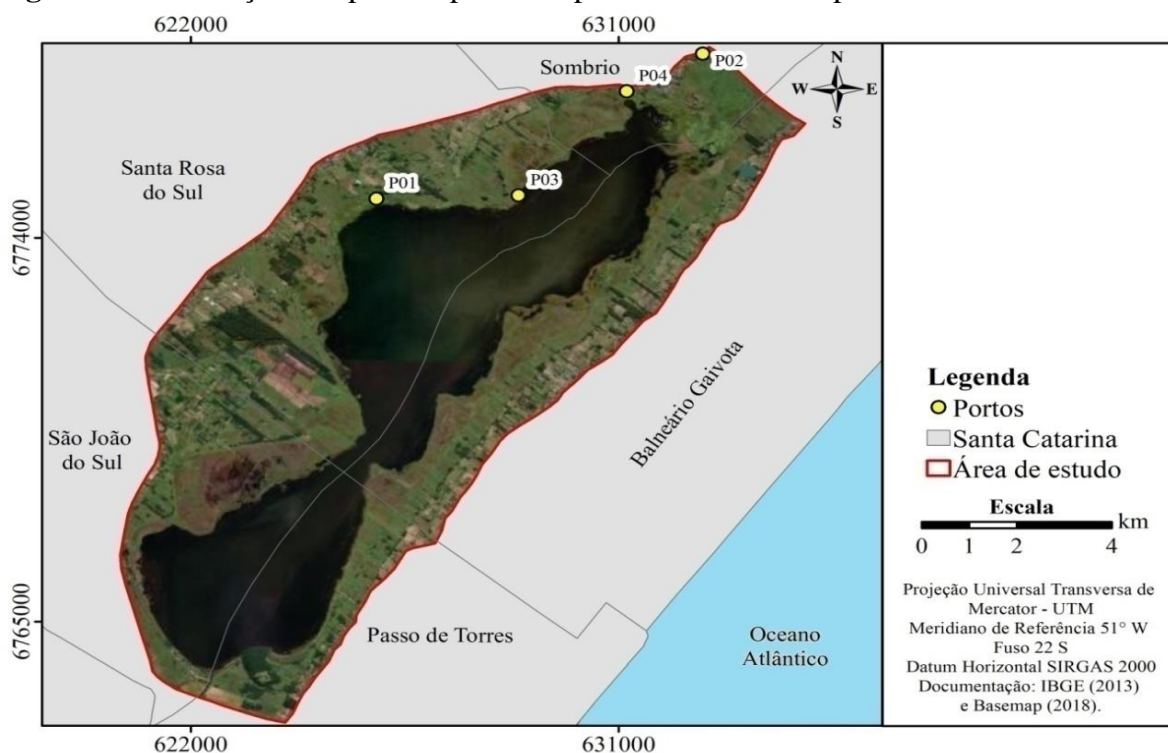
⁸ Leia-se: os engenhos mantidos pela mesma família a gerações.

Da iniciativa estadual foi construído o trecho do canal de navegação de Laguna – Jaguaruna. Para solucionar o problema mais a sul ampliou-se a linha férrea até o núcleo urbano de Araranguá. Mas entre Araranguá e o Mampituba os problemas de comunicação e transporte continuavam, desta forma “a prefeitura de Araranguá resolveu encampar o projeto no ano de 1936”. (GOULARTI FILHO, 2013, p. 277). Neste trecho não havia necessidade de construção de novos canais entre as Lagoas, apenas desobstrução dos mesmos. Goularti Filho (2013) apresenta uma notícia do *Jornal Campinas* de 22 de maio de 1937 reportando os efeitos da efetivação do canal:

Já estamos recebendo os frutos das importantes obras da canalização Araranguá-Mampituba executada pelo atual prefeito Sr. Caetano Lummertz. Duas lanchas acabam de descarregar algumas dezenas de sacos de farinha vindos para a importante firma desta praça, Procópio Caetano da Silva. Farinha esta comprada pela referida firma no distrito de Sombrio, e que estava lutando com dificuldades em transportá-la para esta cidade pela falta absoluta de condução. (JORNAL CAMPINAS, 1937 *apud* GOULARTI FILHO, 2013, p. 278).

A ampla utilização da Lagoa de Sombrio como meio de transporte, seja integrando este canal ou em escala local para os moradores de sua volta demandou de portos. Foram apontados pelos moradores quatro locais onde haveriam portos, todos localizados na parte Norte e Noroeste da Lagoa, como é possível observar a seguir (figura 2):

Figura 2: Localização dos portos apontados pelo levantamento oportunístico.



Fonte: Da autora; LabPGT – UNESC, 2020.

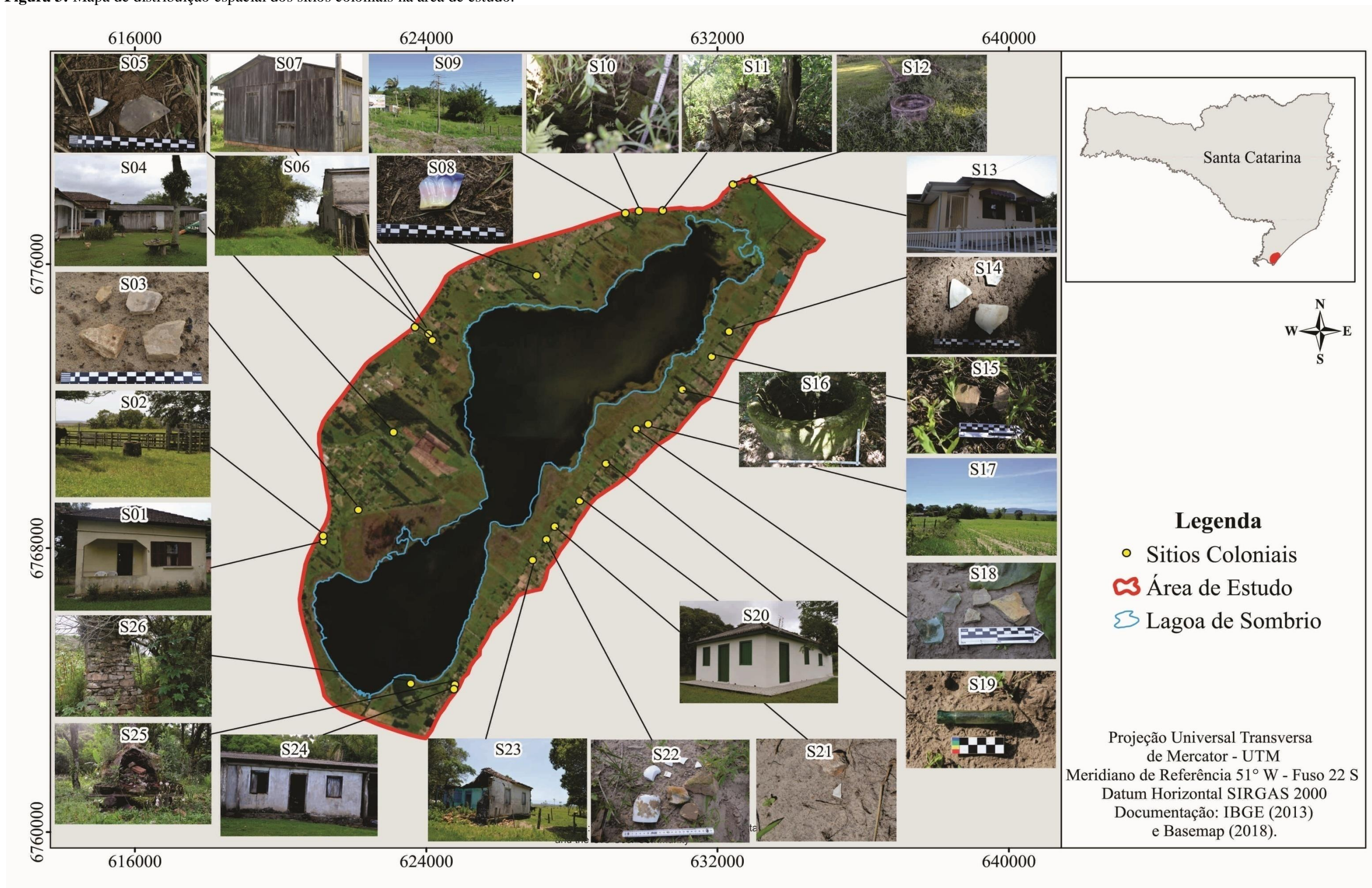
O ponto P01 compreende ao local de um porto que seria o principal da comunidade Santa Rosa do Sul, hoje município. O local é próximo ao Centro de Eventos do município e tem como coordenada aproximada UTM 22J E625909 S6774922. O ponto P02 compreende o local do porto principal de Sombrio durante a primeira metade do século XIX, é o único mencionado nos escritos sobre a região (DALL'ALBA, 1997; PEREIRA, 1972). Ele está localizado ao final da Rua Padre João Reitz no rio da Lage, um pouco antes de sua desembocadura na Lagoa de Sombrio, passando próximo a Igreja Matriz do município, instituição com papel importante na formação deste centro urbano. Pereira (1972) cita como o lugar mais movimentado da cidade de onde saíam as embarcações em direção a Torres; sua coordenada é UTM 22J E632770 S6778322. O P03 tem como coordenada UTM 22J E628895 S6774996 e está em propriedade privada. O último ponto (P04) apontado como local de porto fica em frente às Furnas de Sombrio, aproximado da coordenada UTM 22J E631195 S6777464.

Outro porto não indicado pelo levantamento oportunístico, mas que consta na historiografia local ficava nas proximidades da Rua Nova em Balneário Gaivota. Coelho (2003, p. 277) indica que no trajeto de Sombrio em direção à praia “foi aberto um porto na margem norte da Lagoa de Sombrio, em seu leito leste. Aquela ponta da lagoa passou a ser conhecida como Ponta da Balsa, já que uma balsa saía daí em direção a Torres”.

Presume-se que houve muitos outros locais de “portos” na lagoa por onde embarcações individuais e coletivas aportavam. Nesse viés, vale ressaltar que os portos não tinham grandes estruturas além de um bom ponto para as embarcações atracarem e algumas madeiras fornecendo a estrutura, conforme apontamentos do levantamento oportunístico.

Nesses locais não foi identificada cultura material apesar de serem copiosamente mencionados no levantamento oportunístico. Entretanto, foram identificados vinte e seis sítios arqueológicos coloniais na área de estudo. Eles compreendem casas coloniais, fragmentos de louça e vidro, fragmentos de materiais construtivos, poços d'água e ruínas de edificações. A seguir é possível observá-los distribuídos espacialmente na área de estudo, com uma amostra de suas respectivas materialidades (figura 3).

Figura 3: Mapa de distribuição espacial dos sítios coloniais na área de estudo.



Fonte: Da autora; LabPGT-UNESC, 2020.

3.1 Descrição dos sítios identificados

Sítio 01 – Casa Colonial família Maurício.

A casa (figura 4) está situada na margem oeste da Lagoa de Sombrio com acesso via marginal da BR 101 no município de São João do Sul. Com coordenadas UTM 22J E621184 S6768187, a edificação está posicionada a 6 metros de elevação em relação ao nível do mar e tem o fundo voltado para a lagoa. Atualmente, a distância da Lagoa é de aproximadamente 1.100 metros, mas considerando o recuo que este corpo d'água teve, as imagens antigas georreferenciadas indicam que na época de construção a distância seria de aproximadamente 500 metros.

Figura 4: Imagem do sítio 01 - Casa Colonial Família Maurício



Fonte: Da Autora, 2019.

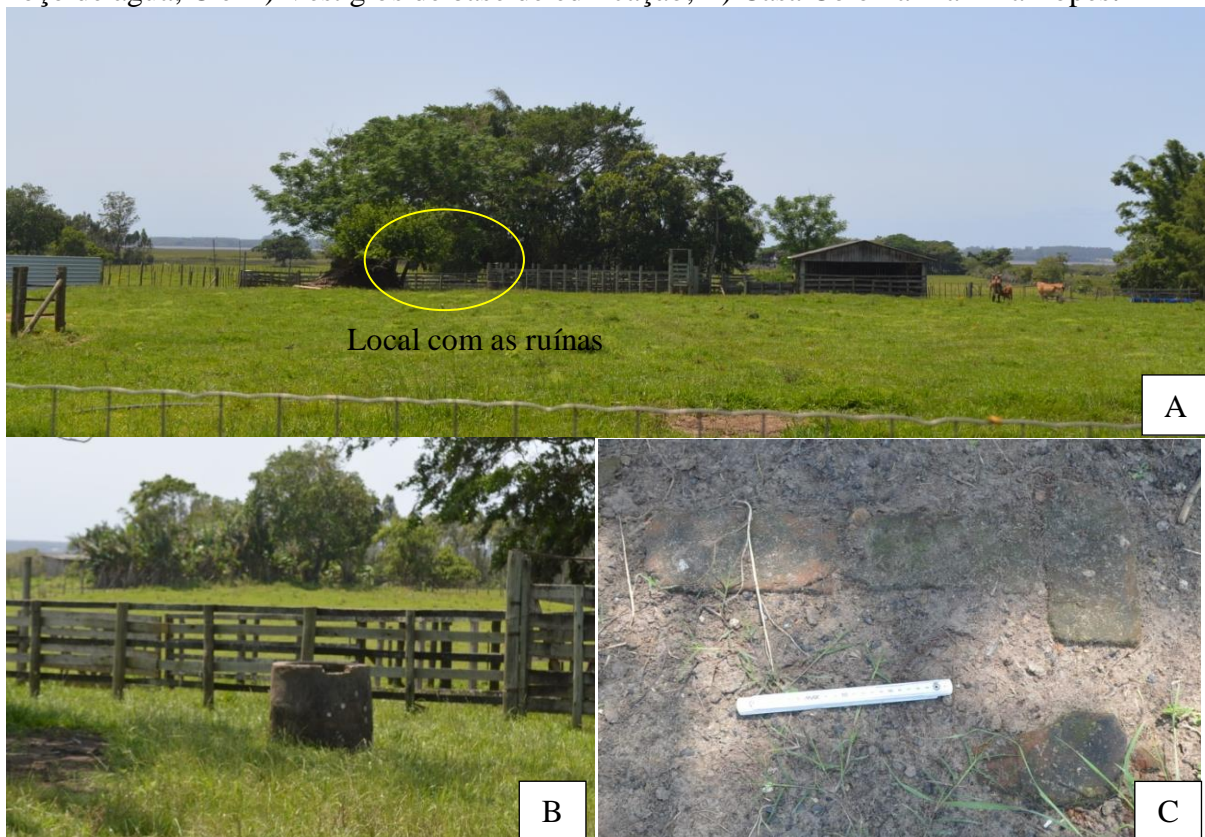
A casa em estilo colonial tem cinco cômodos (dois quartos, sala, cozinha e banheiro) e uma extensão da qual os materiais construtivos indicam ser recente. Segundo os proprietários havia gravado na edificação a data de 1960, fazendo referência ao ano de construção. Adquirida pela família Maurício em 1970, a edificação, a título de manutenção, sofreu algumas reformas que, inclusive, apagaram/cobriram a data de construção, contudo mantém bem preservado as características originais. Construída com alicerce e paredes de tijolo

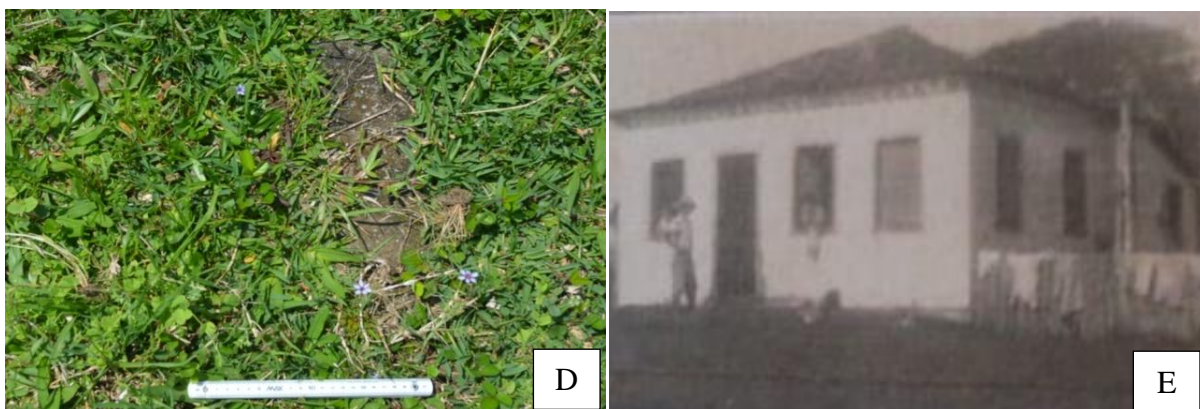
maciço e liga de barro, a casa tem telhado quatro águas e assoalho em madeira. A fachada apresenta ornamento decorativo e varanda, associado à residência há bambuzais.

Sítio 02 – Ruína Casa Família Lopes.

Na foto aérea de 1978 foi possível identificar uma estrutura na coordenada UTM 22J E621179 S6768344. Em campo foi constatado no local um poço da água e o resquício do alicerce de uma edificação (figura 5). A distância do sítio para a Lagoa é de 1.230 metros, mas se o recuo da mesma for desconsiderado, no início da segunda metade do século a XX a distância da antiga edificação para a lagoa era de aproximadamente 500 metros, conforme análise nas fotos georreferenciadas. O lugar está a 7 metros acima do nível do mar e tem como ponto de referência a fábrica de Polvilho Scheffer, o acesso se dá pela marginal da BR 101 no município de São João do Sul.

Figuras 5: Imagens do sítio 02 – Ruína Casa Família Lopes. Onde: A) Vista geral da área; B) Poço de água; C e D) Vestígios de base de edificação; E) Casa Colonial Família Lopes.





Fonte: A-D da autora, E Manuscrito Fermiano Manoel Lopes, [s.d.]

O poço, hoje em desuso, é construído com tijolos maciços e liga de barro, contudo, é evidente a presença de cimento no rejunte e reboco da estrutura possibilitando interpretações sobre data de construção em períodos onde o cimento estava popularizado, ou que a família tinha certo conforto financeiro ou, simplesmente, intervenções posteriores à sua construção. Foram identificados no local, tijolos maciços dispostos alinhadamente no solo, evidenciando a base de uma edificação.

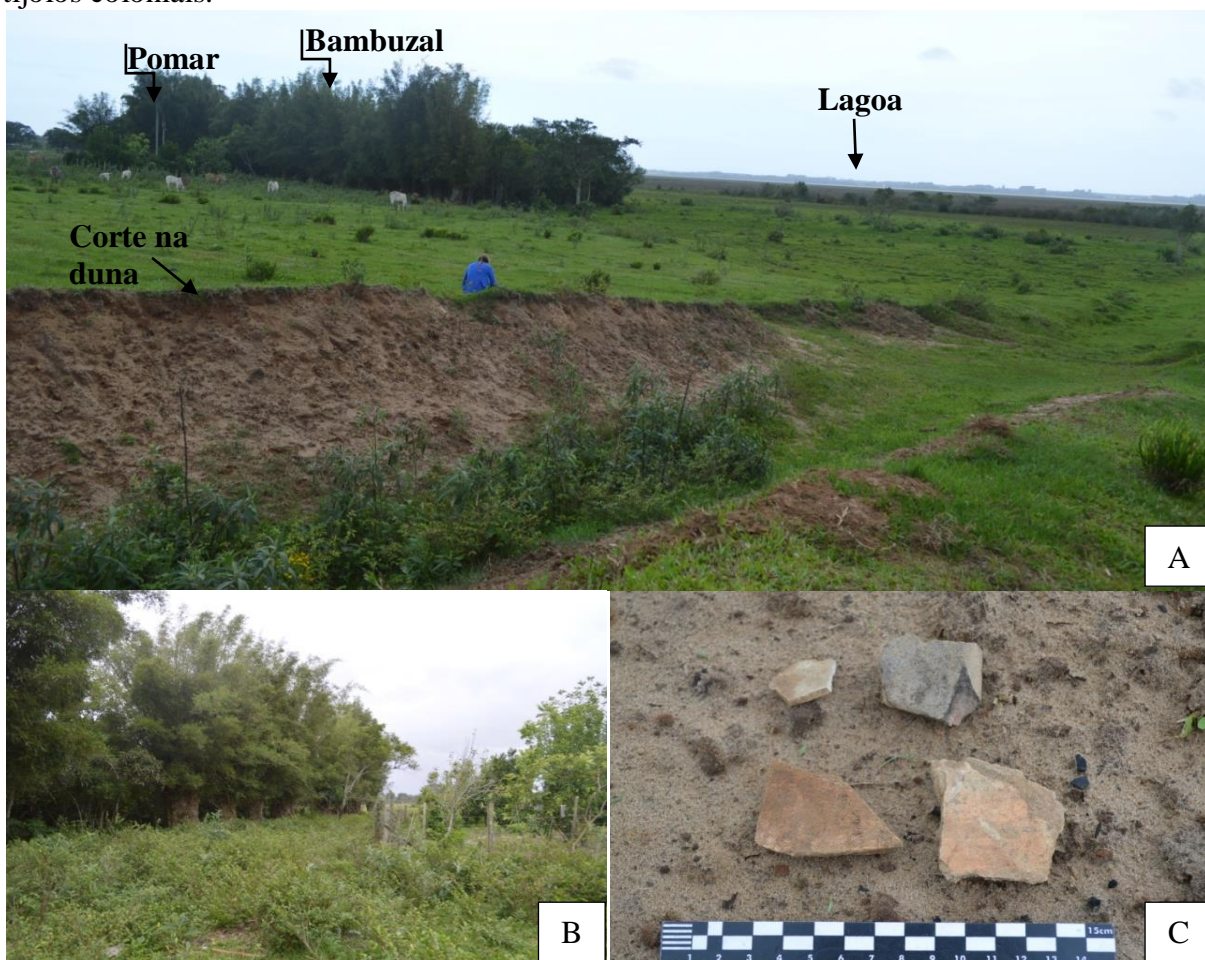
Conforme informações dos proprietários e familiares estas são ruínas de uma residência pertencente à família Lopes. Posteriormente conhecida por “Casa Velha”, ela foi construída por Manoel Lopes na década de 1920. Em manuscrito Fermiano Manoel Lopes, filho de Manoel, conta que sua família fez as telhas e tijolos para a construção com barro retirado do “potreiro” e colocando para secar no engenho. “Eu, em cima de um cavalo, dentro de uma eira açoitando outros cavalos, amassei o barro para fazer esta casa” (Lopes, [s.d.], p. 14), que ficou pronta em 1926. Em uma imagem da edificação presente no manuscrito é possível perceber as características de arquitetura colonial da edificação.

Sítio 03 – Cacos de tijolo e telha coloniais com bambuzal associado.

Localizado no município de São João do Sul, com acesso pela Estrada Geral de Três Coqueiros a 1.700 metros de distância da lagoa (aproximadamente 300 metros da lagoa há 50 anos) com elevação a 5 metros do nível do mar está o sítio 03. Ele compreende a restos de materiais construtivos antigos (telhas e tijolos) identificados em uma vala aberta nas dunas na coordenada UTM 22J E622032S6769039; e a aproximadamente 100 metros na coordenada UTM 22J E622145S6769065, bambus plantados, alinhados, com grande espessura e quantidade (figura 6). Vizinhos da propriedade relataram que nas proximidades havia o poço

de uma antiga residência, mas ele não foi identificado. No local também havia um pomar aparentando ser recente (bem cuidado, cercado, e com plantas pequenas).

Figura 6: Imagens do sítio 03 – Cacos de tijolo e telha coloniais com bambuzal associado. Onde: A) Vista geral do sítio; B) Bambuzal em linha e pomar; C) Fragmentos de telhas e tijolos coloniais.



Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 04 - Casas antigas de madeira.

As casas (figura 7) estão situadas na coordenada UTM 22J E623103S6771262 a 2.000 metros da Lagoa de Sombrio em terreno com elevação de 5 metros em relação ao nível do mar, no município de Santa Rosa do Sul. O acesso mais fácil é pela Estrada Geral Três Coqueiros. A primeira casa (Casa 1), tem arquitetura simples com telhado duas águas,

construída com madeira de Lei⁹ (Peroba). Segundo informações do proprietário, ela data de 1940, aproximadamente. A segunda casa (Casa 2), tem uma arquitetura estilo colonial e também tem a madeira de peroba como material construtivo. Data de meados dos anos 1960 segundo o proprietário, informação que condiz com a literatura. A Casa 1 pertenceu aos avós do atual proprietário, atualmente é utilizada como galpão. A Casa 2 pertenceu aos pais do proprietário, ainda é usada como moradia.

Figura 7: Imagens do sítio 04 - Casas antigas de madeira. Onde: A) Casa 1; B) Casa 2; C) Vista geral do Sítio 04.



Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 05 - Vestígios de materiais construtivos coloniais, louças e vidro.

Na coordenada UTM 22J E624176 S6773852, a aproximadamente 1000 metros da Lagoa de Sombrio e 7 metros acima do nível do mar, foram identificados fragmentos de

⁹ Madeira de Lei é a denominação que se dá a algumas árvores de floresta nativa da qual também são chamadas de madeiras nobres. Elas se apresentam mais pesadas, densas e com alta resistência a fungos e insetos. Ver mais em: Instituto brasileiro de Florestas, *site*: <<https://www.ibflorestas.org.br/>>

tijolos e telhas de características colonial, além de fragmentos de louça e vidro (figura 8). O acesso se dá pela marginal da BR 101 no município de Santa Rosa do Sul. O proprietário relatou que no local dos vestígios havia uma casa em madeira de Lei, demolida há cerca de 20 anos. Sobre os cacos de tijolos, o interlocutor mencionou a possibilidade de serem do forno a lenha. Na época deste registro (2019) a área estava sendo usada para plantio de maracujá.

Figura 8: Imagens do sítio 05 – Vestígios de materiais construtivos coloniais, louças e vidro. Onde: A) Vista geral do Sítio 05; B) Fragmentos de telha e tijolo; C) Cacos de louça e vidro.



Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 06– Materiais Construtivos.

Na mesma propriedade, em Santa Rosa do Sul, na coordenada UTM 22 J E624076 S6774039, a aproximadamente 1000 metros da Lagoa de Sombrio, elevação de 8 metros acima do nível do mar e com o mesmo acesso do Sítio 05, foram observados restos de

materiais construtivos. Estes materiais correspondem à telhas e tijolos inteiros e em fragmentos (figura 9). Segundo informação do proprietário são remanescentes de outra casa, esta pertenceu à sua avó. A casa era de madeira, também continha forno de barro e em anexo um pequeno engenho. Uma bomba de poço d'água que pertencia a esta casa ainda é guardada pelo proprietário que relata ser uma das poucas famílias da região a ter esse tipo de equipamento em meados do século XX. Marca ou ano de fabricação não foram encontrados. Associado ao sítio há bambuzais.

Figura 9: Imagens do sítio 06 – Materiais Construtivos. Onde: A) Vista ampla da área; B) Fragmento de tijolo; C) Telhas coloniais; D) Bomba de água para poço.



Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 07– Casa em madeira de Lei (Peroba).

Este sítio compreende a uma casa em madeira de Lei (peroba) (figura 10). No entanto, é válido mencionar que ela foi colocada em seu lugar atual há pouco tempo, o local de origem seria a uns 300 metros, segundo o proprietário. O registro se faz importante por esta ser uma casa em madeira de Lei com arquitetura simples em duas águas, uma amostra das casas típicas da região onde as famílias eram menos afortunadas (CLARO, 1991). O proprietário

informou que a mesma tem mais de 100 anos e pertenceu primeiramente a Pedro Domingos. Está situada a UTM 22J E623697S6774223, com distância atualmente de 1400 metros da Lagoa de Sombrio, em Santa Rosa do Sul.

Figura 10: Imagens do sítio 07– Casa em madeira de Lei (Peroba). Onde: A) Casa em Madeira de Lei típica da região; B) Detalhe da fachada.



Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 08 – Louça associada a bambuzal.

Com acesso pela Estrada Geral do Bairro Caramujo em Santa Rosa do Sul na UTM 22J E627033 S 6775681, a aproximadamente 1000 metros da Lagoa de Sombrio, foi encontrado cacos de louça associado a bambuzal indicando provável moradia nas proximidades (figura 11).

Figura 11: Imagens do sítio 08 – Louça associada a bambuzal. Onde: A) Vista geral da área; B e C) Fragmentos de louça.



Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 09 – Ruínas associada a bambuzal.

Situado na margem da BR 101 com coordenada UTM 22J E629465 S6777442 e 17 metros acima do nível do mar em Sombrio, um ponto foi identificado por meio da foto georreferenciada de 1978. No local há bambuzal associado à ruínas de uma casa que aparenta não ser muito antiga (figura 12).

Figura 12: Vista geral da área do sítio 09 – Ruínas associada a bambuzal.



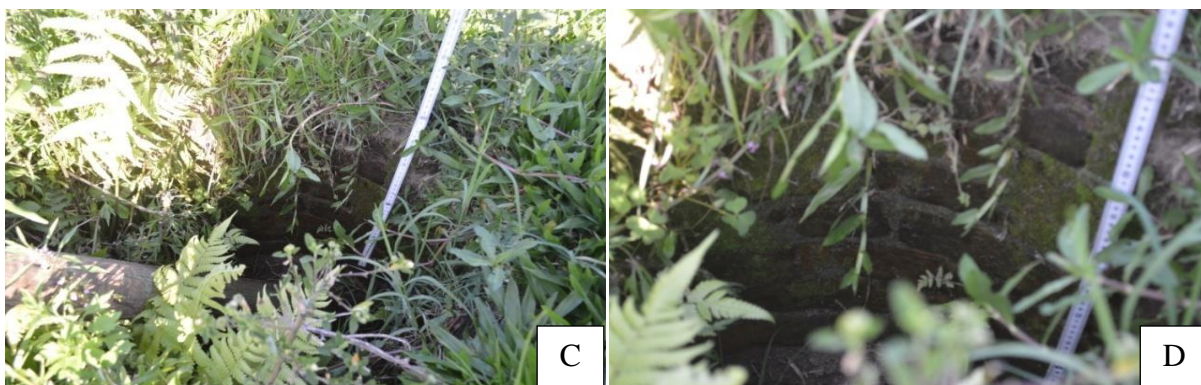
Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 10 - Poço da água.

Na UTM 22J E629845 S6777495, município de Sombrio, a aproximadamente 1300 metros da Lagoa de Sombrio foi identificado um poço de água construído com tijolo maciço. Atualmente está coberto por grama, fato que dificulta a visibilidade da estrutura (figura 13). O caseiro da propriedade (Senhor Carlos) indicou que na área havia uma casa em madeira. O acesso para o local é via marginal da BR 101.

Figura 13: Imagens do sítio 10 - Poço da água. Onde: A) Vista geral da área; B) Vista da área para a Lagoa de Sombrio; C) Poço de água; D) Detalhe do poço de água.





Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 11 – Cerca de Taipa.

Situado em Sombrio próximo, ao restaurante Gabiatti, nas margens da BR-101 com a coordenada UTM 22J E630501S6777511 está o sítio 11. Ele corresponde a uma estrutura de pedras encaixadas formando uma cerca (figura 14). Comum no sul do Brasil, estas estruturas são chamadas de taipa e eram utilizadas na criação/pousio de porcos e outros animais. A construção apresenta sinais de degradação onde muitas partes estão destruídas, árvores de médio porte e também bambus nascem do meio da estrutura. O local está atualmente há cerca de 1000 metros da Lagoa de Sombrio, mas há cerca de 50 anos a Lagoa chegava a pouco mais de 100 metros, como mostram as fotos aéreas georreferenciadas.

Figura 14: Imagens do sítio 11 – Cerca de Taipa. Onde: A) Vista Leste-Oeste da taipa em direção a lagoa; B e C) Cerca de taipa.



A



Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 12 – Poço de água.

Indicado pelas imagens aéreas georreferenciadas de 1957, este sítio está localizado na Avenida Nereu Ramos próximo à sede da Rede Amorim em Sombrio, a 70 metros do Rio da Laje e 1200 metros da Lagoa de Sombrio, na UTM 22J E632432 S6778239. A materialidade identificada é um poço de água construído com tijolo maciço (figura 15). Na temporalidade abarcada pelas imagens aéreas e em vistoria de campo não há indícios de casa associadas diretamente ao local do poço, tem-se a possibilidade de o poço ser a única edificação do local, que é uma parte baixa passível de alagamento, assim as residências ficariam do lado oeste da Avenida Nereu Ramos, parte alta (como ainda é atualmente).

Figura 15: Imagens do sítio 12 – Poço de água. Onde: A) Vista geral da área com ênfase para o poço; B) Detalhe da estrutura do Poço da água.





Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 13 – Casa colonial bairro Rússia.

Situada à Rua Telegrafista Adolfo Coelho, no bairro Rússia, em Sombrio, na coordenada UTM 22JE633002 S6778343, aproximadamente a 70 metros do Rio da Laje e 1700 metros da Lagoa de Sombrio, está o sítio 13, que compreende uma casa com estilo colonial (figura 16).

Figura 16: Imagem do sítio 13 – Casa colonial bairro Rússia.



Fonte: Da autora, 2019.

Ela foi amplamente reformada perdendo as características originais, no entanto é possível identificar as referências do estilo arquitetônico colonial nas paredes e aberturas laterais. O proprietário informou que a edificação foi construída em torno de 60/70 anos atrás. Próximas a esta residência, na mesma rua seguindo em direção norte, há outras edificações que apresentam características coloniais que não receberam maior atenção nesta pesquisa por estarem fora da área delimitada.

Sítio 14: Cacos de Louças.

Com acesso pela Estrada Geral da Rua Nova, município de Balneário Gaivota, na UTM 22J E632321S6774097, aproximadamente a 600 metros da Lagoa de Sombrio e elevação de 8 metros acima do nível do mar, está o sítio 14. A cultura material encontrada compreende a alguns fragmentos de louças (figura 17). O proprietário relata que no local havia a casa de seu avô demolida a mais de 80 anos e que quando a terra é arada cacos de tijolo, telha e louça antiga vêm à superfície.

Figura 17: Imagens do sítio 14 - Cacos de Louças. Onde: A) Vista geral da área; B) Fragmentos de louça identificados.

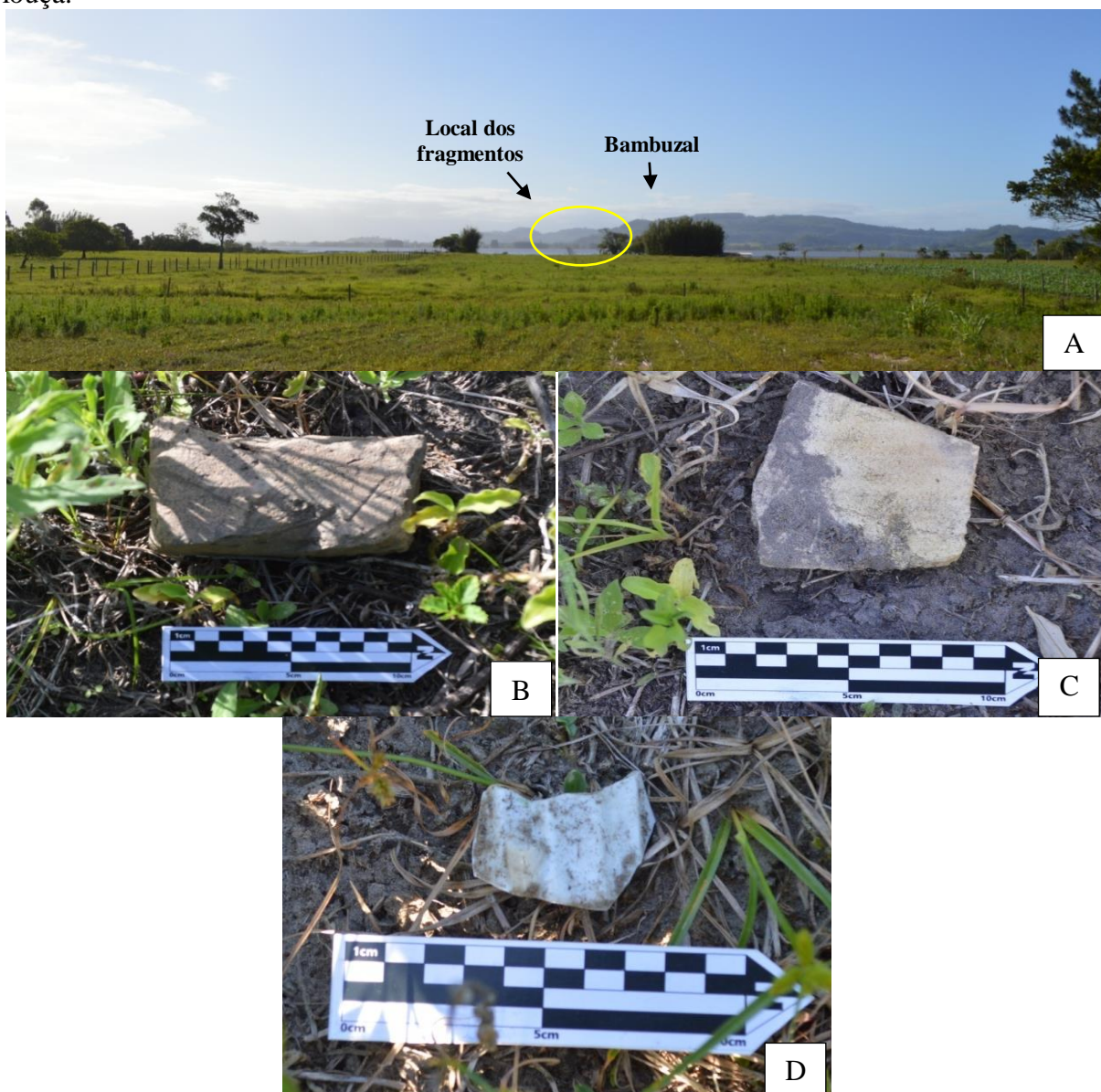


Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 15 - Fragmentos de materiais construtivos coloniais e louças associadas a bambuzal.

Localizado no município de Balneário Gaivota este sítio corresponde a fragmentos de louça, tijolos e telhas coloniais associados a bambuzal (figura 18). Com coordenada UTM 22J E631848 S6773385, elevação de 6 metros em relação ao nível do mar e distante aproximadamente a 400 metros da Lagoa de Sombrio. Conforme o proprietário, os fragmentos são da casa de seu avô demolida na década de 1970, quando a família construiu uma mais próxima à estrada geral da comunidade.

Figura 18: Imagens do sítio 15–Fragmentos de materiais construtivos coloniais e louças associadas a bambuzal. Onde: A) Vista geral da área; B, C e D) Fragmentos de tijolo, telha e louça.



Sítio 16- Poço da água associado a bambuzal

O sítio 16 está localizado nas coordenadas UTM 22 J E631041 S6772464, município de Balneário Gaivota, acerca de 600 metros da Lagoa de Sombrio e 9 metros acima do nível do mar. No local foi observado um poço da água construído em tijolo maciço, associado a bambuzal (figura 19). Também há no local árvores frutíferas indicando um possível quintal. O atual proprietário informou que na área onde a cultura material foi encontrada ficava uma casa de madeira de Lei pertencente ao seu avô, Pedro Serafim Machado, demolida a mais de 50 anos. Situado na comunidade de Rio Novo, próximo à igreja católica, o acesso para este sítio é pela Estrada Geral.

Figura 19: Imagens do sítio 16- Poço da água associado a bambuzal. Onde: A) Vista geral da área; B) Estrutura de poço de água.



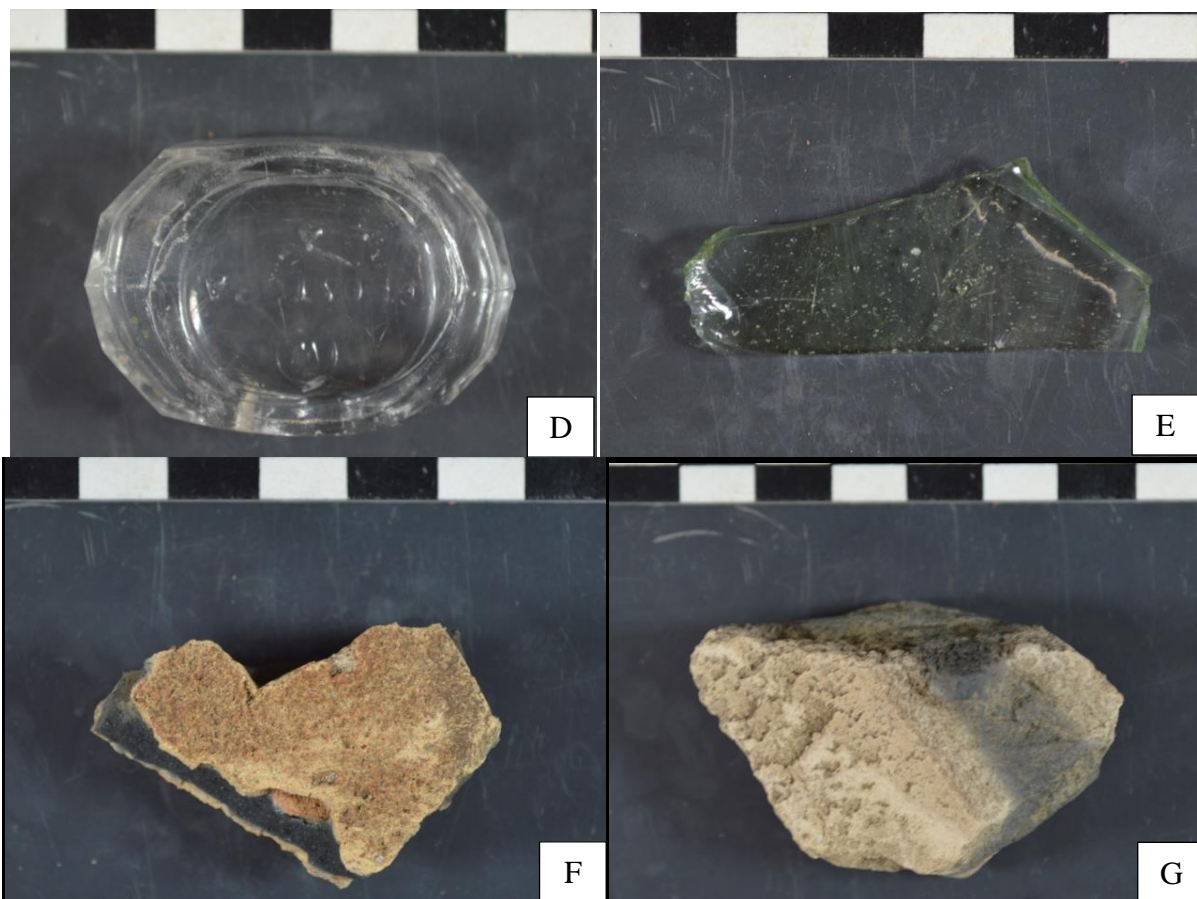
Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 17 - Fragmentos de louça, vidro e material construtivo colonial.

No município de Balneário Gaivota, na coordenada UTM 22J E630104S6771489, aproximadamente a 1000 metros da Lagoa de Sombrio e a 7 metros acima do nível do mar, com acesso pela Estrada Geral que liga Balneário Gaivota a Passo de Torres, está o sítio 17. No local foi observado grande quantidade de materiais construtivos coloniais (telhas e tijolos) e cacos de louça, além da presença de bambuzal (figura 20). No momento do trabalho de campo desta pesquisa havia plantio de milho no local e também foi observado um possível sambaqui bem como cerâmica Guarani.

Figura 20: Imagens do sítio 17 - Fragmentos de louça, vidro e material construtivo colonial. Onde: A) Vista geral da área; B – F) Fragmentos de louça e vidro.





Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 18 – Fragmentos de louça, vidro e material de construção colonial.

Este sítio está localizado em Balneário Gaivota na coordenada UTM 22J E629783 S6771348 e corresponde a cacos de louça, vidro, materiais construtivos e bambus (figura 21). Atualmente está localizado a 1000 metros da Lagoa de Sombrio, e há décadas atrás aproximadamente a 400 metros, como evidenciam as fotos georreferenciadas. A área no momento do levantamento de campo desta pesquisa estava ocupada para fumicultura. O proprietário que atende pelo nome de Rudinei, informou que a casa de seu avô ficava na proximidade de onde a cultura material foi identificada.

Figura 21: Imagens do sítio 18 – Fragmentos de louça, vidro e material de construção colonial. Onde: A) Vista geral da área; B e C) Fragmentos encontrados.



Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 19 – SC-MAM-14 – Louça e Vidro.

O sítio 19 compreende ao sítio arqueológico SC-MAM-14, registrado pelo LAPIS em 2018. Caracterizado como um sítio multicomponencial, por conter vestígios conchíferos e também coloniais (figura 22), ele está localizado nas coordenadas UTM 22J E628939 S6770370, aproximadamente a 900 metros da Lagoa de Sombrio. Associado ao local também foram observados bambus. Localizado no município de Balneário Gaivota seu acesso é possível via Estrada Geral.

Figura 22: Imagens do sítio 19 – Louça e Vidro. Onde: A) Vista geral da área; B - C) Fragmentos de louça e vidro do sítio.



Fonte: Da autora, 2018.

Sítio 20–Casa Colonial.

Na comunidade de Furação em Balneário Gaivota, UTM 22J E628222 S628222, há 11 metros acima do nível do mar, 1300 metros distante da Lagoa de Sombrio hoje e aproximadamente 500 metros há algumas décadas, conforme comparação evidenciada nas fotos aéreas, está o sítio 20 (figura 23). Ele compreende a uma casa em estilo colonial, que conforme apontamentos da comunidade no levantamento oportunístico data de aproximadamente 120 anos, pertencente à família Colores. Próximo à moradia tem cerca de bambu tanto em sentido Norte-Sul como de Leste-Oeste. Associada à edificação foi observado remanescente de plantio de café e um fragmento de louça. A edificação tem os fundos voltados para a lagoa e está aparentemente conservada, mantendo as características originais, com exceção do telhado que apresenta telhas de cimento amianto.

Figura 23: Imagens do sítio 20–Casa Colonial. Onde: A) Casa Colonial; B) Fragmento de Louça associado a casa; C) Bambuzal alinhado formando uma cerca próximo a edificação.



Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 21–Fragmentos de materiais construtivos coloniais e bambus.

Este sítio corresponde a alguns fragmentos de tijolos associados a bambuzal (figura 24). Cerâmica Guarani policrômica também foi detectada no local. A propriedade tem acesso pela Estrada Geral que liga Balneário Gaivota a Passo de Torres. Segundo o proprietário, o material encontrado é resquício da casa de seu avô, Irineu da Cunha Colares. O sítio está no território do município de Balneário Gaivota na coordenada UTM 22J E627538 S627538 a aproximadamente 700 metros da Lagoa de Sombrio em 2019, ano deste levantamento.

Figura 24: Imagens do sítio 21–Fragmentos de materiais construtivos coloniais e bambus. Onde: A) Propriedade onde foram detectados os fragmentos; B) Fragmentos de materiais coloniais.



Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 22 – Louças, vidros e bambus.

Na UTM 22JE627310 S6768235, município de Balneário Gaivota, com a distância de aproximadamente 700 metros da Lagoa de Sombrio foi identificado louças e vidros associados a bambus (figura 25). A propriedade está relacionada ao Engenho do “Janca”, de forma que o proprietário relatou que no local onde a cultura material foi encontrada ficava o primeiro engenho da família iniciado pelo seu bisavô, acerca de 150 anos. Informando ainda que quando a terra do local é arada muita coisa é encontrada, algumas (como moedas antigas, frascos de vidro, etc) o proprietário e família guardam em casa.

O engenho mencionado incendiou na década de 1980. Restaram apenas algumas madeiras e telhas, que foram utilizadas na construção de um galpão que existe atualmente. Outro engenho foi construído próximo à estrada e ainda hoje, ano desta pesquisa, a família mantém a tradição do engenho de farinha.

Figura 25: Imagens do sítio 22 – Louças, vidros e bambus. Onde: A) Vista geral da área; B e C) Fragmentos de louça e vidro encontrados no local.



Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 23: Ruína de casa colonial.

Em Balneário Gaivota, pertencente à família Porto, há uma edificação que já é destaque cultural do município sendo de interesse para tombamento (que não se concretizou) e destino de muitas viagens escolares. Conhecida popularmente por Casa Porto, atualmente está em ruínas (figura 26). Por meio do levantamento oportunístico conversou-se com o

tataraneto do construtor, Fabio Porto. Senhor Fabio relatou que a casa foi construída por seu tataravô, sendo que os materiais vieram da região de Porto Alegre. Posteriormente ela passou a ser propriedade de Pedro Alexandrino Porto, filho do construtor e bisavô de Fabio. Atualmente, pertence ao irmão de Fabio, e teve a fachada de sua estrutura derrubada. Sua construção está alicerçada com pedras, as paredes externas estruturadas com tijolos maciços, enquanto as internas são de pau a pique, rebocadas com uma espécie de cal. Assoalho em madeira e janelas de uma e duas folhas. A cozinha é em madeira e fica anexo aos fundos da edificação, que é voltado para a Lagoa de Sombrio. Há indícios de alterações posteriores à construção como a inclusão de um banheiro onde consta azulejo nas paredes e uma base para caixa da água. O local tem como coordenada UTM 22J E626926 S6767650, está a 8 metros acima do nível do mar e aproximadamente 1000 metros da Lagoa de Sombrio. O acesso é pela Estrada Geral que vai de Balneário Gaivota a Passo de Torres.

Figura 26: Imagens do sítio 23 - Ruína de casa colonial. Onde: A) Vista geral; B-G) Detalhes da edificação.





Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 24 – Casa Colonial (Família Perez).

No município de Balneário Gaivota, na coordenada E624796 S6764148, distante aproximadamente 500 metros da Lagoa de Sombrio, está a casa colonial da família Perez (figura 27). A edificação se encontra semidestruída. Apenas a fachada está preservada sem o telhado, pois a casa foi coberta por um galpão, servindo de depósito. Os proprietários estimam uma data acima de 100 anos, cálculo feito considerando os antepassados que ali habitaram. O acesso para o sítio é pela Estrada Geral. A casa tem características coloniais em uma arquitetura mais popular, ainda assim é uma edificação em alvenaria em tijolos maciços. Janelas em uma folha e alicerce em pedras.

Figura 27: Imagens do sítio 24 – Casa Colonial (Família Perez). Onde: A) Vista ampla; B) Detalhe da fachada; C) Detalhes do interior coberto pelo galpão.



Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 25 – Casa Colonial Carlos Perez.

Na coordenada UTM 22J E624775 S6764050, município de Passo de Torres, a 550 metros da lagoa de Sombrio há outra casa de características coloniais, propriedade de Carlos Perez (70 anos). O proprietário informou que a casa pertenceu a seus pais, atualmente a edificação está descaracterizada por reformas. Apenas a fachada sul mantém traços originais, bem como a parte interna. No local há um forno antigo feito com tijolos maciços e barro sobre base de madeira. Segundo o proprietário era onde sua mãe preparava os alimentos da família. Esta estrutura se encontra semidestruída e é perceptível intervenção com cimento (figura 28).

Figura 28: Imagens do sítio 25 – Casa Colonial. Onde: A - B) Casa colonial. C-D) Forno de barro.



Fonte: Da autora, 2019.

Sítio 26 – Conjunto de ruínas Morro dos Macacos.

Morro dos Macacos é um parque particular localizado às margens da Lagoa de Sombrio, no município de Passo de Torres. Conforme a historiografia uma das primeiras casas da região está localizada dentro do território da propriedade. A família que mora no local e mantém o parque, representados por Pedro Manoel da Rosa, conhecido por Pedro China, em entrevista a Alfredo Lopes no ano de 2009, anuncia ser descendente do morador que pensou sua construção (LOPES, 2011). Na coordenada UTM 22J E623665 S6764366 está a ruína da casa mencionada. Ela foi construída com pedra e barro, utilizando de mão de obra escrava, segundo a mesma entrevista. Habitada por várias gerações da família e aproximadamente 40 anos foi derrubada. Atualmente as ruínas estão quase inteiramente tomadas por vegetação. Por questão de organização vamos denominá-la aqui de “estrutura 1” (figura 29 A-B).

Posteriormente a esta, houve outras edificações dentro da área do atual parque, uma delas ainda tem parte de seu alicerce visível no solo na coordenada UTM 22J E623556

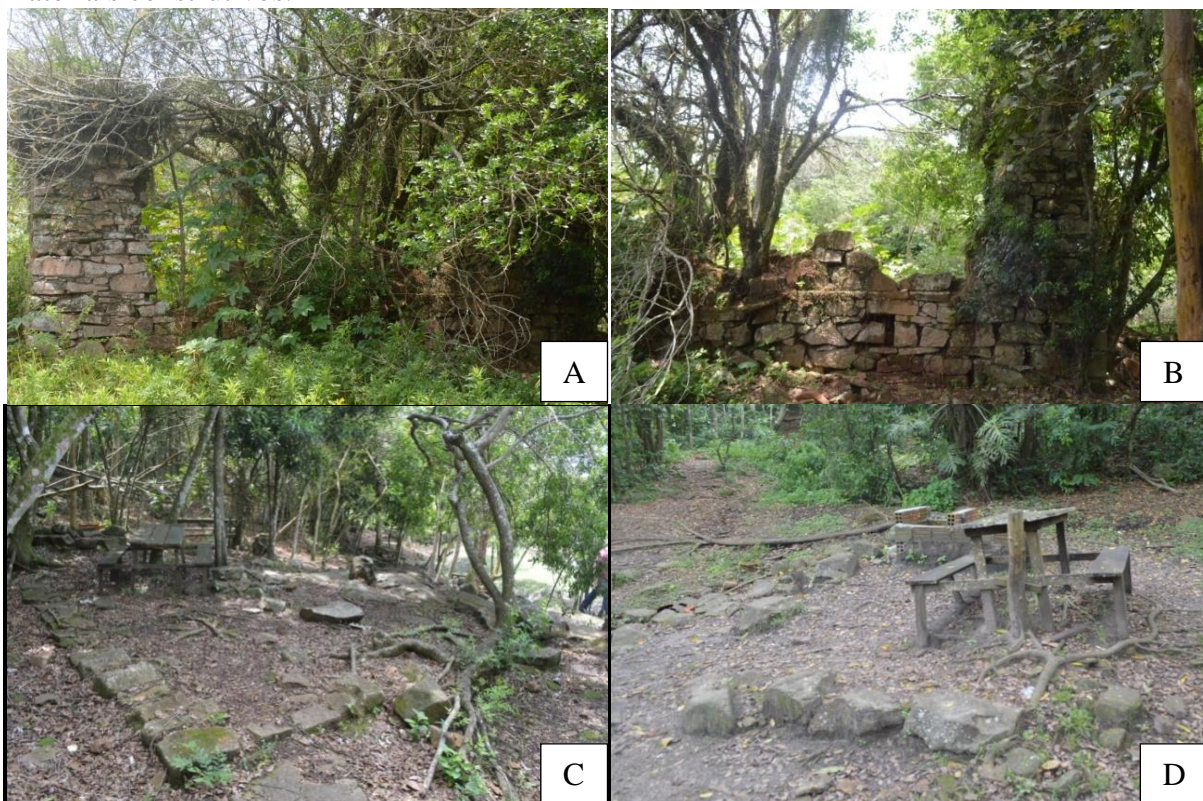
S6764120. Segundo Pedro China em informação oral informal coletada no levantamento oportunístico desta pesquisa, esta ruína (que aqui vamos chamar de “estrutura 2”) pertence a casa que era de seus pais. É possível detectar onde ficava a entrada da residência, bem como algumas pedras que poderiam ser parte de um fogão ou do alicerce (figura 29 - C).

Outra base de edificação que pode ser observada no Sítio 26 fica a aproximadamente 20 metros da estrutura anterior. Ela foi indicada pelos proprietários como ruína de um antigo engenho e está na coordenada UTM 22J E623565 S6764104, vamos chamá-la de “estrutura 3” (figura 29 - D).

A “estrutura 4” compreende por um resquício de cerca de taipa, contando ainda com aproximadamente 90 metros de extensão. Sua coordenada média é UTM 22J E623668 S6764305 (figura 29- E).

Além das estruturas, no local onde há o conglomerado das estruturas 2 e 3, há muitos cacos de louça e de materiais construtivos de caráter colonial (figura 29 F-H). Este ambiente se encontra bem alterado por revolvimento do solo, desta forma uma associação dos fragmentos com alguma estrutura, não sendo efetivo. Para registro, um ponto com muitos cacos está na coordenada UTM 22J E623577 S6764107.

Figura 29: Imagens do sítio 26 – Conjunto de ruínas Morro dos Macacos. Onde: A - B) Estrutura 1; C) Estrutura 2; D) Estrutura 3; E) Estrutura 4; F-H) Fragmentos de louça e materiais construtivos.





Fonte: Da autora, 2019.

4. PEDRAS, PAUS, ARGILAS E VIDROS: O QUE DIZEM AS COISAS?

4.1 Considerações sobre a cultura material

Classificamos a cultura material coletada e observada nos vinte e seis sítios coloniais identificados às margens da Lagoa de Sombrio em dois grupos: edificações, o qual inclui também fragmentos de materiais construtivos; e outro grupo com os vestígios de louças e vidros.

As edificações incluem as casas de alvenaria em pedra e tijolos e casas de madeira. Nas casas coloniais identificadas nesta pesquisa com estrutura minimamente preservada (sítios, 01, 13, 20, 23, 24, 25 e 26 (Figura 3)), a herança cultural portuguesa está presente. Lemos (1979) já explicitava que a arquitetura do sul do Brasil tem nítida influência portuguesa, principalmente na parte litorânea. Santos (2018), ao estudar a arquitetura do litoral catarinense aponta as mesmas técnicas construtivas por toda a costa, remetendo sempre a um modelo tradicional português. Mas seguindo uma perspectiva geohistórica é preciso fazer alusão quanto à adaptabilidade dos materiais construtivos, pois, a herança cultural de Portugal na arquitetura litorânea do Brasil não é só reprodução. Alternativas locais foram sendo empregadas nas construções devido e “à disponibilidade (ou indisponibilidade) de certos materiais” (SANTOS, 2018, p. 97).

Nesse entendimento, os sítios 02 e 26 apresentam como vestígios de ocupação estruturas de alicerce. Para Vasconcelos (1979) é característico de a Arquitetura Colonial brasileira conter alicerces apenas em construções de alvenaria, sendo que eles podem ser em pedras (caso do sítio 26) ou em tijolos (sítio 02) e usados mais comumente com argamassa com base de barro. Nos sítios levantados, que são casas coloniais (01, 13, 20, 23, 24, 25 e 26), os apontamentos de Vasconcelos sobre os alicerces estavam presentes, alguns utilizando pedras (sítio 23, 24 e 26) e outros tijolos maciços (sítio 01, 13, 20, 25).

No sítio 26 consta a ruína de uma edificação datada de 1830, conforme história oral registrada por Lopes (2011), construída em pedra e barro utilizando de mão de obra escrava - ela pertenceu à família dos irmãos Rodrigues, mencionados anteriormente, da qual evidências históricas apontam como proprietários de escravos como estimulava a conjuntura da época (LOPES, 2015). Segundo Vasconcelos (1979) casas de pedra são uma herança europeia, de forma que nos primeiros anos de colonização a preferência era por construções de pedra e cal por sua considerável durabilidade e também imponência. As primeiras cidades formadas no

nordeste e sudeste brasileiro chegaram a importar pedras portuguesas para as construções, remetendo também para questões de *status* social. Fora dos centros político-econômicos, no entanto, se valia usar os recursos locais, como pedras dos rios. Porém, como tal sistema construtivo demandava de mais recursos e mão de obra, não era popularmente utilizado. A historiografia local aponta outra casa de pedra às margens da lagoa, de propriedade de João José Guimarães, também apontado anteriormente. Não obstante, os autores Coelho (2003) e Pereira (1972) retratam o transporte de pedras de construção pela Lagoa de Sombrio, evidenciando a disponibilidade deste material pela região.

Ainda sobre construções em pedra temos o sítio 11 e no sítio 26 a estrutura 04 que correspondem a muros de taipa. Estes muros de pedras encaixadas são muito comuns no sul do Brasil, relacionadas ao caminho dos tropeiros. Formavam corredores para apresar as tropas de animais que estavam em transporte. No litoral sul catarinense, no entanto, os corredores não se faziam necessários por não ser uma área de campo aberto, como a região serrana, mas com barreiras naturais para apresar os animais. No caso dos sítios 11 e 26, devido aos muros formarem um cercado é possível atribuir a função de criadouro para produção local e de pousio para as tropas quando de passagem pela região.

Assim como as construções em pedra, a produção oleira também é evidenciada desde as primeiras décadas da colonização brasileira, fomentada, inclusive, pelos padres jesuítas. Contudo, a preferência era pela fabricação de telhas em detrimento dos tijolos, pois as paredes e muros poderiam ser feitos com outras técnicas (pedras, taipa de pilão) (FLORENZANO, 2016). Tal fato é uma possibilidade para explicar a arquitetura da casa em ruínas no sítio 26, paredes em pedra e barro, telhado com telhas de barro (capa canal) e aberturas de madeira com uma folha como é representada por Lopes (2015).

Segundo Florenzano (2016, p. 49), o uso de tijolos se disseminou em fins do século XIX, pois “estes são mais leves e possibilitam paredes de menor espessura, exigindo, conseqüentemente, menos esforço das fundações”. Relatos de atividade oleira nos primeiros anos de ocupação colonial do extremo sul catarinense aparece em dois cenários: um com a importação de telhas e tijolos de Torres e Laguna em momento de construção das primeiras casas de alvenaria (COELHO, 2003; FARIAS, 2000). Outro mencionando olarias e produção familiar de telhas e tijolos no século XX (PEREIRA, 1972; COELHO, 2003; LOPES, [s/d]).

Nesse viés, das edificações em alvenaria levantadas nesta pesquisa consta uma em pedra e barro e as demais em tijolos maciços e cal. A alvenaria, no entanto, não era um meio de construção popular de modo que algumas adaptações eram comuns, desde fazer seus

próprios tijolos e telhas como mencionado, a realizar construções mistas. Uma edificação mista comporta, por exemplo, as paredes externas de tijolos e as paredes interiores de pau-a-pique revestidas de argamassa, como o caso do sítio 23. Outra forma de adaptar a construção aos materiais amplamente disponíveis e, igualmente, baratear os custos era trocar a argamassa de cal por barro. Todavia, era muito comum utilizar nas construções coloniais do litoral catarinense conchas trituradas advindas de sítios arqueológicos sambaquis para obter cal (SANTOS, 2018).

Ainda no contexto de pedras e tijolos, tem os sítios 02, 10, 12 e 16 onde foram identificadas estruturas de poços artesianos. O sítio 10 é o único que não apresenta parte visível na superfície e todos são construídos de tijolos maciços com argamassa. Com este mesmo sistema construtivo, há no sítio 25 um forno de pequenas dimensões, provavelmente utilizado para pães e outros alimentos. Em muitos casos, o uso de tijolos estaria restrito aos poços e fornos, a residência e outras possíveis estruturas teriam como material construtivo a madeira.

Vasconcelos (1979) aponta que as construções com madeira e barro também são inerentes à colonização, talvez até precedente às construções em pedra. Neste viés, Coelho (2003) assinala que as casas no entorno da Lagoa de Sombrio eram de pau a pique, e telhado de palha ainda quando a ocupação na região não tinha caráter fixo. Com a chegada dos primeiros imigrantes, enviados para povoar a região sul, se inicia também a exploração das madeiras de Lei (canela, peroba, etc.) de forma que em Santa Catarina é comum construções em madeira devido a abundância de matéria-prima, sendo, portanto, de nível mais popular, expõe Claro (1991).

Foram identificadas três edificações em madeira, remanescentes da ocupação colonial, duas no sítio 04 e uma no sítio 07. O sítio 07 e a casa1 do sítio 04 apresentam uma característica mais simples, de fácil construção e baixo custo, ressalta Claro (1991), sendo destacadas no levantamento oportunístico como as mais tradicionais da área de estudo. Porém, casas de madeira com telhado de múltiplas águas, como a casa1 (sítio 04) também são comuns nas zonas litorâneas preservando o estilo açoriano (CLARO, 1991). Edificações em madeira de Lei como as identificadas tem potencial para duração secular, todavia, o caráter de fácil manipulação da madeira permite a reutilização dos materiais, ocasionando um maior interesse em desmontar estas edificações. Este talvez seja um indício para o pequeno número casas de madeira em relação às de alvenaria identificadas nesta pesquisa.

Para além das edificações, dispersos fragmentos de materiais construtivos se destacaram no levantamento de campo. Inseridos no mesmo contexto explanado sobre as edificações e seus tipos de construção, os cacos de telhas e tijolos remontam para uma época de produção menos mecanizada. A seguir, um panorama dos fragmentos de materiais construtivos identificados (figura 30):

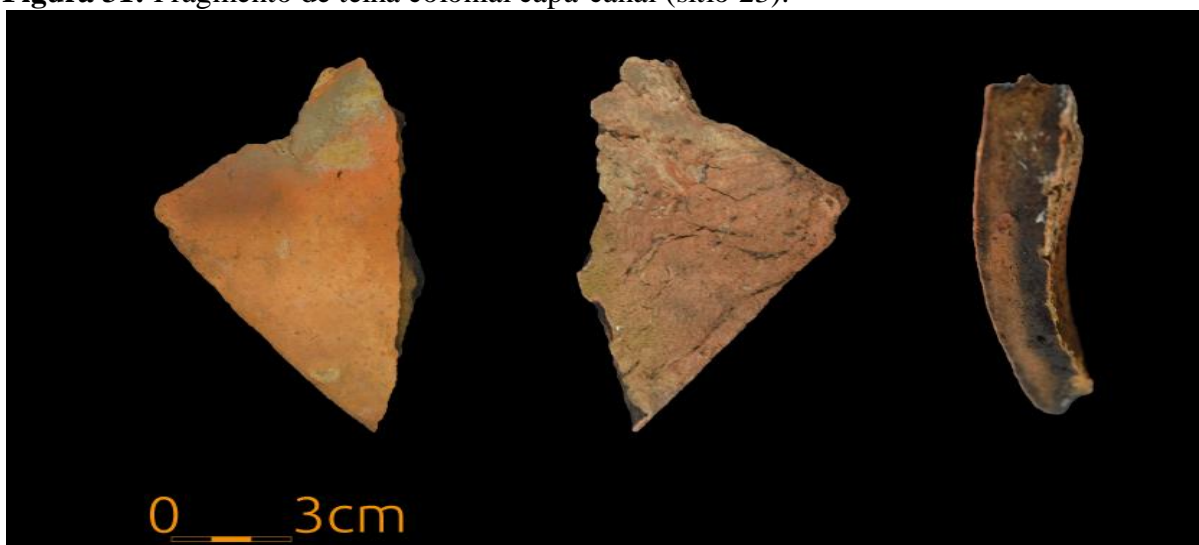
Figura 30: Materiais construtivos de característica colonial identificados na área de estudo (telhas e tijolos).



Fonte: Da autora, 2020.

Para detalhamento destacamos este caco de telha identificada na área do sítio 23 (peça 2) (figura 31). Caracteriza-se por telha colonial em estilo capa-canal. É possível observar a irregularidade nas bordas bem como na parte interna, indicio de modelagem manual. Na parte externa é perceptível uma espécie de escovado feito para uniformizar a peça (TINOCO, 2007; COLIN, 2010). A telha era fabricada utilizando uma forma, chamada de guarlape, normalmente feita com um tronco de madeira em formato de semicone, resultando neste aspecto enrugado na parte interna da telha (Caldarelli, 2003).

Figura 31: Fragmento de telha colonial capa-canal (sítio 23).



Fonte: Da autora

O segundo grupo de materiais encontrados contempla os vestígios de vidros e louças. Até a década de 1960 o principal meio para estes artefatos chegarem à região da Lagoa de Sombrio era por meio dos trabalhadores viajantes, principalmente o carreteiro, pois interagiam nas principais zonas de comércio do Sul do Brasil: Laguna e Porto Alegre. E assim, retornava com “as novidades de informação, comércio, moda e indústria” (CLEMES, 2016, p. 112).

Até o século XIX não existia produção de objetos vítreos e louças no Brasil, eram sumariamente importados. O porto de Laguna tinha contato direto com o porto do Rio de Janeiro (PASSOS, 2015), que por sua vez, recebia do exterior os mais variados produtos (LIMA, 1996), e em Porto Alegre não era diferente (TOCHETTO, 2004).

As primeiras iniciativas manufactureiras para produção de vidro surgem no Brasil oitocentista, mas só ganham mercado no fim deste século se estabilizando no século XX com a mecanização. Os vidros estavam associados principalmente a itens de boticário e fármacos, neste viés Santos (2005, p. 87) sugere que a difusão desses objetos foi motivada pelas

epidemias causadas pela falta de condições de higiene básicas nos centros urbanos, provocando assim “uma expansão considerável do consumo de remédios”. Zanettini e Camargo (2017) atribuem o consumo do vidro a fatores como incremento da malha ferroviária e aumento de pessoas no mercado assalariado.

Segundo Zanettini e Camargo (2017, p. 7) os vidros recorrentes em sítios arqueológicos têm duas divisões básicas quanto às técnicas de produção, são elas:

[...] a tecnologia manual, na qual existem ferramentas, algumas até compostas, mas que, em seu manuseio ainda dependem de grande interferência humana na produção. Na segunda, a tecnologia mecânica, predominam as máquinas semiautomáticas e automáticas, as quais possuem o mesmo processo de produção e deixam as mesmas marcas nos recipientes, variando apenas o grau de interferência humana na produção, o que não necessariamente interfere no registro arqueológico.

Deste modo, a técnica manual consistia em o vidreiro assoprar a peça com a ajuda de um cano até que ela adquirisse o formato desejado, se necessário utilizava-se pinças para finalizar o gargalo e torner a peça. Uma característica desse tipo de produção eram as peças com forma redonda (bulbos). A fabricação manual foi aperfeiçoada com o uso de moldes, permitindo formas mais padronizadas dos frascos e garrafas. Quanto aos moldes, também foram se aprimorando considerando aspectos de estabilidade, simetria e padrão dimensional das peças, neste sentido é possível inferir, *grossa modo*, que os últimos utilizados foram os moldes duplos.¹⁰ As técnicas semiautomática e automática se baseiam no mesmo processo, porém iniciando o processo pelo gargalo e o trabalho manual é feito pelas máquinas, desde colocar a massa no molde até o “sopro” (ZANETTINI; CAMARGO, 2017).

Os artefatos em vidro identificados nesta pesquisa são pequenos frascos e, em maior parte, cacos. Eles são de coloração verde e transparente e apresentam bolhas de ar na pasta, caracterizando um processo mais rudimentar de fabricação (MACHADO, 2004). As bolhas, como exposto, são geradas pela pressão do ar, seja manual (sopro) ou mecanizada, que ajuda a peça a adquirir o formato desejado. Foram observados também escritos (nem sempre decifráveis) e marcas de molde.

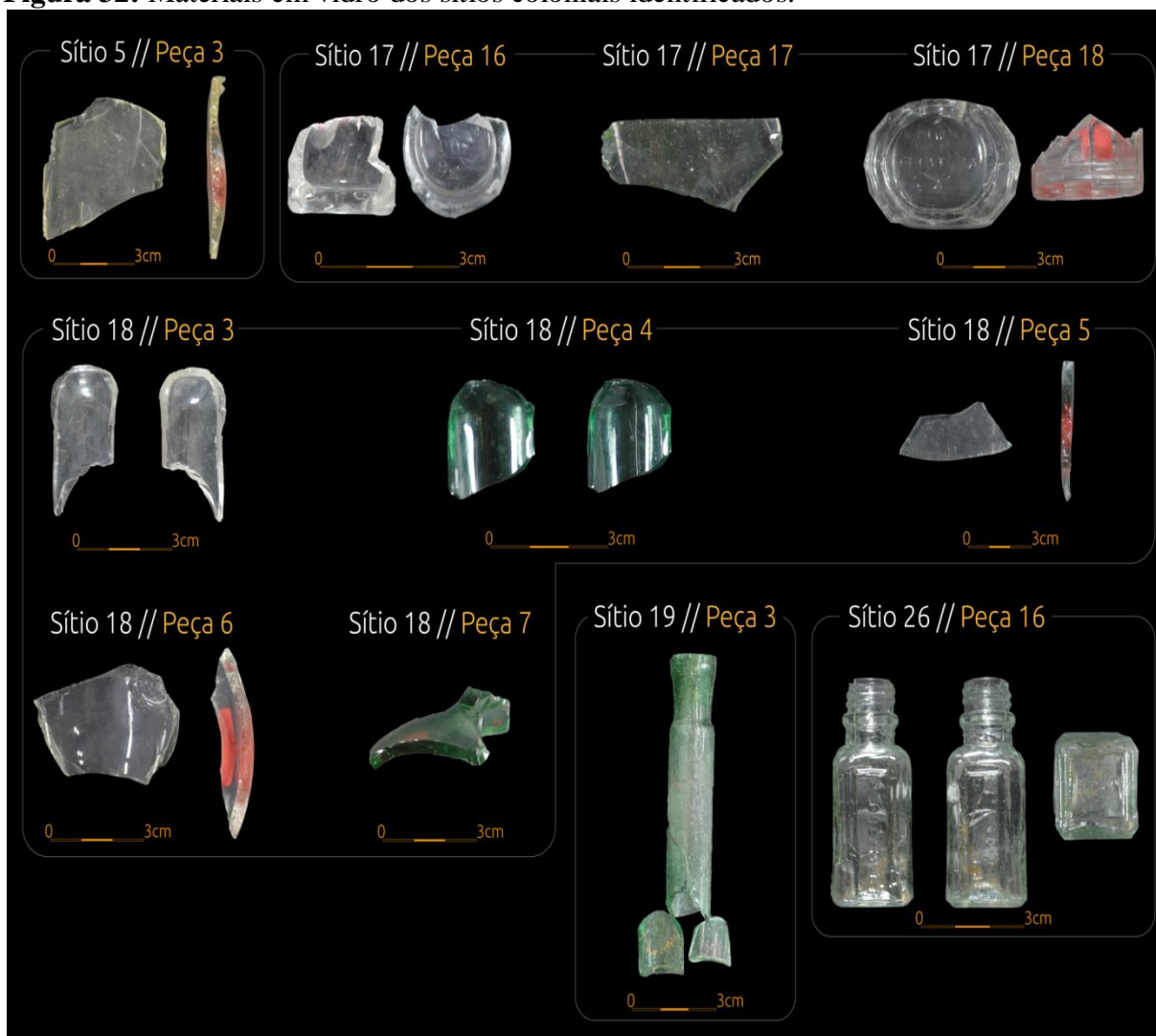
Referente à coloração vale alguns apontamentos: Zanettini e Camargo (2017) ressaltam que os primeiros vidros tinham colorações de verde, resultado natural dos “ingredientes”. A produção manual com auxílio de alguns reagentes, colorantes e descolorantes conseguia obter algumas tonalidades de cores, mas com a automatização “o predomínio do transparente é indiscutível, ficando as outras cores reservadas para produtos

¹⁰ Molde com duas partes encaixando a peça verticalmente do gargalo a base.

que não poderiam ser tão expostos à luz solar – caso dos vinhos tintos e cervejas em geral – ou aqueles que já tinham uma imagem de produto definida junto ao público consumidor”. (ZANETTINI; CAMARGO, 2017).

Nesta abordagem, estes são os materiais vítreos dos sítios arqueológicos coloniais identificados (figura 32):

Figura 32: Materiais em vidro dos sítios coloniais identificados.



Fonte: Da autora, 2020.

Na figura 33 vamos destacar três materiais vítreos em especial que apresentaram detalhes mais evidentes para análise, eles são:

Figura 33: Detalhes do material em vidro.



Fonte: Da autora, 2020.

A peça 18 do sítio 17, embora quebrada, é um recipiente com dimensão de aproximadamente cinco centímetros. Esta apresenta no fundo duas inscrições em alto relevo, uma é a letra “w” envolvida por um círculo que conforme o manual de Zanettini e Camargo (2017) corresponde a logomarca da fábrica Wheaton que iniciou as produções no Brasil em 1952 com produtos de farmácia e cosméticos. A outra inscrição é a palavras “glostora¹¹” indicando o conteúdo do frasco, segundo os mesmos autores. Deste modo, é constatado que este produto, neste frasco foi adquirido a partir de 1952.

O frasco do sítio 19, não consta evidencia direta do produtor ou conteúdo do recipiente. Outros detalhes, no entanto, podem ser analisados: além das bolhas de ar, o frasco apresenta assimetrias e marcas de molde que indicam um processo de fabricação manual de sopro com auxílio de moldes. As marcas de molde são em sentido vertical, do gargalo a base, indicando molde de duas partes que são temporalmente mais recentes, pois forma a peça de uma só vez (ZANETTINI; CAMARGO, 2017). Santos (2005) ressalta que até o final do século XIX as manufaturas brasileiras tinham como técnica de fabricação sopro com auxílio de molde inteiriço (que formava somente o corpo da peça, sem base a gargalo) não sabendo precisar o período que o molde duplo passou a ser utilizado no Brasil. A mecanização inicia em 1906 com as máquinas semi-automáticas, mas tanto Santos (2005) como Zanettini e Camargo (2017) sinalizam para atividade manufatureira simultânea as automatizadas, “basta observar as prateleiras de uma farmácia para divisarmos, lado-a-lado, frascos confeccionados a partir de moldes e processos manuais e semiautomáticos, até aqueles gerados pelas sofisticadas tecnologias industriais” (ZANETTINI; CAMARGO, 2017, p. 11). Desta forma, é

¹¹Glostora é um tipo de óleo para o cabelo.

possível estimar que os moldes duplos, como o da peça em questão, foram inseridos na produção manual nos últimos anos do século XIX e início do século XX. Quanto à coloração, no processo produtivo deste frasco não teve maiores preocupações visto que a cor verde é resultado natural do processo de fabricação do vidro. Os tons e matizes verdes variam conforme a intensidade dos componentes químicos da matéria-prima.

O frasco tem nove centímetros de altura e dois de largura, com boca de aproximadamente um centímetro. Estas dimensões sugerem que o conteúdo deveria ser utilizado em doses homeopáticas, podendo este ser um frasco de remédio ou perfume, sendo possivelmente vedado por rolha.

A última embalagem, encontrada no sítio 26 tem bolhas de ar, marcas de molde duplo e inscrições em alto relevo (uma identificada como “laboratório”). Curiosidades sobre esse frasco é que o molde é transversal, ou seja, cada parte de molde duplo formava um triângulo. E diferente do que foi visto até agora, o frasco tem marca de vedação em rosca no gargalo. Segundo Zanettini e Camargo (2017, p. 19) este tipo de vedação é típico do processo automatizado, pois a produção em larga escala pedia “um encaixe preciso da tampa no recipiente repetido milhares de vezes, sem variações”. Contudo, o formato quadrangular entrega um processo de fabricação ainda em pequena escala ou semiautomatizado visto que a automatização instituiu o formato cilíndrico na fabricação de vidros por gerar menos produtos defeituosos e pela facilidade de manuseio e transporte derivada da ausência de arestas.

Agora vamos falar de louças! Zanettini (1986, p. 19) relata que “louça” é apenas uma expressão genérica para os produtos cerâmicos compostos “de substâncias minerais sujeitas a uma ou mais queimas”. Esses itens cerâmicos que chamamos de louças podem ser divididos em produtos mais porosos como louça de barro, faiança e faiança fina, e produtos menos porosos como louças vitrificadas, grés e porcelana. A diferença entre eles se dá pela variação das pastas que vai desde a mais avermelhada e granulada até a mais branca de fina granulometria e vidrados (ZANATTINI, 1986; SOUZA, 2010). Souza (2010) faz a ressalva que todas essas categorias de louças são cerâmicas, mas visando uma distinção mais didática a terminologia “cerâmica” é utilizada para louças que apresentam o aspecto mais barroso da argila vermelha.

Zanettini (1986) em seu pequeno roteiro para classificação de louças explica que no Brasil utilizamos a denominação de faiança por uma herança de Portugal, onde o termo provém da cidade de Faenza que se destacou por produzir uma louça feita de argila cozida coberta por esmalte opaco. Tal esmalte facilmente se destaca da peça sendo um meio de fácil

identificação desta categoria de louça. No Brasil também é chamada de faiança portuguesa ou meia faiança para as peças de produção nacional - do século XXIII - visto que aqui se utilizava produtos de menor qualidade em relação à faiança verdadeira (ZANATTINI, 1986).

Segundo Souza (2010) das tentativas de reproduzir a porcelana chinesa no Ocidente chegou-se um tipo de louça intermediária entre a faiança e a porcelana, a faiança fina. Zanettini (1986, p. 122) menciona que “trata-se de uma invenção inglesa do séc. XVIII, daí a denominação genérica de louça inglesa. [...] Reflexo da revolução industrial inglesa, os produtos da faiança fina inglesa, baratos e fáceis de serem produzidos em grande escala” se difundiram pelo mundo, inclusive, pelo Brasil. Não somente os produtos como também a técnica, de maneira que a produção de faiança fina nacional inicia em 1902, aponta Zanettini (1986).

Zanettini ao mencionar essa produção brasileira do início do século XX provavelmente se refere à fábrica Colombo no Paraná. No entanto, Morales (2010) evidencia que a produção pode ser anterior, sendo a referida data utilizada por mudanças administrativas da fábrica. Soares (2011) corrobora nesta perspectiva e traz um quadro cronológico da louça brasileira com iniciativas desde a última década do século XVIII. Entretanto, compreende-se que as produções novecentistas, expostas por Zanettini (1986) e Souza (2010) como incipientes, se destacam em termos de produção industrial.

Sobre as características e identificação das peças brasileiras Soares (2011, p. 207-208) analisa que

Muitas peças produzidas no Brasil não possuem selo, logo, é difícil identificá-las, além disso, muitas louças brasileiras são brancas (não decoradas), o que as faz semelhantes às estrangeiras. Existem, ainda, tipos decorados que são cópias das peças inglesas, portuguesas ou chinesas, o que dificulta a classificação. As técnicas decorativas também são semelhantes às utilizadas em países europeus [...]. Na pasta, é possível perceber uma pequena diferenciação, já que, por ser uma louça do tipo pó-de-pedra (faiança fina), é um pouco mais grossa que as estrangeiras, porém, esse não é um elemento determinante. [...] Os selos são as principais características para saber a origem dessas louças, porém, apenas os fundos são carimbados, logo, a maior parte dos fragmentos não pode ser identificado.

Segundo Souza (2010) as louças esmaltadas (faiança e porcelana) nacionais ganharam amplitude ligadas a uma política higienista ocupando o lugar das louças mais porosas em barro/argila cozida no decorrer do século XX. Aponta que as pesquisas arqueológicas em contextos domésticos assinalam que as louças de produção nacional prevalecem, com exceção apenas de casos ligados as elites urbanas. Como expõe Tochetto (2004) recaia sob a sociedade brasileira a “influencia europeizante moderna”, implicando na releitura dos discursos – de

consumo, entre outros -, que “reciclados” e “historicizados” são assumidos pelas particularidades locais. Neste viés ocorre em contexto dos primeiros anos do século XX a difusão da louça nacional, modernizante, mas de valor mais popular em relação à importada.

Souza (2010) enfatiza que os estudos sobre louças brancas nacionais são pouquíssimos, o que ocasiona uma deficiência em sua identificação. Assim, muitas vezes as louças nacionais se passam por estrangeira dentro das coleções arqueológicas. O autor atribui esse problema a debilidade dos estudos acerca da arqueologia do século XX e problematiza que a ausência de um olhar para esse século visto que é onde a ideia de consumo se propaga, ou seja, a cultura material do cotidiano das pessoas se torna ainda mais complexa.

Souza (2010) ainda rebate a ideia de louça nacional ser uma cópia da estrangeira, mencionando que ela tem referências próprias. Inclusive, em algum momento, se direcionou a atender um nicho de mercado interno, citando a alta produção de tigelas/malgas visto o hábito popular na época era de comer o alimento nessas cuias sem auxílio de outro item.

Na área de estudo foram observadas louças em faiança fina, porcelana, alguns fragmentos de louças de vidro e um fragmento não identificado que se assemelha a uma terracota (louça de argila cozida). Aparentemente a louça branca predomina entre os cacos, mas há peças com decorações. Devido ao conjunto do material coletado em todos os sítios identificados, ao contexto local de ocupação e seu viés socioeconômico bem como, a história da louça no Brasil, inferimos que entre os materiais coletados na área de estudo a louça nacional se destaca. Para uma abordagem mais didática, as peças serão apresentadas divididas em porcelana, vidro e cerâmica; em faiança fina branca e faiança fina decorada. A seguir, na figura 34 podemos observar as peças em porcelana coletadas nos sítios identificados:

Figura 34: Louças em porcelana, vidro e cerâmica coletadas na área de estudo.



Fonte: Da autora, 2020.

Os dois fragmentos identificados no sítio 05 são passíveis de pertencerem ao mesmo indivíduo, pois apresentam a mesma pasta e mesma espessura. A peça 01 evidência a transição do corpo para o pescoço do utensílio indicando ser um possível bule ou açucareiro. Nela consta decoração em friso dourado e um floral nas cores amarelo, laranja, verde e preto na técnica decalque que consiste basicamente em imprimir o desenho em papel ou adesivo e depois transferir para o objeto. Majoritariamente utilizada sobre o esmalte deixando um leve relevo ou aspereza, técnica muito utilizada em porcelanas (SOUZA, 2010).

A peça do sítio 08 apresenta um formato indicando para um vaso de plantas, a decoração em degradê não é mencionada nos manuais arqueológicos, possivelmente tem datação para fins do século XX. Já as peças dos sítios 15 e 17 são dois fragmentos de xícaras com superfície acanelada (com sulcos). A peça do sítio 17 apresenta vestígios de decoração em decalque e friso dourado na borda. Outra peça em porcelana que traz um destaque decorativo é a peça 7 do sítio 22, o floral que podemos observar na imagem também foi feito com a técnica de decalque.

Ainda na figura 34, além das porcelanas temos a categorias “outros” a qual estão três fragmentos de louças em vidro (peças 8, 9 e 10), características da segunda metade do século XX. A peça 9 do sítio 22 exhibe a logo marca Colorex, marca registrada de Vidraria Santa

Marina que iniciou a produção de vidro doméstico na década de 1960 (RODRIGUES, 2012). A peça 11 apresenta características particulares, não aparentando ser algum tipo de louça. Já a peça 12 do sítio 22 tem características cerâmica com esmaltamento e decoração de pequenos sulcos na parte exterior. O fragmento não possibilita maiores análises, mas a preocupação com a decoração pode indicar se tratar de um item de mesa.

Partimos agora para abordagem das faianças finas brancas. Destacando que embora os fragmentos aparentem ser de louça branca, podem apenas ser uma parte não decorada do utensílio. Os fragmentos identificados são estes expostos na figura 35:

Figura 35: Louças em faianças fina sem decorações coletadas na área de estudo.



Fonte: Da autora, 2020.

A preferência por louças brancas no gosto popular surge com a popularização das teses higienistas emergidas no século XIX. Segundo Souza (2010) os utensílios em cerâmica ainda eram utilizados por maior parte da população brasileira, que só começou a consumir a louça branca com o barateamento que a produção nacional trouxe ao produto. “A mudança da cerâmica simples para a louça impactou os modos usuais de limpar e cuidar destes objetos, uma vez que esmaltes e vidrados facilitavam em muito a limpeza da superfície dos recipientes” (SOUZA, 2010, P. 202), aparentando assim, a assepsia nos itens domésticos de mesa.

Para Souza (2010) o branco, nas louças, não é apenas a ausência de decoração, mas sim um padrão decorativo por si só, visto que também é carregado de significados, é uma linguagem. Para exemplificar o autor cita as pesquisas de Lima (1995) que evidencia a coloração das louças diretamente ligada as relações de gênero no Brasil oitocentista. As louças brancas, entretanto, nem sempre eram desprovidas de ornamentos decorativos, a técnica de modificação de superfície sem pintura foi muito consumida. Os principais padrões decorativos observados nessa técnica são o Royal Rim representado por ondulações e o trigal característico na presença de ramos em forma de trigo, em relevo, moldados sobre os recipientes (SOARES, 2011). “O padrão trigal foi bastante consumido no Brasil do século XIX, tanto que a preferência por esta decoração adentrou o século XX e continuou a ser produzido pelas fábricas brasileiras”. (SOUZA, 2010, p. 280). Nos sítios coloniais identificados na Lagoa de Sombrio tem uma boa quantidade de exemplo dessas peças como podemos observar na figura 36, no sítio 08 (peça 3), sítio 14, sítio 18, sítio 19, sítio 20, sítio 17 (peças 3 e 11):

Figura 36: Louças em faianças fina com decorações coletadas na área de estudo



Fonte: Da autora, 2020.

As faianças finas dos sítios registrados nesta pesquisa também apresentam técnicas decorativas de pintura como observado na figura 36. Temos decoração manual em faixas e frisos que consiste em linhas ao redor da borda da peça. Detectamos faixas e frisos sob esmalte nas cores verde e marrom nos sítios 08 (peça2), sítio 17 (peças 9, 10 e 12) e frisos dourados sobre esmalte nos sítios 08 (peça 3) e sítio 20; a técnica estêncil, que nada mais é do que a aplicação de um molde vazado na superfície a ser pintada e sobre ele aplicado às tintas formando, assim, o desenho. (SOUZA, 2010), aparece nas peças 6, 9 e 10 do sítio 17 formando o floral, na peça 1 do sítio 22 e peça 8 do sítio 26; outra técnica observada é a *transfer printing*, assim como é decalque é uma impressão por transferência, se diferencia por ser realizada sob o esmalte não deixando relevo na decoração como acontece no decalque. Pode ser observada na figura 36 na peça 2 do sítio 26. No sítio 26, peça 5, tem-se uma decoração que combina o carimbado (flor azul) e pintado a mão livre (folha verde), esta técnica, como o próprio nome, anuncia utiliza um instrumento como carimbo (muitas vezes esponjas), uma forma de pintura manual rápida e padronizada. Já a técnica a mão livre consiste em aplicar a decoração, geralmente, com pincéis, sendo possível observar a marca das cerdas e acúmulo de tinta no entorno do desenho (SOUZA, 2017). O estilo peasant, é uma forma de pintura a mão livre que também aparece no sítio 26 nas peças 9, 10 e 13. Ele “caracteriza-se por flores estilizadas feitas com largas pinceladas que cobrem quase toda a superfície do recipiente”. (SOARES, 2011, p. 219). Fica evidente a representação de desenhos florais, se diferenciando apenas a peça 2 do sítio 26 com um aparente desenho romântico conforme (SOARES, 2011).

De forma geral, os cacos de louças coletados na área de estudo evidenciam majoritariamente louças de consumo dos alimentos como pratos e xícaras. São poucos os fragmentos de louças de servir, observados na peça única do sítio 20 da qual sua espessura e circunferência indicam uma travessa e na peça 2 do sítio 26, a decoração tanto do lado interno quanto externo indicam para uma travessa alta onde a decoração aparece.

Outra característica observada é que em cada sítio os cacos não combinam entre si, apresentam diferenças de espessuras, esmalte, pasta e outras, ou seja, pertenciam a indivíduos diferentes. E esses indivíduos por sua vez não pertenciam ao mesmo conjunto/jogo de louças visto a variedade estética entre os cacos. Estas percepções remetem a algumas questões sobre a ocupação nas margens da Lagoa de Sombrio, desde uma ocupação sazonal onde as louças trazidas eram o refúgio dos utensílios domésticos ou que as louças que chegavam até a região eram em maior parte de individuais, sem conjunto.

A primeira hipótese não parece coerente com o contexto ocupacional da área até meados do século XX. Uma ocupação sazonal com este tipo de cultura material seria mais viável após a abertura das estradas na década de 1960. E vale considerar que os materiais foram encontrados associados a bambuzais, característico das primeiras ocupações na área, e em locais hoje (2020) sem habitações - a seguir falaremos mais sobre isso. Agora ponderar que as louças chegavam até a região em peças individuais e não em conjuntos, como costumavam ser vendidas, remete a uma questão socioeconômica, pois a peça individual tende a ser mais barata. Podendo ser também peças com pequenos defeitos, vendidas mais barato pelas fábricas a vista de amenizar os custos de produção (SOUZA, 2010).

Durante todos estes apontamentos sobre a cultura material dos sítios arqueológicos históricos identificados próximos à Lagoa de Sombrio, para além de cronologias, muitas são as significações implícitas. Os “cacos” são muito mais que meros descartes ou resíduos de uma ocupação. São capazes de evidenciar perspectivas econômicas e sociais de alimentação, saúde, etnia, gênero, geracional, de classe, etc.

Neste viés questões relacionadas ao poder de compra dos indivíduos ficaram evidentes na área estudo de modo que enquanto alguns possuíam casas de alvenaria, outros tinham na madeira, na palha e no barro os recursos para construir suas residências e itens domésticos. Alguns utilizavam materiais vindos de fora e outros se adaptavam ao disponível no ambiente local. Um exemplo em relação aos itens domésticos é quando Pereira (1972, p. 86), se referindo a sociedade da área de estudo nas primeiras décadas do século XX, narra que pratos e talheres “eram muito poucos e eram somente colheres, pois o pessoal na época comia com a mão direta nos alimentos. Alguns usavam a colher e o garfo, mas somente os mais finos da cidade. Naquele tempo não tinha prato descartável, eram de esmalte, barro e alguns de louça de porcelana que só eram usados pelos mais ricos”. Em diálogo, utensílios de barro e madeira foram apontados pelo levantamento oportunístico. Gamelas de madeira (principalmente de figueira, abundantes nas margens da lagoa) em que se serviam toda a família foram retratadas. Não obstante, o proprietário do sítio 22 exibiu uma “cuscuzeira feita com barro da lagoa” com idade aproximada de 100 anos, herança de família.

Os fragmentos de louças, no entanto, não estavam somente associados a sítios com vestígios de construção em alvenaria. Inferindo que esta categoria de material arqueológico estava mais popularizada. Souza (2010) corrobora nesta perspectiva ao fazer uma relação entre o custo da louça nacional e o salário de um operário fabril do início do século XX, ele conclui que as classes populares tinham poder de compra para adquirir estes itens. Além de o

pagamento poder contar com outros meios que não fosse à moeda corrente, uma vez que o escambo era muito praticado na região até a abertura das estradas, “as compras eram sempre feitas para pagar na safra do ano seguinte, com os produtos agrícolas que produziam”, assinala Pereira (1972, p. 51).

Quanto aos importados, Tochetto (2004) menciona que receber produtos da Europa era uma prática já consolidada e maciça em relação à produção nacional que ainda se estabilizava no início do século passado. Este fato proporcionava ofertas e conseqüentemente consumo destes itens, havendo produtos para todos os gostos e poderes aquisitivos. Entretanto, como a louça não era um item de necessidade básica seria valido ponderar que sua aquisição, era em maior ou menor quantidade e poderia estar ligada a uma questão meramente de reprodução cultural de um modelo social que estava se inserindo (TOCHETTO, 2004).

Obviamente que aqui estamos falando do processo de expansão do capitalismo que, como remonta nossa base teórica, é assimilado de diferentes formas em escalas locais. Contudo, como denota Symanski (1996), detectar as variabilidades do *status* social é um pressuposto da Arqueologia Colonial visto que ela reflete na cultura material.

Nesta perspectiva, outro elemento deve ser ressaltado. A característica das ocupações históricas de destruir evidências de ocupações anteriores para reocupar um local. Este é um problema da Arqueologia Colonial segundo Orser, que exemplifica: “um forte holandês construído em 1640 podia ser destruído pela construção de um forte português, no mesmo local, em 1660” (ORSER, 1992, p. 86). Pensar este cenário a partir da área de estudo e dos sítios identificados fica evidente que a cultura material da camada mais popular (as casas de madeira, utensílios de barro e madeira), são diminutos em relação à cultura material das famílias com maior poder de compra. Temos aí uma questão. É possível que dentro do contexto de ocupação da região onde há reaproveitamento de materiais, estas casas de materiais construtivos mais simples e de fácil manuseio ao longo do tempo foram destruídas e com elas a evidência de um grupo social.

Tal fato implica que o poder de compra não só se destaca no objeto arqueológico como também na falta dele, haja vista que no contexto estudado a cultura material identificada demanda de um quadro socioeconômico, que historicamente, por diferentes fatores, é atribuído apenas a uma partesociedade local.

Neste segmento, nenhuma materialidade que aponte para escravizados que viviam na região (SPRICÌGO, 2007; PASSOS, 2015) foram detectadas. Para Spricigo (2007) ausência de casas pertencentes aos escravos pode indicar que suas habitações eram tão destituídas de

valores que não mereceram espaço nos inventários *post mortem* da região, ou que compartilhavam do mesmo espaço que seus senhores. De uma forma ou de outra, tem seus registros apagados ou pelo desmanche/reuso de suas casas ou com os objetos de seus cotidianos sendo atribuídos aos seus proprietários.

4.2 A Paisagem

Contudo, como diria Ingold (2001, p. 189): “A paisagem é constituída como um registro duradouro – e um testemunho – das vidas e trabalhos das gerações passadas que nela moraram, e ao fazer isso, deixaram lá alguma coisa delas mesmas”. A fala de Ingold é pertinente na medida em que detalhes na paisagem da área de estudo evidenciaram a presença de sujeitos até então invisíveis pela ausência de sua materialidade.

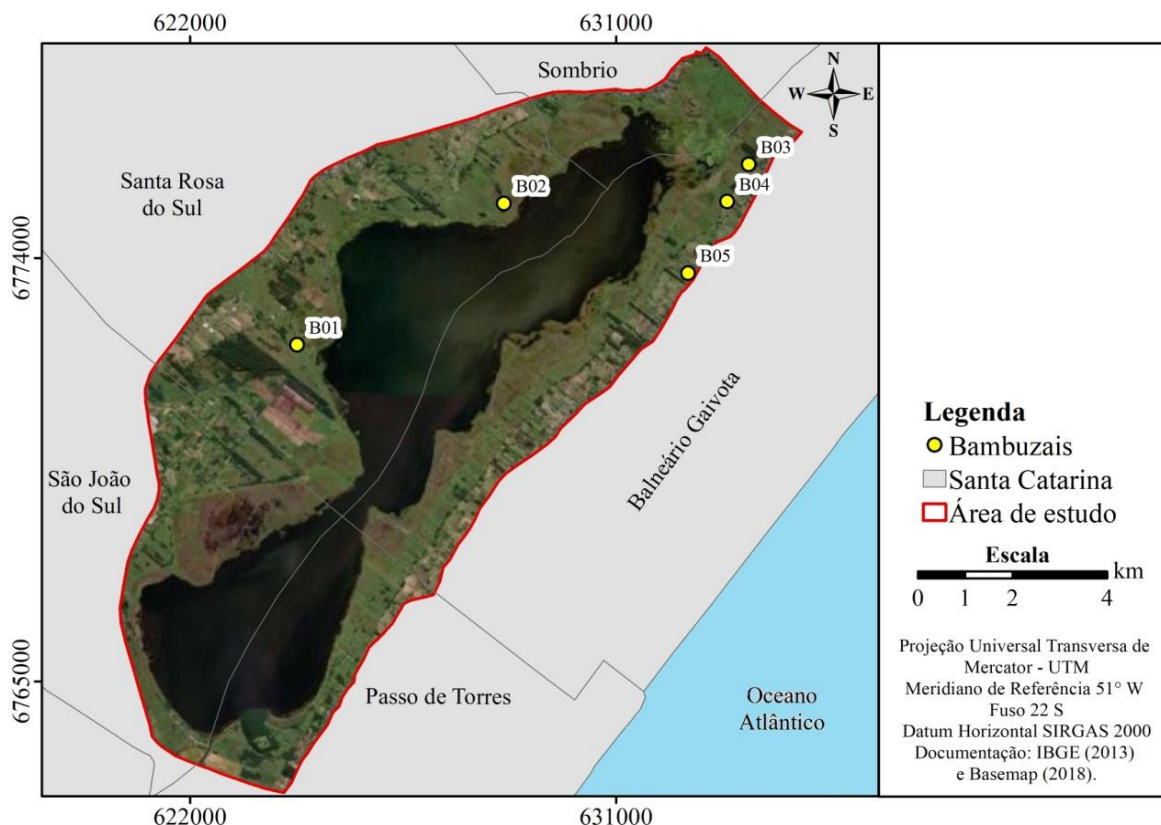
Na etapa de campo, frequentemente, foram observados bambuzais associados aos sítios arqueológicos. Por meio do levantamento oportunístico foi apontado como comum utilizar cercas de bambus para cortar o vento sul (quebra-vento), de forma que as residências e demais construções de um núcleo familiar ficassem do lado norte do bambuzal. Essa característica foi amplamente constatada durante a prospecção desta pesquisa. Além da prática de cerca viva na região já ser citada em Coelho (2003).

A técnica do quebra-vento atualmente é pesquisada pela agroecologia, contudo dialoga com o conhecimento popular observado. Gomes *et. al.*(2018) aponta como propósito dessa técnica à proteção de recursos hídricos, rebanhos, cultivos e edificações, além de diminuição de odores de estábulos e pocilgas. Este último também observado em campo quando os moradores que insistiam em acompanhar até o local de vistoria explanavam: “naquele bambu morava o fulano e no outro ficava a criação”.

Assim, os bambus passaram a ser indicadores para a ocupação colonial (vide metodologia). Em análise aos dados coletados foi observado que os bambuzais formam uma linha paralela à margem da Lagoa de Sombrio, evidente ainda hoje em praticamente toda sua extensão. A disposição em linha e associação aos sítios registrados indicam um ato antrópico. Ou seja, as edificações, louças e vidros estão em locais pontuais, mas a presença dos bambuzais indica outros possíveis locais ocupados no passado.

A prospecção assistemática/oportunística indicou alguns bambuzais como áreas de antigas moradias, *in loco* nenhum vestígio foi encontrado, porém neste viés em que os próprios bambus sugerem ocupação compete o registro. Na figura 37 são apresentadas as áreas indicadas durante a prospecção.

Figura 37: Áreas com bambu indicadas como antigos locais de moradia.



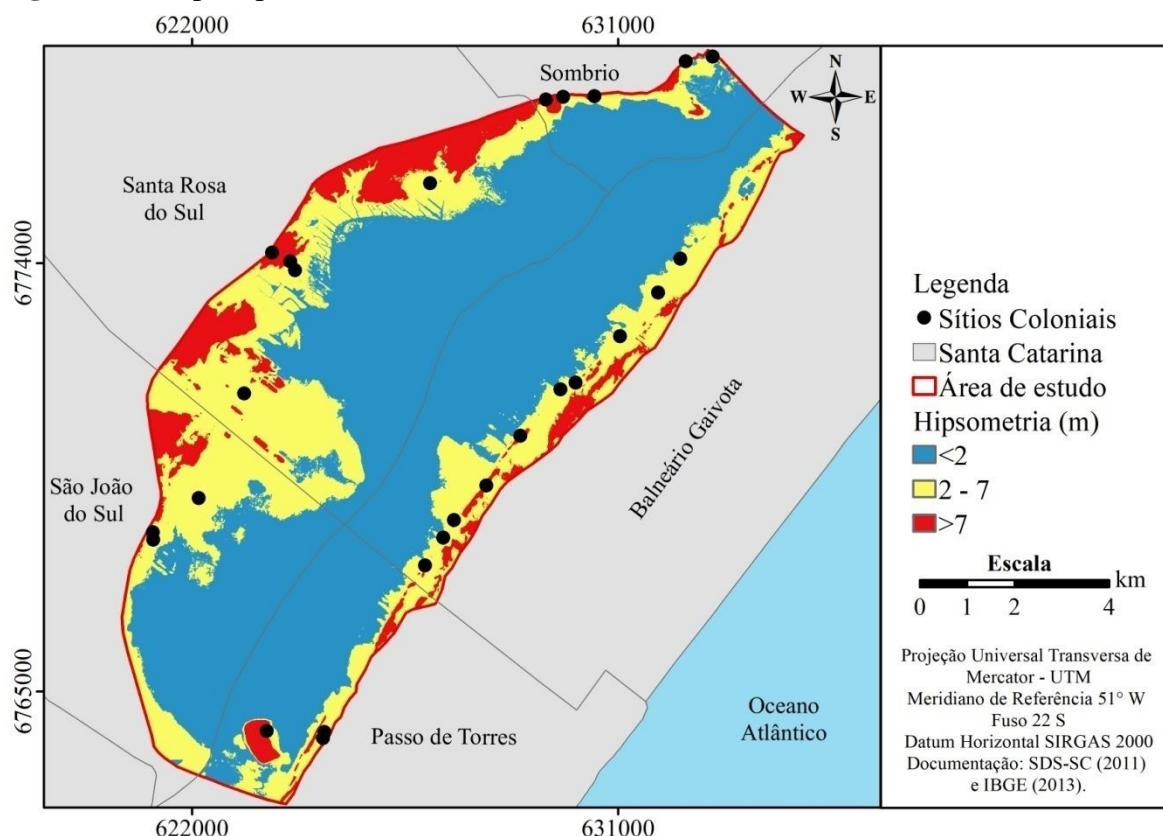
Fonte: Da autora; LabPGT-UNESC, 2020.

Estes locais estão detalhados nos anexos desta pesquisa, mas em caráter de apresentação: B01 (Bambuzal 01): Localizado na coordenada UTM 22J E624265S6772156, indicado por vizinhos como local de residência de um antigo morador de nome Oscar Camilo; B02: Coordenada UTM 22J E628630 S6775164, antigo local de residência de Manoel Hilário; B03: Com coordenada UTM 22J E633869 S6775969 foi indicado pela proprietária do terreno como local de residência; B04: UTM 22J E633347 S6775201 propriedade da família Maciel desde a década de 1940 do século XX; B05: Na imagem registrada de 1978 apareceu uma possível edificação no local, *in loco* foi constatado a presença de bambus. Coordenada UTM 22J E632524S6773684.

Estas cinco áreas onde o único vestígio são os bambuzais foram apontadas como áreas ocupadas no passado. Se considerarmos essa prática e que as grandes extensões de terra das primeiras divisões em sesmarias, durante o século XIX e XX se dividiram em lotes menores é possível que toda a área que margeia a lagoa estivesse sendo ocupada e possivelmente por famílias com menor poder de compra, assim não sobrando outros vestígios para além dos bambus.

Com o exposto, se constata que a ocupação colonial na área de estudo seguia um delineamento, uma linha ocupacional. Em campo foi observado que os sítios estavam majoritariamente dispostos na última parte alta antes da área de inundação. Desta forma para maiores informações foi gerado um mapa hipsométrico (figura 38).

Figura 38: Mapa hipsométrico dos sítios coloniais identificados.



Fonte: Da autora; LabPGT-UNESC, 2020.

Como resultado, os sítios registrados se encontram em altitudes de 2 a 7 metros em relação ao nível do mar, com raras exceções, e associados a áreas de terraços na perspectiva de Cancelli (2012). Ou seja, a ocupação colonial estava o mais próximo possível do corpo d'água, mantendo a distância apenas da planície de inundação.

4.3 Os sítios em perspectivas temporais

A análise das fotos aéreas de 1957 e 1978 auxiliaram na identificação dos sítios arqueológicos, revelando locais que possivelmente passariam despercebidos na prospecção assistemática. Elas ainda contribuíram para confirmar antigas ocupações nos locais

identificados com cultura material e bambus. Para Hissa (2015, p. 84) a utilização destas imagens é uma importante ferramenta para pensar o sítio arqueológico na sua relação com o ambiente e assim, “preservá-los de modo preciso, duradouro e de eficiente divulgação, para substituir, salvaguardar e comunicar algo da materialidade e das ideias que a constituem”.

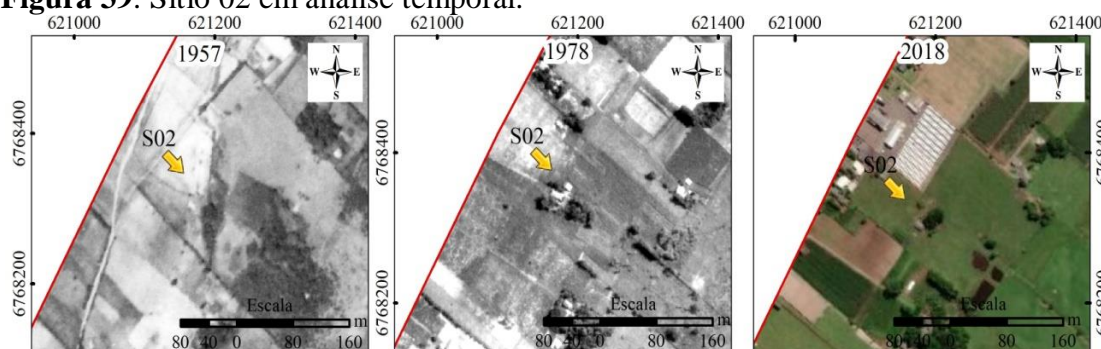
Todavia, é oportuno considerar que a fotointerpretação faz com que a imagem não seja apenas um espelho do real, pois nela são projetados os valores do observador. A experiência de quem observa e re-observa é capaz de levar à diferentes percepções sobre o que é observado (HISSA, 2015). De todo modo, para além de contribuir no registro de bens culturais, o uso de ferramentas como essas são eficientes para legitimá-los em escala temporal, dentre outras formas de análise, e assim gerar informações que garantam seu registro documental e estimule a preservação física de um bem cultural.

Dentro deste pressuposto, com o uso das imagens das 1957, 1978 e uma de 2018, foi possível evidenciar as dinâmicas na paisagem de entorno de cada sítio arqueológico identificado nesta pesquisa.

A seguir são apresentados alguns sítios que mostraram características mais interessantes para esta análise temporal (figura 39 à figura 46):

- Sítio 02: Na figura 39, nas fotos de 1957 e 1978 aparece a edificação referente ao resquício de estrutura identificado na prospecção. Aparece também outra edificação da qual nada foi identificado, possivelmente um engenho. Algumas vegetações se mantêm, contudo é evidente a urbanização no entorno deste sítio no decorrer dos anos.

Figura 39: Sítio 02 em análise temporal.

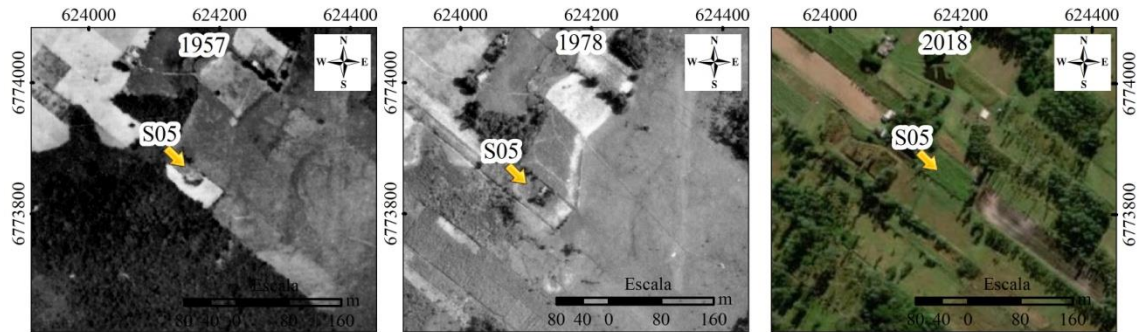


Fonte: Da autora; LabPGT-UNESC, 2020.

- Sítio 05: Este sítio atualmente compreende a uma plantação de maracujá, mas nas fotos mais antigas é possível perceber uma edificação associada a uma cerca viva da

qual provavelmente é proveniente a materialidade encontrada. A crescente antropização do local também se destaca ao longo dos anos como é possível observar na figura 40.

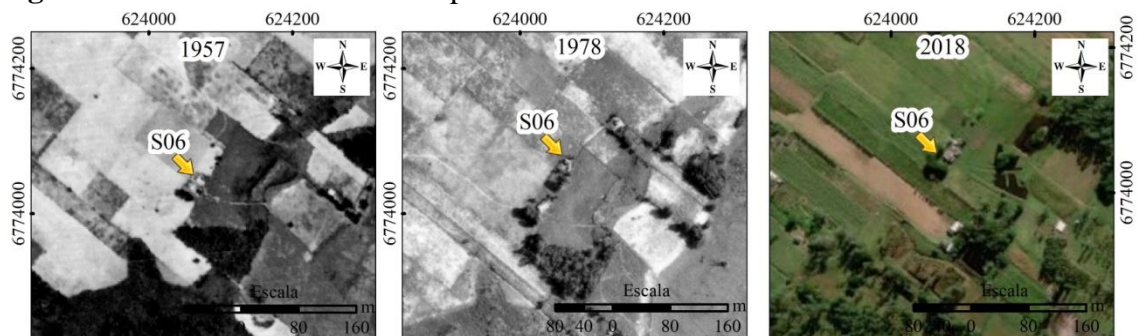
Figura 40: Sítio 05 em análise temporal.



Fonte: Da autora; LabPGT-UNESC, 2020.

- Sítio 06: Na figura 41, na imagem do ano de 1957 é perceptível uma edificação bem como o carreiro até à mesma. A imagem um pouco borrada não permite afirmar com certeza, mas aparentemente há bambuzal. Em 1978 a edificação e os bambus aparecem nitidamente bem como a presença de vizinhos. No campo prospectivo no ano de 2019 foi identificado no local tijolo e muitas telhas. Em 1957 se destaca uma grande área de vegetação que desaparece ao longo dos anos.

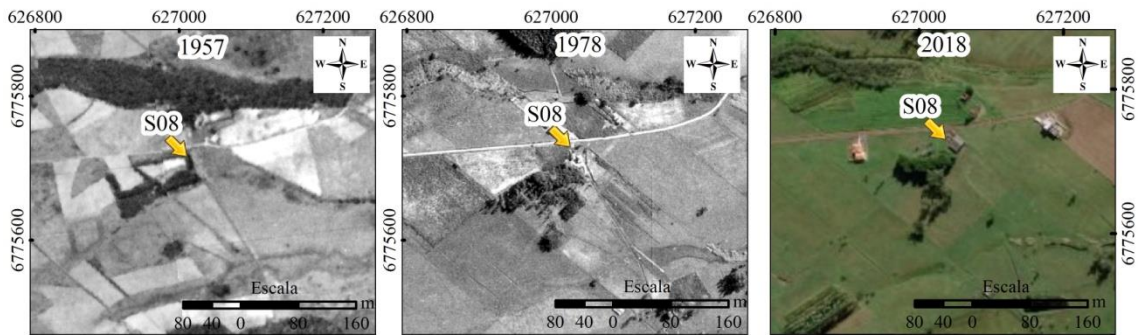
Figura 41: Sítio 06 em análise temporal.



Fonte: Da autora; LabPGT-UNESC, 2020.

- Sítio 08: A cerca de bambu aparece muito evidente em 1957, bem como o lugar da edificação e os caminhos de circulação da época. Em 1978 a cerca já aparece desfeita e os caminhos já aparecem como estradas mais definidas (figura 42). Em 2019 foi identificado no local, louças e bambus.

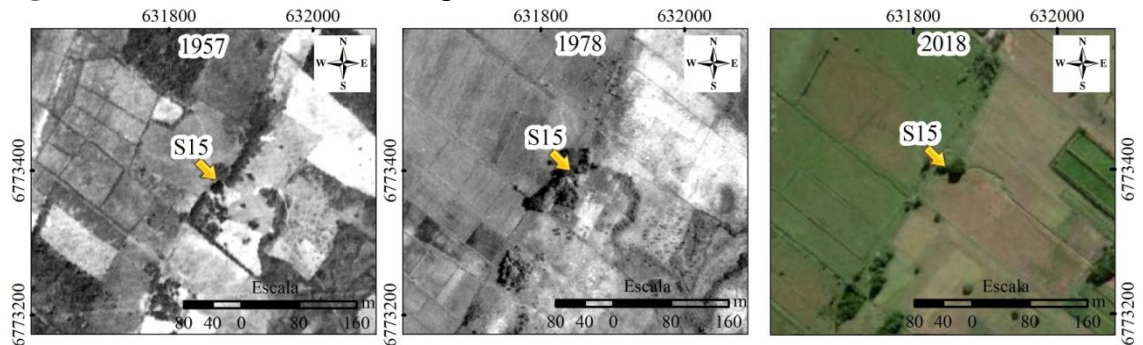
Figura 42:Sítio 08 em análise temporal.



Fonte: Da autora; LabPGT-UNESC, 2020.

- Sítio 15: Na primeira imagem da figura 43 o sítio aparece com a cerca viva, detalhando que ela é fechada no lado sul e aberta ao norte, sinalizando a técnica para quebrar o vento sul. Em 1978 e 2018 já aparece a área sem ocupação e com cada vez menos bambuzais. Detalhe também para o uso do solo com fins agricultáveis em todas as temporalidades.

Figura 43:Sítio 15 em análise temporal.



Fonte: Da autora; LabPGT-UNESC, 2020.

- Sítio 20: Neste sítio, a cerca de bambu também é evidente nas imagens antigas com remanescente na imagem atual. A diminuição da vegetação é ressaltada assim bem como os caminhos (figura 44).

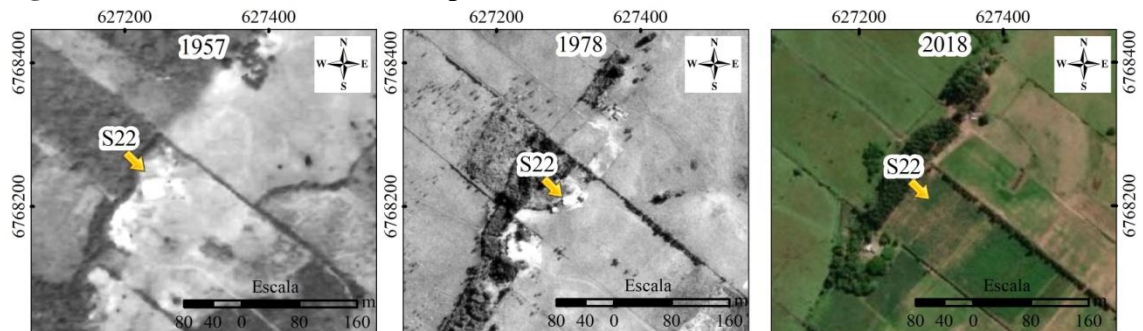
Figura 44: Sítio 20 em análise temporal.



Fonte: Da autora; LabPGT-UNESC, 2020.

- Sítio 22: Nas fotos de 1957 e 1978 é perceptível duas edificações na área do sítio, possivelmente a residência e o engenho. Os bambuzais também se fazem presente (figura 45).

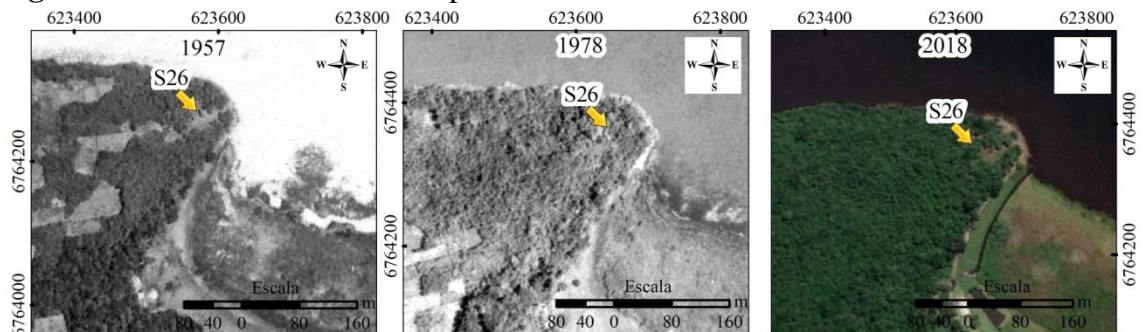
Figura 45: Sítio 22 em análise temporal.



Fonte: Da autora; LabPGT-UNESC, 2020.

- Sítio 26: Este sítio compreende a quatro estruturas, aqui está em destaque apenas as ruínas da casa de pedras. Pela ausência de vegetação ela pode ser observada em 1957 e em 2018, o mesmo não acontece em 1978 (figura 46).

Figura 46: Sítio 26 em análise temporal.



Fonte: Da autora; LabPGT-UNESC, 2020.

Embora as imagens antigas sejam da última metade do século passado elas expõem o panorama da mudança no ambiente ocasionado pela crescente ocupação da região desde as primeiras ocupações, ainda de caráter móvel até a fixação de pessoas no início do século XIX. A problemática da arqueologia colonial pressuposta por Orser (1992) sobre uma ocupação (ou geração) apagar marcas antecedentes se mostrou corrente dentro do exposto sobre a área.

Evidentemente que esta ação não tem uma intencionalidade direcionada a este viés, ela está mais embasada em uma perspectiva de modernização motivada por uma estrutura que se manifesta no continente americano após 1500, decorrente dos efeitos do mercantilismo e capitalismo (Orser, 1992).

É nessa perspectiva que edificações, objetos, saberes e fazeres que remetam a uma tradição cultural passaram a ser protegidos por Lei. No Brasil, esta preocupação surge na década de 1930 ligada à construção de uma identidade nacional. Adquire com a Constituição de 1988 um viés voltado para identidades e memórias dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira. É possível dizer que neste momento o que é patrimônio cultural deixa de ser ditado pelo Estado para ser o que remete significado à população. Porém, como o processo de proteção perpassa por questões econômicas, relações entre público *vs* privado e de educação para o patrimônio cultural, ainda está em fortalecimento na sociedade brasileira.

De todo modo, o problema apontado por Orser (1992) não é só uma dificuldade técnica da arqueologia histórica, é uma questão intrínseca à memória das comunidades. Um bom exemplo sobre esta problemática é a pesquisa da professora Tânia Andrade de Lima sobre o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. Foi por este cais que milhões de africanos chegaram ao Brasil para serem escravizados, fato que remonta este local como um “lugar de memória”¹² para um grupo específico, mas também para as bases culturais nacional. Este cais estava sob duas construções mais recentes, o Cais da Imperatriz e a Praça Jornal do Comércio, esta última já datando do século XX (LIMA, SENE, SOUZA, 2016).

Mudanças na paisagem são decorrentes de processos naturais ou antrópicos no espaço e tempo. A ação humana, no entanto, nitidamente se destaca, pois a crescente urbanização e modernização têm ocasionado mudanças rápidas e em larga escala. Na região Sul catarinense, o aumento do contingente populacional durante o século XX, ocasionado pelo estabelecimento de indústrias manufatureiras e desenvolvimento agrícola, gerou a necessidade de estradas, maneira mais rápida de “escoadouro econômico” (LOPES, 2011). Muitas delas já tinham seus trajetos traçados pelas trilhas dos tropeiros e carreteiros, como é o caso da

¹² Ver mais em: NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

popular “Estrada do Campo” que passa em paralelo à margem leste da Lagoa de Sombrio e da estrada que atualmente liga a cidade de Sombrio a Balneário Gaivota, delimitada pelas carretas de boi que saíam das vilas próximas à Lagoa de Sombrio em direção a Lagoinhas (comunidade Balneário Gaivota), ponto em que os carros de boi entravam e saíam da praia quando iam a Laguna (PEREIRA, 1972).

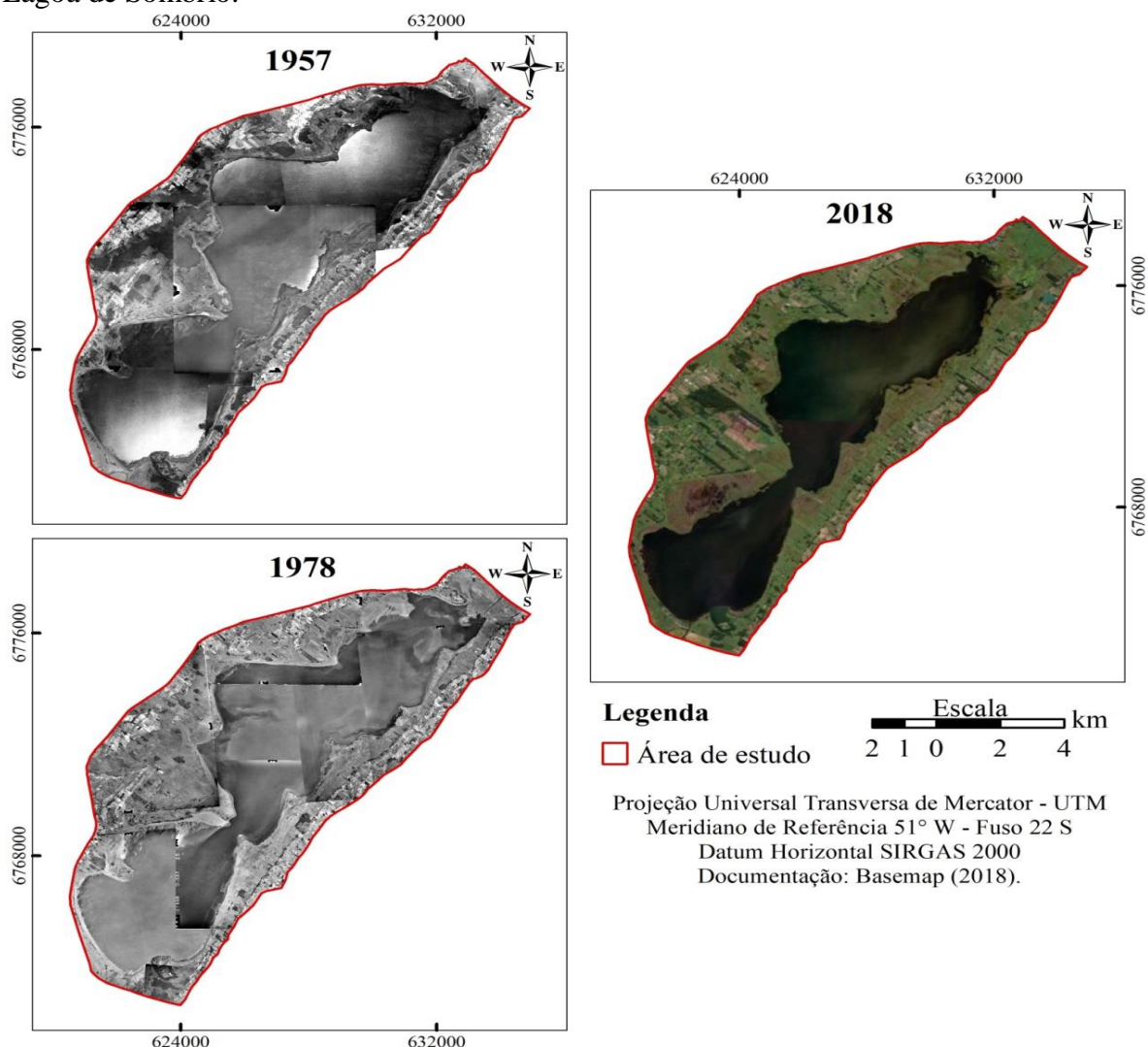
Neste cenário, as trilhas e caminhos foram cedendo lugar a estradas mais definidas. O transporte de tração animal sendo substituído por bicicletas, carros e caminhões. As lanchas - responsáveis por grande parte do escoamento de produtos da região - e canoas que trafegavam pela Lagoa se tornavam raras. Não seria ousado dizer que a instalação de estradas foi à ruptura para uma ocupação com caráter fundiário no entorno da Lagoa de Sombrio, sendo o gatilho principal a instalação da BR 101.

Com a efetivação das vias e a implementação na década de 1970 da BR 101, da qual parte do traçado pode ser observada na imagem aérea georreferenciada de 1957, a região adquire aos poucos uma nova personalidade. A industrialização entra em pleno desenvolvimento, sendo agora a Rodovia Federal o principal meio para entrada e saída de produtos (BELTRÃO, 2001; LOPES, 2011).

A Lagoa de Sombrio passa de protagonista a coadjuvante neste momento, “a falta de contato físico fez com que a lagoa perdesse visibilidade frente à população, a lagoa saía da vista para entrar na memória”, explana Lopes (2011), ao debruçar-se sobre este processo em sua dissertação de mestrado. Este autor ainda complementa retratando as consequências ambientais que recaíram sob este corpo d’água frente à industrialização e aumento populacional. Enfatiza a poluição pelos esgotos domésticos, pela agricultura, por um lixão que existia na região, pela proliferação da espécie invasora *Brachiaria radicans* Napper, e a retificação dos canais que ligam a Lagoa tanto em sua margem norte quanto sul, a outros corpos d’água ocasionando maior vazão.

As graves consequências ambientais promovidas pelo aniquilamento da relação entre lagoa e comunidade, fez este corpo d’água reduzir rapidamente de tamanho durante a última metade do século XX (LOPES, 2011). Na figura 47 temos o resultado final do mosaico semi controlado das fotos aéreas da área de estudo dos anos de 1957 e 1978 comparados a imagem de 2018, pode-se observar a redução de área da massa líquida da Lagoa de Sombrio que pode estar associada a ocupação das margens e/ou processos naturais de sedimentação.

Figura 47: Área de estudo em análise temporal com evidência para diminuição de área da Lagoa de Sombrio.



Fonte: Da autora; LabPGT-UNESC, 2020.

Iniciativas de ordem popular em prol da recuperação da Lagoa de Sombrio repercutem na região. Esta temática é amplamente discutida na mídia local já tomando proporções jurídicas e políticas. O fato é que esta lagoa é um elemento primordial para a ocupação humana na região, não só de ordem ambiental como também social, cultural e econômica. Assim, como a cultura material resultado das ocupações, é um evocador de memórias sobre a região.

No que refere à ocupação, a partir da segunda metade do século XX com as definições das estradas e a invisibilidade da Lagoa por maior parte da população, exceção apenas da comunidade tradicional pesqueira, a ocupação na área de estudo sai da margem da Lagoa e se volta para a beira das estradas. Tal atitude é tão expressiva que se demonstra nos sítios arqueológicos identificados em que as áreas, antes com residência, cederam lugar a cultivos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a ocupação colonial nas margens da Lagoa de Sombrio é perceber a estrutura capitalista, instaurada após o ano de 1500 no Brasil, sendo assimilada e as relações socioculturais se formando, mas ambas dentro das possibilidades ofertadas pelo território local. Essas são características de uma história de longa duração, que nos permite um olhar amplo, mas também um olhar para o cotidiano dos sujeitos que por ali passaram e deixaram suas marcas na paisagem. Embora essas marcas sejam deixadas de forma espontânea refletem contextos maiores, dos quais se desencadearam. Imprimem questões culturais, sociais, econômicas e políticas, de consumo e modo de viver, por exemplo. Como pressupõe a longa duração braudeliana pessoas e coisas estão interligadas formando a “vida material”.

A materialidade das sociedades após as incursões europeias na América é campo de análise da arqueologia colonial. Essa é uma arqueologia que encara os itens de consumo das sociedades e sujeitos reiterando para esferas econômicas. Porém, também pode ser uma arqueologia do ambiente, das paisagens, visto que a humanidade está sempre produzindo novas paisagens. Deste modo, por ter como fonte aspectos tangíveis da cultura resultado de continuidades e descontinuidades ocupacionais é uma ferramenta importante para os estudos sobre as lentes da longa duração. (ORSER, 1992; LIMA, 2002; KORMIKIARI, 2014; SYMANSKY, 2014).

Em virtude do que foi mencionado, esta pesquisa se propôs a investigar cultura material remanescente da ocupação colonial nas margens da Lagoa de Sombrio. Corpo d’água que destaca na paisagem do extremo sul catarinense, refletindo como um atrativo para a ocupação humana. A região da Lagoa de Sombrio se caracteriza por ser uma faixa litorânea estreita, amplamente utilizada como corredor de passagem nos primeiros anos de ocupação no sul do país. Fato que ocasionou uma ocupação de caráter móvel na localidade.

As pessoas passaram a fixar moradia nas proximidades da Lagoa a partir do século XIX se expandindo durante o século XX. Os dois principais núcleos de ocupação eram os distritos de Sombrio e Passo do Sertão (São João do Sul), pertencentes à Araranguá. Usufruíam das águas da Lagoa tanto para subsistência como para transporte. Contudo, após a abertura das estradas na década de 1960 a ocupação adquire uma nova personalidade, perdendo o vínculo com a Lagoa. Com as estradas tendo este papel determinante no padrão ocupacional da região elas foram utilizadas como limite para o recorte espacial da área de estudo.

Dessa forma, foram identificados vinte e seis sítios arqueológicos coloniais nas margens da Lagoa de Sombrio. Eles constituem edificações de alvenaria e madeira e fragmentos de materiais de construção coloniais, vidros e louças. A materialidade corrobora na perspectiva de uma ocupação entre os séculos XIX e XX e imprime aspectos socioeconômicos da região. A cultura material detectada nos sítios são, em maioria, casas de alvenaria e louças de porcelana e faiança fina que para serem adquiridas era preciso um maior poder de compra em relação às casas e utensílios de madeira e barro. Assim, se evidencia que a materialidade de determinados grupos sociais sobressaiu em relação a outros, em escala espaço temporal nessa pesquisa.

Nesta perspectiva, uma marca foi observada recorrente na paisagem associada aos sítios arqueológicos, ela se dá pela presença de bambuzais. Acredita-se que são indicadores da ocupação colonial e deste modo, apontam para outras áreas ocupadas para além daquelas pontuais com edificações, cacos de telhas, tijolos, vidros e louças. Ou seja, possivelmente evidenciam locais habitados por sujeitos que faziam usos de materialidades menos resistentes ao tempo, como as casas de madeira que são passíveis de serem demolidas para reuso das tábuas, prática evidenciada no levantamento oportunístico.

Os dados alcançados nessa pesquisa indicam os locais potenciais para que escavações arqueológicas sistemáticas possam ser realizadas, visando preencher os hiatos de informações materiais sobre populações invisibilizadas no tempo e espaço, ou seja, escravizados, ribeirinhos e famílias de classes menos abastadas que viveram, interagiram e deixaram marcas materiais no entorno da Lagoa do Sombrio. As áreas de bambuzais e de antigas construções descobertas no decorrer dessa pesquisa são os pontos de partida interessantes.

A etapa de campo desta pesquisa também demonstrou a presença de portos na Lagoa, remetendo à sua ampla utilização. A análise das fotos aéreas georreferenciadas dos anos de 1957 e 1978 foram essenciais na compreensão das dinâmicas ocupacionais e identificação dos sítios. Foi constatado que a ocupação colonial em questão seguia um delineado, estava o mais próximo possível da Lagoa mantendo a distância, apenas, da planície de alagamento.

Em termos de arqueologia colonial esta é uma pesquisa incipiente na região. Atua como um levantamento dos sítios arqueológicos coloniais, talvez possa até ser atribuída a função de inventário destes remanescentes culturais, para que possam ser preservados e posteriormente mais estudados. Também corrobora para a perspectiva de estudos locais contribuírem na compreensão da sociedade como um todo, pois os sujeitos históricos estão por toda parte, não só nas grandes edificações dos mais importantes centros urbanos. Assim as

histórias nos interiores do Brasil podem ser exemplos para compreensão de questões em ampla escala.

Em fins de focar em uma linha de pensamento muitas problematizações que poderiam ter sido feitas foram generalizadas. Desde abordagens sobre a ocupação regional até nas análises da cultura material. São escolhas no direcionamento da pesquisa que são subjetivas ao olhar de quem pesquisa. Principalmente porque o estudo sobre o passado tem muitos ângulos e significações.

Partilhando da concepção que uma pesquisa mais do que conclusões deve deixar possibilidades, aqui evidenciamos o potencial para a arqueologia colonial na região. Os estudos sobre os sítios identificados podem ser ampliados por meio de escavação arqueológica, história oral, pesquisas em periódicos e inventários *post mortem* acerca da cultura material dos habitantes da região. Também há potencialidade para uma arqueologia da escravidão, arqueologia subaquática, bem como arqueologia da guerra. Enfim são muitas as possibilidades, pois foram e são muitas as dinâmicas ocupacionais na região.

REFERÊNCIAS

- ADAMS FILHO, Nelson. **Piratas, corsários, naufrágios e Canibalismo em terras e mares do sul**. Porto Alegre: Editora Edigal, 2017.
- BAILÃO, André Sicchieri. "Paisagem - Tim Ingold". In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. 2016. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/conceito/paisagem-tim-ingold>>. Acesso em 10 de fev. de 2020.
- BANDEIRA, Dione da Rocha. Apresentação. In: BORBA, Fernanda Mara. **Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em São Francisco do Sul**. Joinville: Editora da Univille. 2014.
- BARCELOS, Artur Henrique Franco. **Arqueologia e Patrimônio no Brasil: um dilema inacabado**. Tempos acadêmicos. n.10, p.4-25, 2012. Disponível em: <periodicos.unesc.net/historia/article/view/1107/1064>. Acesso em: 22 de fev. de 2020.
- BELTRÃO, Leila Maria Vasquez. **A industrialização em Sombrio/SC: gênese e evolução**. 2001. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BOHN, Luis. **Expressões de conhecimento de grupos sociais locais para a gestão de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Mampituba**. 2001. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Art. 216. Disponível em: <senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp>. Acesso em: 12 de nov. de 2019.
- BRAUDEL, Fernand. "Geo-história: a sociedade, o espaço e o tempo". In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, Vol. 22, n. 2, (abr.-jun. 2015), p. 612-639. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/geo-historia-a-sociedade-o-espaco-e-o-tempo>>. Acesso em 22 de nov. de 2019.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva. 1992.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico na época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- BRAUDEL, Fernand. **Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII**. Volume 1: As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRIGHENTI, Clovis Antônio. Povos indígenas em Santa Catarina. In NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulf; ROSA, Helena Alpini, et al (Eds.). **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate**, 37-65. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

BUENO, Lucas; DIAS, Adriana. Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 119-147, Apr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100119&lng=en&nrm=iso>. acesso em 09 dez. 2019.

CALDARELLI, Solange Bezerra (coord). **Arqueologia no Vale do Paraíba Paulista: SP** 070 rodovia Carvalho Pinto. São Paulo: DERSA desenvolvimento rodoviário S.A, 2003.

CAMPOS, Juliano Bitencourt. **Arqueologia Entre Rios e a Gestão Integrada do Território no Extremo Sul de Santa Catarina** – Brasil. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2015.

CAMPOS, Juliano Bitencourt. **Relatório Final: Arqueologia Entre Rios: do Urussanga ao Mampituba (AERUM) – Registros Arqueológicos no Extremo Sul Catarinense**. Criciúma: Fundação Cultural Catarinense - Edital Elisabete Anderle, Categoria Patrimônio Cultural. Decreto 2.336/14. 2019.

CANCELLI, Rodrigo Rodrigues. **Evolução paleoambiental da Planície Costeira Sul-Catarinense (Lagoa do Sombrio) durante o Holoceno, com base em dados palinológicos**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. 2012. Disponível em: <<http://lume.ufrgs.br/handle/10183/70405>>. Acesso em: 28 de nov. de 2019.

CASTRIOTA, Leonarco Barci. Paisagem cultural e patrimônio: desafios e perspectivas. In: Colóquio ibero-americano: paisagem cultural, patrimônio e projeto, 2010, Belo Horizonte. **Anais do 1º Colóquio ibero-americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**. Belo Horizonte: Iphan, 2010. v. 1, p. 17 - 27. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb_2.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2019.

CLARO, Anderson. **A produção de casas de madeira em Santa Catarina**. 1991. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: <repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75813>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CLEMES, Jonatã Vieira. **Interação ser humano/natureza em Araranguá, SC, através do processo de degradação ambiental do rio Araranguá -1900-1950**. 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/176007>. Acesso em: 12 dez. 2019.

COELHO, Rolando Christian Sant’Helena. **Assim Nasceu Sombrio**. Sombrio: Jornal Correio do Sul, 2003.

COLIN, Sílvio Vilela. **Técnicas construtivas do período colonial**. São Paulo: Implic – Instituto Histórico, 2010.

COSTA, Diogo Menezes. Arqueologias Históricas: um panorama espacial e temporal. **Vestígios - Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.9-38, 31 dez. 2010. Revista Latino-Americana De Arqueologia Historica.

<http://dx.doi.org/10.31239/vtg.v4i2.10670>. Disponível em:
<periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11892>. Acesso em: 22 nov. 2019.

CUNHA, Arlindo. **O encontro e a história de uma família**. Sombrio: Ed. Do autor, 2001.

DALL'ALBA, João Leonir. **História do Grande Araranguá**. Araranguá: GráficaOrion, 1997.

DALL'ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880**: Documentário. Florianópolis: Lunardelli/Udesc, 1979.

DE BLASIS, Paulo; GASPAS, Maria Dulce. Os Sambaquis do Sul Catarinense: Retrospectiva e Perspectivas de Dez Anos de Pesquisa. *Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas*. vs. 11 e 12, ns. 20 e 21, jul./dez. 2008 e jan./jun. 2009, p. 83-126. 2009.

DE BLASIS, Paulo; KNEIP, Andréas; SCHEEL-YBERT, Rita; GIANNINI, Paulo César; GASPAS, Maria Dulce. Sambaquis e Paisagem. Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. **Arqueologia SulAmericana**, 3, p. 20-28. 2007.

DMITRUK, Hilda Beatriz. Ocupação pré-colonial no Oeste catarinense. In: **Cadernos do CEOM**. n° 23, Edição Comemorativa. Chapecó: Argos, 2006. pp 99-148. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2102>>. Acesso em 28 de dez. 2019.

ELÍBIO, Soraya Vieira. **Trajetórias de desenvolvimento: porto de Laguna e porto de Imbituba**. 2005. 98 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ESTEVES, Francisco de Assis. **Ecologia das lagoas costeiras do parque nacional da restinga nacional da restinga de Jurubati e do município de Macaé (RJ)**. Rio de Janeiro: NUPEM, 1998.

FABER, Marcos. **A importância dos rios para as primeiras civilizações**. São Paulo: História Livre, 2011

FARIAS, Vilson Francisco de. **Sombrio: 85 anos: natureza, história e cultura: para o ensino fundamental**. Sombrio: Ed. do autor, 2000.

FLORENZANO, Luciana da Silva. **Conservação de tijolo cerâmico em alvenarias históricas**:subsídios para restauração do sítio histórico de Santa Leopoldina - ES. 2016. 231 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - Es, 2016. Disponível em: <repositorio.ufes.br/bitstream/10/10078/1/tese_9873_Luciana%20Florenzano.pdf>Acesso em: 18 dez. 2019

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

FUNARI, P.P.A. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. In **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas**. Andrés Zarankin e María Ximena Senatores (orgs), Buenos Aires, Ediciones del Tridente, 2002, 107-116.

FUNARI, P. P. A. Arqueologia Histórica algumas considerações. In: **Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul com base na pesquisa em Arqueologia Histórica**. BANDEIRA, D. R., BORBA, F. M., ALVES, M. C. (Org) – Joinville, SC. Univille, 2017.

GANDARA, Gercinair Silvério. Rios: território das águas às margens das cidades. O caso dos rios de Uruaçu – GO. **Confins**, 18 jun. 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/>> Acesso em: 19 jan. 2019.

GASPAR, Maria Dulce. História da construção da Arqueologia Histórica brasileira. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 13, p.269-301, 23 dez. 2003. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2003.109496>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109496>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Arqueologia Histórica – Abordagens. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 58, p. 161-183, Editora UFPR. 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/33875>>. Acesso em: 13 de nov. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, G. C., MIURA, A. K., MOLINA, A. R., FREITAS, T. C. D., ESPÍNDOLA, V. S., & ANUNCIACÃO, J. Projeto e implantação participativos de cortina vegetal multipropósito-Sítio Terra Verde, Morro Redondo, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, 13(1), 2018.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj; Unirio, 2003. p. 21-29.

GOULARTI FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p.977-1007, maio 2002. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2049/2431>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Portos, ferrovias e navegação em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

HERBERTS, Ana Lucia. Análise arqueológica das estruturas viárias do caminho das tripas em Santa Catarina. *Revista Tempos Acadêmicos*, Dossiê Arqueologia Histórica, nº 10, 2012, Criciúma, Santa Catarina, 2012.

HISSA, Sara. A Fotografia Arqueológica: entre a Mimese e a Criação. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, 13(2), 71-88, 2016.

HOBOLD, Paulo. **A história de Araranguá**. Complementada e atualizada por Alexandre Rocha. Araranguá: [s.n.], 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Território Brasileiro e povoamento**. 2018. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento.html>>. Acesso em: 18 de out. 2018.

INGOLD, TIM. **Beyond art and technology**: the anthropology of skill. In: M.B. Schiffer (ed.) *Anthropological Perspectives on technology*. Albuquerque, University of New Mexico Press. 2001.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Diário Oficial União. 05 de maio 2009; Seção 1.

KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau. **Arqueologia Da Paisagem**. São Paulo: Labeca-MAE/USP, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/kormikiari2014>>. Acesso em 21 de dez. 2019.

LEMOS, Carlos A. C. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1979.

LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **História, Ciências, Saúde-manguinhos**, Manguinhos, v. 2, n. 3, p.44-94, fev. 1996. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59701996000400004>.

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.225-262, 1993.

LIMA, Tania Andrade. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p.7-23, 31 dez. 2002.

LIMA, Tânia Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 3, n. 1, p.129-191, jan/dez 1995.

LIMA, Tânia Andrade; SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. **O conceito de sítio arqueológico histórico e suas implicações legais**. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 26, nº 35/36, jan/dez 2002.

LIMA, Tania Andrade; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.299-391, abr. 2016.

LINO, Jaisson Teixeira. A Arqueologia da Paisagem como enfoque teórico para o estudo arqueológico da guerra do Contestado. **Revista Tempos Acadêmicos, Dossiê Arqueologia Histórica**, nº 10, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/historia/article/view/1110>>. Acesso em: 19 de nov. 2019.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. **“A lagoa do Sombrio corre que desaparece”**: uma história ambiental da degradação e o atual debate sobre preservação da Lagoa de Sombrio (1960 – 2010). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95285>>. Acesso em 21 nov. 2019.

LOPES, Fermiano Manoel. **Manuscrito**. Disponível com Sonia Scheffer. [s.d.].

LOPES. Diderô Carlos. **Memorial dos negros**: Região das Torres. Brasília –DF: Edição do autor, 2017.

LOPES, Diderô Carlos. **O detetive do passado e sua viagem além-mar**. Brasília-DF: Edição do autor, 2015.

LOURENÇO, Roberto. **1516: 500 anos da chegada dos espanhóis a Santa Catarina: expedições espanholas pelo litoral catarinense entre 1500 e 1600**. 1 Ed. Jaraguá do Sul: Rastros, 2016.

LOURDEAU, Antoine; CARBONERA, Mirian; SANTOS, Marcos César Pereira; HOELTZ, Sirlei; FONTUGNE, Michel; HATTÉ, Christine; SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da; ROSINA, Pierluigi; LUCAS, Livia de Oliveira e; DA COSTA, Amelie; FOUCHER, Cécile; RAMALHO, Juliana Betarello; KUCZKOVSKI, Francieli; CAMPOS, Juliano Bitencourt; VIANA, Sibeli Aparecida; HERBERT, Ana Lucia. Pré-história na foz do rio Chapecó. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 29, n. 45, p. 220-242, dez. 2016.

LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Silvia M. Guerra. Ocupação humana e transformação das paisagens na Amazônia brasileira. **Revista de Antropologia**, v.01, n.01, 2009.

MACEDA, Elison de. **Tropeiros e Carreiros em Araranguá – SC (1920-1950)**. 56 f. Monografia (Pós-Graduação em História), Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, 2005.

MACHADO, Juliana Salles. **Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca no delta amazônico**. 2011. 350 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://leia.ufsc.br/files/2012/09/Machado_tese-final-cp.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **Entre guardas e casarões: um pouco da história do interior do RS - uma perspectiva arqueológica**. 2004. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. doi:10.11606/T.71.2004.tde-24102006-144650. Acesso em: 09 mar. 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MILHEIRA, Rafael Guedes. **Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense: história e território**. 2010. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.71.2010.tde-23082010-161634. Acesso em: 2020-02-28.

MORAIS, José Luiz. A Arqueologia e o fator geo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 9, p. 3-22, 17 dez. 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1999.109339>>. Acesso em 27 nov. 2019.

MORAIS, José Luiz. Tópicos de Arqueologia da Paisagem. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 10, p. 3-30, 22 dez. 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2000.109367>>. Acesso em 27 nov. 2019.

MORALES, Martha Helena Loeblein Becker. **Os usos da louça branca de Colombo: aspectos identitários e discursos do poder a partir do diálogo entre história e**

arqueologia. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção estudos brasileiros. v.38, 1980.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas - 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, v. 1, n. 44, p.218-269, 28 fev. 2000.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Mirtz Orige. **Estruturação de dados geoespaciais temporais para apoiar o planejamento e a gestão do território**. 2015. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169566>. Acesso em: 30 nov. 2019.

OPPITZ, Gabriela. **Vivendo a paisagem**: Contribuições transdisciplinares para o estudo do contexto regional de sambaquis do litoral central de Santa Catarina. 2011. 137 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <leia.ufsc.br/files/2013/04/Vivendo-a-paisagem-FINAL.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2019.

ORSER JR., Charles. **Introdução à arqueologia histórica**. [Tradução de Pedro Paulo Abreu Funari]. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1992.

PASSOS, André Fernandes. **Rotas internas do comércio de escravos**: Laguna, primeiras décadas do século XIX. 2015. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/174734>. Acesso em: 16 dez. 2019.

PEREIRA, Juventino José. **Sombrio**: sua origem, seu povo e tradição. Canoas: La Salle, 1972.

PIAZZA, Walter Fernando. **A Colonização de Santa Catarina**. 3ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994. 376p.

PIAZZA. Walter. Fernando. **Santa Catarina: Sua História**, Editora Lunardelli/Editora da UFSC. Florianópolis, 1983.

POLETTE, Marcus; DIEHL, Fernando Luiz; DIEHL, Franceline Pantoja; SPERB, Rafael Medeiros; SCHETTINI, Carlos Augusto França; KLEIN, Antonio Henrique de Fontoura. Gerenciamento Costeiro Integrado e Gerenciamento de Recursos Hídricos: como compatibilizar tal desafio. In: **Interface da Gestão de Recursos Hídricos**: Gestão de Bacias e Gestão de Zonas Costeiras. 1999.

PROUS, André. Arqueologia Brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Cuiabá- MT: Archaeo; Carlini&Caniato, 2019.

REITZ, Raulino. **Paróquia de Sombrio**: ensaio de uma monografia paroquial. Brusque, Azambuja, 1948

RENFREW, Colin.; BAHN, Paul. **Arqueología**: teorías, métodos y prácticas. Madrid: Ed. Akal, 1993.

RIBEIRO, Guilherme. **Fernand Braudel, Geohistória e longa duração**: críticas e virtudes de um projeto historiográfico. [1. ed.]. São Paulo: Annablume, 2016.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**– Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROCHA, Alexandre. **De Passo do Sertão a São João do Sul**: Lembranças e vivências na fronteira da história catarinense. São João do Sul: [s. n.], 2010

RODRIGUES, Jerónimo. A missão dos carijós – 1605-1607. In: LEITE, Serafim. (Org.). **Novas Cartas Jesuíticas** (De Nóbrega a Vieira). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

ROOS, Alana. **Análise da transformação da paisagem do município de Agudo (RS) a partir da história ambiental, ao longo do século XX**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2013. Disponível em: <repositorio.ufsm.br/handle/1/9375>. Acesso em: 21 dez. 2019.

SALADINO, Alejandra; PEREIRA, Rodrigo. Arqueologia histórica. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural>>. Acesso em 12 dez. 2019.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. Arquitetura e paisagem luso-brasileira no Sul Catarinense: patrimônio ameaçado. In: LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo (Org.) **Planejamento e gestão territorial**: a sustentabilidade dos ecossistemas urbanos. Criciúma, SC: EDIUNESC, 2018.

SANTOS, Josiel dos. **Arqueologia guarani e sistema de assentamento no extremo sul de Santa Catarina**. 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: <wp.ufpel.edu.br/ppgant/files/2017/02/SANTOS-Josiel-dos.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SANTOS, Paulo Alexandre da Graça. **Contentores de bebidas alcoólicas**: usos e significados na Porto Alegre oitocentista, 2005. 242 f. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia universidade católica do RS, porto alegre, 2005.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Encontros de estranhos além do “mar oceano”. **Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social**. Lisboa, Portugal: 2003, vol. VII (2), 2003, pp. 431-448.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação Pré-Histórica do Estado de Santa Catarina. **Tempos Acadêmicos**, v.11, p.6-24, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/historia/article/view/1122>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

SELAU, Mauricio da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no Sul Catarinense (1875-1925): resistência e extermínio**. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88727>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SENATORE, Maria Ximena.; ZARANKIN, Andrés. Leituras da sociedade moderna: cultura material, discursos e práticas. In: ZARANKIN, Andrés; SENATORE, Maria Ximena (eds.), **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: cultura material, discursos e práticas**, pp. 5-18, Buenos Aires: Ediciones del Tridente. 2002.

SILVA, Anderson Bianchini. **Análise estratigráfica da barreira transgressiva holocênica na região da Lagoa do Sombrio**. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Programa de Pós-graduação em Geociências, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SOARES, Fernanda Codevilla. **Vida material de desterro no século XIX: as louças do palácio do governo de Santa Catarina, Brasil**. 2011. 445 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura, Universidade de Trás-os-montes e Alto Douro, Vila Real, 2011. Disponível em: <<https://leia.ufsc.br/files/2012/04/TeseFernandaCodevillaSoares2011-1.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SOUZA, Rafael de Abreu e. **Louça branca para a Paulicéia: arqueologia histórica da fábrica de louças Santa Catharina / IRFM - São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913-1937)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Acesso em: 2020-03-17.

SOUZA, Rafael de Abreu e. **Um lugar na caatinga: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste brasileiro**. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) UNICAMP, Campinas, 2017.

SPRÍCIGO, Antônio César. **Sujeitos Esquecidos Sujeitos Lembrados: entre fatos e números, a escravidão registrada na Freguesia do Araranguá no Século XIX**. Caxias do Sul: Murialdo, 2007.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Arqueologia - Antropologia ou História? Origens e tendências de um debate epistemológico**. Tessituras, Pelotas, v.2, n.1, p. 10-39, jan./jun., 2014.

SYMANSKI, Luis Claudio. A louça na pesquisa arqueológica: análises e interpretações processuais e pós-processuais. **Revistado CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n.23, p. 59-76, mar. 1996.

SYMANSKI, Luís Cláudio; GOMES, Flávio. Da Cultura Material da Escravidão e do Pós-emancipação: Perspectivas Comparadas em Arqueologia e História. **Revista de História Comparada** 7(1): 293–338. 2013.

SYMANSKI, Luís Claudio. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flávia Prado (Orgs.). **Cenários regionais em arqueologia brasileira**. São Paulo: Annablume; Porto Seguro, BA: Acervo, 2009. p. 279-310.

THIESEN, Beatriz. Valladão.; TOCCHETTO, Fernanda. Bordin. Definição de sítio arqueológico histórico: reflexões para um debate. **Revista do Cepa**. 23:268-276. 1999.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. **Telhados tradicionais: patologias, reparos e manutenção**. Centro de estudos avançados da conservação integrada: Olinda, 2007.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Fica dentro ou joga fora?** Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. 2004. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin; SYMANSKY, Luís Cláudio Pereira; OZÓRIO, Sérgio Rovani; OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de; CAPPELLETTI, Ângela Maria. **A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura. 2001.

TOMAZELLI L.J. & VILLWOCK J.A. Geologia do sistema lagunar Holocênico do litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Pesquisas em Geociências**, Porto Alegre, 18(1):13-24, 1991.

VASCONCELLOS, Camilo M.; ALONSO, Ana Clara; LUSTOSA, Paulo R. A abordagem do período pré-colonial brasileiro nos livros didáticos do ensino fundamental. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 10: 231-238, 2000.

VASCONCELOS, Silvio de. **Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos**. Série Patrimônio Cultural. Publicação Nº 2. 5ª ed. revista. Revisão e notas Suzy P. de Melo. Belo Horizonte. SEPLAN-PR/IPHAN/UFMG/FUNDEP.1979.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Pequeno roteiro para a classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. **Arqueologia**, Curitiba, v. 5, p. 117-130, 1986.

ZANETTINI, Paulo Eduardo; CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. **Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles?** Guia Arqueológico De Classificação e Análise. São Cristóvão/SE: Editora UFS. 2017

ZARANKIN, Andres.; SALERNO, Melisa. El sur por el sur: una revisión sobre la historia y el desarrollo de la arqueología histórica en América meridional. Vestígios – **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 1, p. 17-47, 2007.

ZILLI, Edson. **Caminhos das tropas no Extremo Sul Catarinense: memória e patrimônio**. 2014. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014. Disponível em: <repositorio.unesc.net/handle/1/2997>. Acesso em: 28 nov. 2019.

ANEXOS

Cuscuzeira em de barro pertencente aos proprietários do sítio 22. Segundo eles tem mais de 100 anos e a argila foi retirada da beira da Lagoa de Sombrio.



Descrição das áreas de bambuzal sem cultura material (Imagem 37)

Bambuzal 01

Na coordenada UTM 22J E624265S6772156 está localizado um bambuzal que foi indicado por vizinhos como local de residência de um antigo morador de nome Oscar Camilo. O morador da comunidade Juarez Monteiro informou que a casa que havia no local era de madeira em estilo simples (como a casa 1 do sítio 04) e nos fundos, mais perto da lagoa tinha um chiqueiro de porcos. Em ambos os locais ainda há bambuzais, mas não foram identificados outros vestígios. O solo hoje é coberto por grama dificultando a visibilidade. Este sítio tem acesso pela Estrada Geral da Vila São Cristóvão, município de Santa Rosa do Sul. Está a dois metros acima do nível do mar a uma distância de 600 metros da Lagoa de Sombrio, contudo as fotos aéreas indicam que há alguns anos atrás a distância era de aproximadamente 100 metros.

Figura 1: Vista Geral da área



Fonte: Da autora, 2019.

Bambuzal 02

Na coordenada UTM 22J E628630 S6775164 está localizado um bambuzal que foi indicado por um apontado por Anselmo Eleuterio Pereira, vizinho da propriedade, como local de residência de um antigo morador de nome Manoel Hilário. Além dos bambus nenhuma cultura material foi identificada, o solo atualmente é coberto por grama dificultando a visibilidade. O local tem acesso pela Estrada Geral do Bairro Caramujo em Santa Rosa do Sul e está a aproximadamente 1000 metros da Lagoa de Sombrio.

Figura 2: Bambuzal em local de moradia antiga

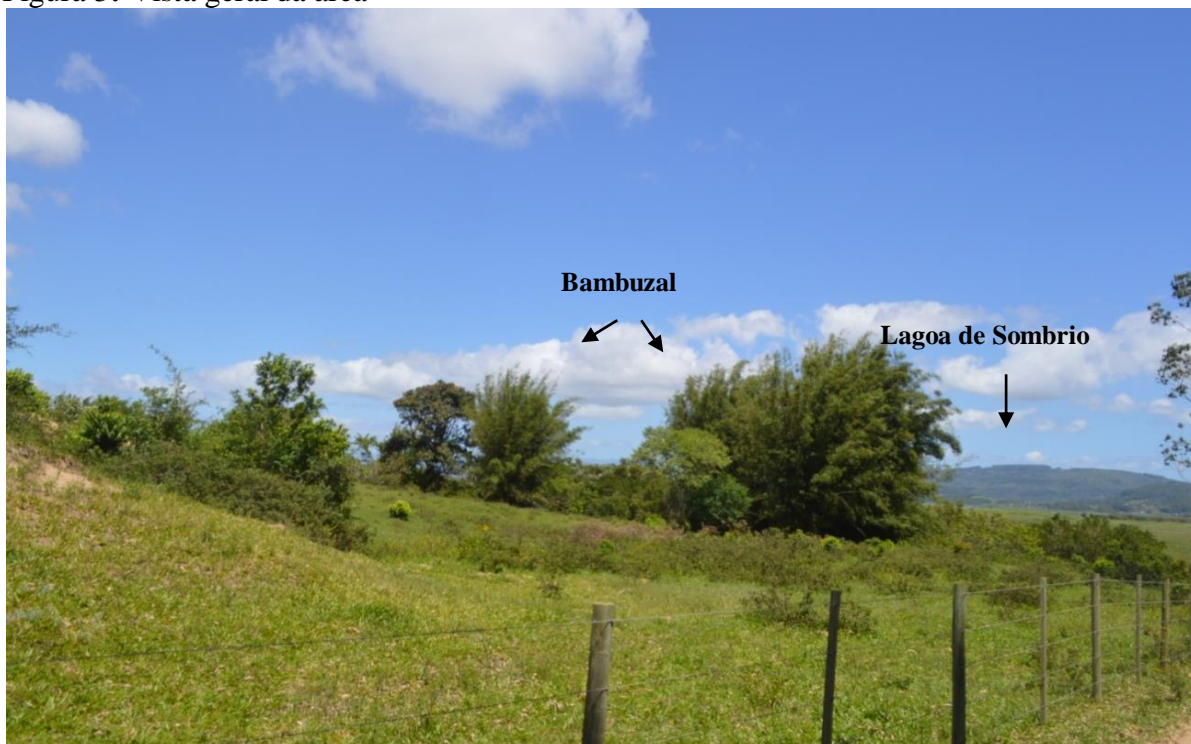


Fonte: Da autora, 2019.

Bambuzal 03

Na coordenada UTM 22J E633869 S6775969 está localizado um bambuzal que foi indicado pela proprietária do terreno como local de residência. Situado no município de Balneário Gaivota a aproximadamente 500 metros do Rio Caverá e da Lagoa de Sombrio em uma elevação de 6 metros em relação ao nível do mar e acesso pela Estrada Geral da Rua Nova.

Figura 3: Vista geral da área



Fonte: Da autora, 2019.

Bambuzal 04

Em Balneário Gaivota, Estrada Geral da Rua Nova na propriedade de Alcione Maciel foram identificados bambus alinhados formando uma cerca. Na propriedade também há remanescente de cafezal, que segundo o proprietário era apenas para consumo da família que mora no local desde meados 1948. O local tem como coordenada UTM 22J E633347 S6775201 e está a aproximadamente 850 da Lagoa de Sombrio. A casa atual tem a frente voltada para a estrada e fundos para a Lagoa.

Figura 4: Vista geral da área.



Fonte: Da autora, 2019.

Bambuzal 05

Na foto georreferenciada de 1978 apareceu uma possível edificação no local, *in loco* foi constatado a presença de bambus. O local está na coordenada UTM 22J E632524S6773684.

Figura 5: Bambuzal constatado *in loco*.



Fonte: Da autora, 2019